Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2020 | Nº 24.732 | Preço banca: R$ 3,50

Instituições financeiras preveem queda de 5,46% na economia este ano

Baixa dívida em dólar é vantagem para Brasil, diz representante do FMI

Página 3

Estados e municípios poderão pegar mais R$ 6 bilhões em empréstimos

Página 6

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,52% para 5,46%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. O mercado financeiro tem reduzido a projeção de queda há oito semanas consecutivas.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 13 semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,67% para 1,71% neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3% há 10 semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente. Página 3

Estudo mostra que homem foi reinfectado pelo coronavírus

Pesquisadores da Universidade de Hong Kong confirmaram o primeiro caso de reinfecção com o coronavírus. A equipe anunciou, na segunda-feira, (24), que um homem de 33 anos contraiu o vírus pela segunda vez neste mês depois da primeira infecção em março.

A equipe e as autoridades relataram que o homem passou duas semanas no hospital depois que a sua primeira infecção foi confirmada. Depois, os resultados dos testes deram negativo e ele foi liberado. Página 3

EUA: cidade adota toque de recolher depois de homem negro ser baleado

Protestos irromperam em Kenosha, no estado norte-americano de Wisconsin, depois que a polícia baleou um homem negro aparentemente desarmado várias vezes nas costas, de acordo com o governador, o que levou as autoridades a impor toque de recolher.

O incidente de domingo (23) poderá agravar a revolta e os protestos contra a brutalidade policial e o racismo nos Estados Unidos (EUA) e no exterior desde a morte de George Floyd, um afro-norte-americano, de 46 anos, que morreu sufocado depois que um policial branco se ajoelhou sobre seu pescoço durante quase 9 minutos no dia 25 de maio. Página 3

Previsão do Tempo

Terça: Sol com algumas nuvens. Não chove.

20° C
7° C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,59
Venda: 5,59

Turismo
Compra: 5,57
Venda: 5,91

EURO
Compra: 6,59
Venda: 6,59

Bolsonaro prorroga novamente programa de redução de salários e jornada

Foto Carolina Antunes/PR

O presidente Jair Bolsonaro editou um novo decreto na segunda-feira, (24) à tarde para prorrogar mais uma vez os prazos da redução de jornada e de salário e da suspensão do contrato de trabalho para os trabalhadores afetados pela pandemia de covid-19. A medida será publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), segundo informou a Secretaria-Geral da Presidência da República. Em julho, um decreto anterior estendia o programa de 90 para 120 dias, agora esse prazo será de 180 dias.

"Acabei de assinar um decreto prorrogando por dois meses um grande acordo, onde o governo entra com parte do recurso, de modo que nós venhamos a preservar 10 milhões de empregos no Brasil", afirmou Bolsonaro em vídeo publicado nas redes sociais. Na gravação, ele aparece ao lado do ministro Paulo Guedes e do secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

A proposta altera os períodos máximos de realização dos acordos para redução proporcional de jornada e de salário, suspensão temporária de contrato de trabalho e pagamento do benefício emergencial em razão da realização desses acordos. Página 14

Risco de morte cai drasticamente com tratamento precoce, diz Pazuello

O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou na segunda-feira, (24) que muitas mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas com o protocolo adotado agora pelo sistema de saúde, de fazer o diagnóstico e tratamento precoce da doença.

"Nós mudamos a orientação para tratamento, com base no que aconteceu no Norte e no Nordeste do país. Página 14

Confiança de lojistas em São Paulo aumenta 22,4% em agosto

Página 3

SP dispensa tarifa para abertura de novas empresas por dois meses

Página 2

Esporte

Miguel Oliveira vence GP da Estiria e faz historia na motovelocidade

Por Jarcio Baldi

O circuito Red Bull Ring era denominado território da Ducati, mas nesse final de semana a fábrica italiana foi desbancada pela dona da casa, a austríaca KTM, tendo como protagonista Miguel Oliveira. Foi a primeira vitória de um português na categoria principal. Além da taça, o piloto levou para casa uma BMW M4 que será lançada no mercado apenas em outubro. Foi também a primeira vitória da Tech3 na categoria máxima, foram 20 anos de espera pelo chefe de equipe Hervé Poncharal. Repetindo o final de semana passado foi mais uma prova com bandeira vermelha, e o maior prejudicado foi Joan Mir. O espanhol liderava com uma grande vantagem sobre Miller e Nakagami, mas no final da reta dos boxes, a Yamaha de Maverick Viñales, ficou sem freios e o piloto saltou da moto a mais de 215km/h deixando-a bater contra barreira e incendiar-se. Prova interrompida com nova largada. Mir não tinha um pneu novo dianteiro para substituir o que utilizava, com isso foi difícil manter o mesmo ritmo da primeira fase, mas conseguiu terminar em 4º. Mir também foi prejudicado pela não punição de Pol Espargaró, que invadiu a linha verde fora da pista na última volta.

Existindo a punição Mir chegaria ao pódio. A Suzuki redigiu um protesto à direção de prova, pois o regulamento diz que se na última volta a moto exceder os limites da pista o piloto deve ser punido com a perda de uma posição, o que não aconteceu na Motogp, mas momentos antes, na prova da Moto2, Jorge Martin cruzou em primeiro mas não levou porque passou centímetros sobre a linha, deixando a vitória para Marco Bezzechi. Mir criticou os comissários e também a Viñales: "Ele sabia que tinha problemas com os freios, deveria ter entrado nos boxes. Foi muita irresponsabilidade da sua parte porque também põe em risco os outros pilotos".

Foto Motogp

Oliveira *88 ultrapassa Miller na última curva*

Valentino Rossi somou-se ao coro de pilotos que criticaram os comissários de pista. Afirmou que existem muitas interpretações na Comissão de Segurança, o que leva a discussões, gerando uma situação fora de controle. "Todos os pilotos sabem que podem passar sobre o verde de 3 a 4 vezes durante a prova e tentam usá-la ao máximo. Para mim não se deveria utilizar essa área do início ao fim da prova, caso aconteça perde uma posição e ponto". Para Rossi, a regra da linha verde, que substitui a grama ou o cascalho, deve ser aplicada de maneira pura e simples sem interpretações. A regra da invasão na última volta não se aplica se o piloto tem 3 segundos ou mais de vantagem, que foi o caso de Jorge Martin semana passada.

Dovizioso relatou que foi beneficiado com a interrupção da prova e está apenas a 3 pontos do líder Quartararo, mas afirmou que os novos compostos da Michelin causam problemas a todos os pilotos. "São muitos altos e baixos e não se tem controle da situação. Isso é muito desestabilizante à equipe e ao piloto. Não compreendo como na mesma pista onde se vence uma prova e uma semana depois não se consegue chegar próximo ao pódio". A próxima prova acontece dentro de duas semanas na Itália.

Rubens Barrichello perto do pódio na Corrida do Milhão

pós a vitória de Nelson Piquet Jr. na etapa de sábado (22), a equipe Full Time Sports voltou à pista de Interlagos (SP), neste domingo (23), para a disputa da Corrida do Milhão Solidário, uma das provas mais especiais da Stock Car e que este ano teve seu prêmio destinado a entidades que ajudam vítimas do coronavírus no Brasil.

No classificatório realizado pela manhã, a equipe comandada por Maurício Ferreira foi destaque com o argentino Matias Rossi, que conquistou o segundo lugar no grid. A posição na primeira fila, ao lado do pole César Ramos, foi bastante comemorada, já que na prova de sábado Rossi levou um toque e foi obrigado a abandonar com o carro bastante danificado. Os mecânicos do time trabalharam até o início da madrugada e deixaram o Corolla #117 pronto e competitivo.

Piquet Jr. também seguiu mostrando boa performance e garantiu o sétimo lugar no grid. Já Suzuki, terceiro no classificatório no sábado, não conseguiu encaixar uma boa volta e terminou em 19º. Rubens Barrichello também teve dificuldades com a temperatura dos pneus e ficou em 22º.

Na corrida, no entanto, minutos antes da largada um problema no sensor da embreagem exigiu reparos no carro de Rossi após a placa de três minutos, o que não é permitido pelo regulamento. Desta forma, o argentino precisou cumprir um drive thru assim que a prova começou e caiu para o final do pelotão, terminando a corrida em 21º.

Já Barrichello deu um show com o Corolla #111 e ganhou 18 posições, para cruzar a linha de chegada em quarto, bem perto do pódio. O piloto está em terceiro na tabela, com 71 pontos.

Largando mais atrás, Suzuki acabou se envolvendo em alguns incidentes, mas conseguiu um 13º lugar, que o manteve entre os 10 primeiros no campeonato. Piquet, por sua vez, foi obrigado a abandonar com problemas no câmbio, mas segue bem na tabela, com o quinto lugar no campeonato.

O vencedor da Corrida do Milhão Solidário foi o paranaense Ricardo Zonta, seguido por Cesar Ramos e Denis Navarro. A próxima etapa da Stock Car está prevista para o dia 13 de setembro, em Londrina (PR).

São Paulo tem queda de óbitos e de internações por covid-19

Além da queda no número de óbitos e de casos registrada na semana passada, o estado de São Paulo também apresentou redução em novas internações por covid-19 [a doença provocada pelo novo coronavírus]. Segundo o governo paulista, isso indica que o estado está saindo do platô, que era um pico contínuo alto de casos.

Na última semana, - a 34ª Semana Epidemiológica (entre os dias 16 e 22 de agosto) -, a média móvel de novas internações foi de 1.550 por dia, semelhante a números obtidos em maio, na 21ª Semana Epidemiológica (de 17 a 23 de maio). Na 33ª Semana, a média por dia era de 1.658 novas internações.

Segundo o que noticiou a Agência Brasil no último sábado (22), o estado de São Paulo teve queda, pela segunda semana consecutiva, na média móvel de mortes por covid-19.

A média móvel é calculada somando o total de casos registrados na semana e dividindo-o pelo número de dias. Na semana passada, foram computadas 1.612 novas mortes, uma média de 230 óbitos a cada dia, queda de 9% em relação com a semana anterior, com 152 mortes a menos. No entanto, a média móvel de óbitos em São Paulo se mantém acima de 200 mortes por dia desde a 22ª Semana Epidemiológica (de 24 a 30 de maio).

O estado também registrou queda na média móvel de casos confirmados. Foram computados 51.714 casos na 34ª Semana Epidemiológica, o que dá uma média móvel de 7.387 casos por dia, redução de 31% em relação à semana anterior.

Casos

Com 2.351 casos nas últimas 24 horas, o estado de São Paulo soma agora 756.480 ocorrências confirmadas do novo coronavírus. O total de óbitos, desde o início da pandemia, é de 28.505, com 38 registros ocorridos nas últimas 24 horas.

Do total de casos diagnosticados, 570.165 pessoas estão recuperadas, sendo 85.996 delas após internação.

Há 5.039 pessoas internadas em estado grave em todo o estado em casos suspeitos ou confirmados do novo coronavírus, além de 6.120 internadas em enfermarias.

A taxa de ocupação de leitos de unidades de terapia intensiva (UTI) está em torno de 55,6% no estado e de 53,7% na Grande São Paulo. (Agência Brasil)

Centro de Integração da Cidadania e CIEE oferecem cursos online

O Centro de Integração da Cidadania firmou parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e passa a oferecer cursos online aos cursos do programa CIEE Saber Virtual para estudantes que frequentam os CICs com objetivo é prepará-los para o mundo do trabalho.

A plataforma de ensino online disponibiliza curso de "Preparação para o Mundo do Trabalho", "Lidando com a informática", "Orientação e informação profissional" e "A comunicação e a matemática".

"Com a parceria, os estudantes poderão realizar os cursos do Saber Virtual, e terão também mais chances de conquistar uma vaga de estágio ou aprendiz", salientou a coordenadora do CIC, Tatiana Rached.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

O jornalista CESAR NETO vem publicando esta coluna diária de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi se tornando referência das liberdades possíveis. Twitter: @CesarNetoReal ... Email: cesar@cesarneto.com

+

CÂMARA (SP)

Não será um vereador tucano quem será escolhido pra vice numa chapa puro-sangue que o PSDB pode repetir, como em 2016 com o atual prefeito Bruno Covas vice do hoje governador Doria. Os mais cotados são Zé Aníbal, Ricardo Trípoli ...

+

PREFEITURA (SP)

... e a senadora(SP) Mara Gabrili. O Covas tá tão em alta, que há quem pense que ele pode repetir o Doria 2016, levando no 1º turno. Quanto ao presidente do diretório paulistano, Fernandão Alfredo tá escrevendo o nome nesta história

+

ASSEMBLEIA (SP)

Não estranhem se houver violência no Parlamento contra privatização ou reforma administrativa de órgãos do Estado de São Paulo. É que os sindicalistas ligados aos partidos em oposição ao PSDB sabem que vão perder o pouco poder que resta

+

GOVERNO (SP)

Na sua volta em estilo triunfante - recuperado da Covid 19 junto com sua esposa e 1ª Dama Bia - o comunicador Doria (dono do novo PSDB 'liberal do centro') aproveitou pra atacar Bolsonaro e defender jornalistas e imprensa atacados pelo Presidente

+

CONGRESSO (BR)

O valor de 400 Reais é o tal meio-termo entre a proposta inicial de 200 Reais como ajuda emergencial pros milhões de carentes e desempregados prejudicados ainda mais pela pandemia Covid 19. Pelo menos até dezembro deste terrível ano de 2020

+

PRESIDÊNCIA (BR)

O raciocínio do Bolsonaro, ao fazer ataques diretos à parte da imprensa diária e seus jornalistas é o de que até os Lulistas não tem como atacá-lo, porque o ainda dono do PT faz o mesmo contra editoriais de jornais e monopólios de jornais e televisão

+

PARTIDOS (BR)

No REPUBLICANOS (ex-PRB), do deputado federal (SP) Russomanno que em 2020 disputará pela 3ª vez a prefeitura de São Paulo, já rola uma preocupação com a perda de espaços de vereadores na prefeitura de Covas, como aconteceu com o Zé Turin

+

HISTÓRIAS

Em 1985, quando da volta das eleições diretas pras Capitais, o ex-Presidente da República Jânio Quadros (no PTB) atropelou o candidato (no PMDB) Fernando Henrique, que 9 anos depois veio a ser eleito à Presidência. Não havia 2º turno e Jânio elegeu-se pela 2ª vez prefeito de São Paulo

cesar@cesarneto.com

Número de vítimas em acidentes no trânsito cai 16,6% em julho em SP

Os registros de acidentes e fatalidades de trânsito seguem em queda no estado de São Paulo. Em julho, foram registrados 402 óbitos em vias urbanas e rodovias, o que representa uma queda de 16,6% na comparação o mesmo período de 2019 (482 ocorrências), de acordo com dados divulgados na quarta-feira (19) pelo Infosiga, do programa Respeito à Vida, do Governo de São Paulo.

No ano, a redução é de 11,4% nas fatalidades (2.726 contra 3.078 nos primeiros sete meses de 2019). Acidentes com vítimas tiveram redução de 6% em julho (14,1 mil ocorrências contra 15,1 mil). Pedestres formam o grupo com a queda mais expressiva no número de óbitos.

"Em função da pandemia da COVID-19, a mobilidade passa por uma intensa transformação. Com um menor número de pessoas transitando por ruas e estradas, os acidentes caíram na mesma proporção. Esse cenário beneficiou principalmente os pedestres, os mais expostos em caso de acidentes. Hoje, esse grupo registra o menor número de mortes dos últimos 5 anos", destaca o presidente do Detran.SP, Ernesto Mascellani Neto.

Estatísticas regionais

No estado, 12 das 16 regiões administrativas obtiveram reduções nas fatalidades. Marília registrou a maior queda, passando de 28 mortes em julho de 2019 para 8 neste ano (-71%). Já a região de Franca saltou de 8 ocorrências para 24 no mesmo período (+200%). Na região metropolitana de São Paulo, a redução foi de 20%, sendo que a capital teve queda de 32% (48 fatalidades contra 71 em 2019).

Acidentes fatais em vias municipais registraram redução de 10,9% em julho. Já nas rodovias que cortam o estado, a queda foi ainda mais expressiva (-22,1%). As ocorrências concentram-se no período noturno (55,5%) e nos finais de semana (45,8%). A maior parte das vítimas é homem (87,3%) e condutor do veículo (61,7%), enquanto as colisões entre veículos foram o principal tipo de acidente (38,6%).

Modais

Pedestres obtiveram a redução mais expressiva no número de óbitos. Foram registradas 92 ocorrências em julho contra 128 no mesmo período do ano passado (-28,1%). No acumulado do ano, a queda é de 18,5% em relação ao ano passado.

A redução chega a 36,8% na comparação com os primeiros sete meses de 2015, início da série histórica do Infosiga SP, o que representa 382 mortes evitadas. Os números refletem também a redução das fatalidades entre idosos (-27%). Entre janeiro e julho deste ano, uma em cada três vítimas de atropelamento (34%) tinha mais de 60 anos.

Motociclistas lideram as estatísticas do Infosiga SP em julho com 139 óbitos, mesmo número do ano passado. Apesar da queda expressiva nos índices, ocupantes de automóveis passaram a ocupar o segundo lugar, ultrapassando os pedestres. No mês passado, foram registradas 108 fatalidades contra 142 em 2019, redução de 23,9%. Entre os ciclistas, as fatalidades recuaram 12,8% (34 casos contra 39 no ano anterior).

"Apesar das reduções, estamos cientes de que permanece o desafio de tornar nossas ruas e estradas mais humanas e seguras. O Governo faz seu papel, incentivando o respeito às leis de trânsito e provendo informações atualizadas e de qualidade por meio do Infosiga SP. Essas estatísticas norteiam ações de fiscalização da Polícia Militar e projetos para a mitigação de acidentes em rodovias, além de projetos para vias urbanas em parceria com as Prefeituras. Estamos no caminho certo e seguimos com o nobre trabalho de salvar vidas em nossas ruas e estradas", diz o presidente do Detran.SP.

SP dispensa tarifa para abertura de novas empresas por dois meses

O governo de São Paulo vai dispensar, pelo período de 60 dias, a cobrança de tarifa para abertura de novas empresas no estado paulista. O objetivo, segundo o governo, é estimular a economia e tentar diminuir os impactos na geração de emprego e renda decorrentes da pandemia do novo coronavírus.

A medida terá início a partir desta terça-feira, (25), após publicação no Diário Oficial, e valerá até o dia 23 de outubro. A suspensão da cobrança vale para empresas classificadas como Limitada (LTDA), Empresário Individual por Responsabilidade Limitada (EIRELI), Sociedade Anônima (S/A), Empresa Pública, Empresário Individual (EI) e Sociedade Cooperativa.

Recorde de novas empresas em julho

Apesar da pandemia, no mês de julho o estado de São Paulo registrou o recorde do ano de abertura de empresas. Foram abertos 21.788 novos negócios em julho, número superior ao de fevereiro, que até então registrava a maior alta do ano, com 18.042. Esse número também foi superior ao verificado no mesmo mês do ano passado, quando 20.187 empresas foram registradas.

A maior parte das empresas abertas em julho deste ano foram do setor de comércio, automotores e bicicletas (30,5% do total), seguida pelo segmento de atividades administrativas e serviços complementares (11,8%). O setor de construção, um dos mais importantes por gerar muitos empregos, foi responsável por 6,1% dos novos registros.

Após uma queda muito expressiva em abril, com a abertura de apenas 5.280 empresas no estado (queda de 73% em comparação a abril do ano passado), o número de registro de novas empresas vinha crescendo desde maio, mas ainda inferior ao registrado no ano passado. Segundo dados da Junta Comercial, em maio foram registradas a abertura de 10.882 novas empresas e, em junho, o total subiu para 15.918. No ano passado, foram abertas 20.896 empresas em maio e 17.804 em junho. (Agência Brasil)

Estado de São Paulo lança sistema integrado de proteção ambiental

Na última sexta-feira (21), a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por meio da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB), lançou o Sistema Integrado de Proteção Ambiental (SIPAI). A interface é vinculada ao Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM), e busca organizar o registro e as informações relativas às ocorrências e fiscalizações realizadas nas ocupações irregulares no litoral paulista.

A ferramenta simplifica a troca de dados entre a SIMA, a Polícia Militar Ambiental e os municípios participantes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, otimizando as atividades de fiscalização ambiental integrada, a avaliação das ações, bem como o planejamento estratégico para proteção da biodiversidade.

Para o coordenador da CFB, Sérgio Marçon, a contenção da expansão das ocupações irregulares no litoral paulista tem se mostrado um tema de grande complexidade. Mesmo com os desafios enfrentados, foi possível obter em diversas localidades avanços significativos ao longo dos mais de dois anos da vigência dos Planos de Monitoramento e Fiscalização integrada.

"Tal instrumento é um elemento-chave do fluxo de trabalho estabelecido nos Planos Integrados, que disponibilizará algumas ferramentas de planejamento e ação muito interessantes para as gestões municipais", destacou.

Relatórios

O SIPAI permite o cadastro de informações sobre áreas protegidas e Unidades de Conservação (UCs) pela Fundação Florestal, ocorrências de incêndios florestais, relatórios de vistorias ambientais, consulta de processos e fiscalização municipal. O registro desses dados no Sistema simplificará o monitoramento pelos órgãos competentes.

A SIMA desenvolveu a ferramenta diante da importância fundamental das ações integradas dos diferentes entes envolvidos e da necessidade de implementar melhorias continuadas no processo de fiscalização. Os municípios participantes do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista conveniados com a SIMA são Ilha Comprida, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, Santos, Guarujá e Bertioga.

O Primeiro Ciclo de Capacitação no SIPAI será de modo virtual, em pequenos grupos, com duração de três horas, entre os dias 27 de agosto e 2 de setembro.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Baixa dívida em dólar é vantagem para Brasil, diz representante do FMI

A Comissão Mista do Congresso Nacional destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas ao novo coronavírus (covid-19) ouviu na segunda-feira, (24) representantes de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A reunião ocorreu de forma remota, tendo como tema os principais riscos macroeconômicos decorrentes da pandemia e as estratégias para reduzir os efeitos da crise na atividade e na dívida pública.

Segundo a representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, Joana Pereira, o Brasil entrou, na crise causada pela covid-19, com vulnerabilidades, na comparação com outros países emergentes, mas também com "pontos fortes", em especial no que se refere ao fato de ter uma dívida pública "mínima em moeda estrangeira".

"Na comparação com outros emergentes, o Brasil apresenta algumas vulnerabilidades, como o nível de dívida pública e a baixa produtividade. Certamente essas vulnerabilidades vão se intensificar em 2021. Por outro lado, o Brasil entra na crise com adoção de medidas que buscavam abordar esses problemas. Eu vejo inclusive intenção de continuar provendo âncora fiscal que possibilite a redução de dívida ao longo do tempo", disse a representante do FMI.

Joana acrescentou que a baixa dependência de investidores estrangeiros representa uma vantagem para o país. "Além disso, a porcentagem da dívida em moeda estrangeira é mínima, e esse é um ponto forte para o Brasil, por ser pouco dependente de investidor estrangeiro e por contratação de dívida em moeda estrangeira. Como o Brasil não é tão dependente de dívida externa denominada em dólar, significa que é mais efetivo em prover esse colchão e poder fazer ajustes sem que isso traga problema de financiamento forte", afirmou.

Diagnósticos equivocados

Ex-diretor executivo do FMI, Paulo Nogueira Batista também considera positivo a baixa dolarização da dívida pública brasileira, mas avalia que a análise da situação brasileira passa por uma dificuldade básica que é o "descompasso entre o discurso predominante dos economistas e a realidade da economia brasileira". Com isso, acrescentou, "o debate sobre contas públicas, no Brasil, tem sido bastante deficiente".

Ele apontou três equívocos no debate econômico atual. O primeiro consiste na ideia de que existe um limite facilmente identificável para a dívida pública ou para a emissão de moeda. Em segundo lugar, o foco na dívida pública bruta, em vez da dívida líquida, bem menor e que considera os ativos do Estado brasileiro, como as reservas internacionais. O terceiro são as qualidades da dívida brasileira, como dívida externa negativa (com ativos externos maiores que passivos) e o fato de que a maior parte dos débitos do governo está nas mãos de brasileiros.

Batista recomendou um ajuste gradual nas contas públicas depois da pandemia, para não prejudicar a recuperação do emprego e da atividade econômica. "Seria melhor se passar o ajustamento das contas ao longo de vários anos, reduzindo gradativamente o déficit primário do setor público, e adotando de preferência uma regra fiscal mais racional e mais bem formulada do que as regras existentes", disse referindo-se ao teto constitucional, à regra de ouro (espécie de teto para a dívida pública) e à meta de resultado primário.

Ele também recomendou o envolvimento dos bancos públicos no estímulo à economia. "O ajuste das contas públicas não impede, mas até recomenda que o estado promova o crescimento, lançando mão dos bancos públicos federais, com o devido cuidado, mantendo a combinação de câmbio depreciado e juros baixos, e usando a própria política fiscal para alavancar o crescimento", disse.

Tributação de ricos e super-ricos

O ex-diretor do FMI defendeu que qualquer eventual aumento de carga tributária recaia sobre os ricos e os super-ricos, combinado com a retomada de investimentos públicos e com o incremento de programas de distribuição de renda para os mais pobres. "É preciso combinar desenvolvimento com ajustamento fiscal. Isso incluir retomar investimento público, que está baixíssimo, e manter transferências elevadas a pessoas de baixa renda, que são os que têm alta propensão a gastar e a consumir e, portanto, ajudam na sustentação do nível de atividade e de emprego", disse.

Nogueira acrescentou que os ricos e os super-ricos pagam poucos impostos e têm baixa propensão a gastar e disse sentir falta desse tipo de discussão entre os economistas mais ortodoxos e na mídia. "Não vi, no longo manifesto publicado por economistas que defenderam o rebaixamento do piso para poder sustentar o teto constitucional, nenhuma linha sequer dedicada à questão da justiça tributária e à necessidade de se extrair contribuição maior para o financiamento do Estado para os super-ricos", declarou. "Essa injustiça salta aos olhos. Eu diria que o Brasil é um paraíso fiscal para os super ricos", criticou.

Crédito e investimentos

Representante do BID na audiência, Morgan Doyle disse que a dificuldade para o acesso ao crédito não está restrita ao Brasil. O crédito, no entanto, precisa ser ampliado, de forma a dar condições para que, por meio de investimentos, a iniciativa privada ajude o país a enfrentar os efeitos da pandemia.

"Diante do cenário fiscal delicado que tanto Brasil como demais países vizinhos estão passando será crucial criar um ambiente propício para desempenho de projetos com investimento privado, o que pode ser feito por meio de PPP [parcerias público-privadas] e de instrumentos financeiros inovadores", disse Doyle.

De acordo com o coordenador de Operações em Economia, Governança e Desenvolvimento do Banco Mundial no Brasil, Rafael Muñoz Moreno, a instituição pretende emprestar US$ 160 bilhões nos próximos 154 meses em resposta à pandemia. "A América Latina tinha vários problemas sociais e econômicos antes mesmo da chegada da pandemia", disse. Segundo ele, o banco pretende colaborar com ações baseadas em três pilares: sustentabilidade fiscal, melhor prestação de serviços, e crescimento da produtividade e do investimento do setor privado.

Segundo Muñoz, o Brasil agiu rapidamente para combater as principais vulnerabilidades sociais, expandindo o Bolsa Família e implementando o auxílio emergencial. "Mas uma vez encerado o auxílio, e se a pandemia continuar a causar perda de empregos, o governo terá recursos fiscais limitados para sustentar essa iniciativa e outras semelhantes", alertou. "Por isso, esforços adicionais serão necessários para manter um nível mínimo de nutrição e alimentação entre os pobres e o acesso a tratamento médico, especialmente em áreas rurais", acrescentou. (Agência Brasil)

Instituições financeiras preveem queda de 5,46% na economia este ano

A previsão do mercado financeiro para a queda da economia brasileira este ano foi ajustada de 5,52% para 5,46%. A estimativa de recuo do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – está no boletim Focus, publicação divulgada todas as semanas pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. O mercado financeiro tem reduzido a projeção de queda há oito semanas consecutivas.

Para o próximo ano, a expectativa é de crescimento de 3,50%, a mesma previsão há 13 semanas consecutivas. Em 2022 e 2023, o mercado financeiro continua a projetar expansão de 2,50% do PIB.

Inflação

As instituições financeiras consultadas pelo BC ajustaram a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 1,67% para 1,71% neste ano.

Para 2021, a estimativa de inflação permanece em 3% há 10 semanas consecutivas. A previsão para 2022 e 2023 também não teve alteração: 3,50% e 3,25%, respectivamente.

A projeção para 2020 está abaixo do piso da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4% em 2020, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,5% e o superior, 5,5%.

Para 2021, a meta é 3,75%, para 2022, 3,50%, e para 2023, 3,25%, com intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, em cada ano.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o mercado financeiro, a expectativa é que a Selic encerre 2020 no atual patamar (2% ao ano). Para o fim de 2021, a expectativa foi ajustada de 2,75% para 3% ao ano. Para o fim de 2022, a previsão passou de 4,75% para 4,50% ao ano e para o final de 2023, segue em 6% ao ano.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Dólar

A previsão para a cotação do dólar permanece em R$ 5,20, ao final deste ano. Para o fim de 2021, a expectativa é que a moeda americana fique em R$ 5. (Agência Brasil)

Confiança de lojistas em São Paulo aumenta 22,4% em agosto

O índice de confiança do empresário do comércio no estado de São Paulo atingiu 111,2 pontos em agosto, resultado 22,4% superior ao registrado no mês anterior. O índice varia de zero a 200 pontos, e acima de 100 significa otimismo. Os dados, divulgados na segunda-feira, (24), são da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap).

Segundo o economista e responsável pela pesquisa, Allan Silva de Carvalho, os números são resultado da reabertura do comércio e a previsão de mais medidas de flexibilização. "A manutenção, e mais recentemente uma maior flexibilização das medidas de funcionamento do comércio, fez com que os empresários ficassem mais otimistas com as vendas e encomendas futuras", disse.

Apesar da elevação do otimismo em agosto, o índice, se comparado ao mesmo mês de 2019, está 10,5% menor.

O índice futuro, calculado com base nas expectativas dos empresários em relação às suas vendas e encomendas em um horizonte de três meses, apresentou alta de 17,3% na comparação com julho, chegando a 134 pontos. No entanto, o valor ainda se encontra 12,9% abaixo do registrado em agosto de 2019. (Agência Brasil)

Vendas de imóveis caíram 2,2% no primeiro semestre, diz CBIC

Os lançamentos de imóveis residenciais caíram 43,9% no primeiro semestre ano, enquanto as vendas tiveram retração de 2,2%, na comparação com igual período do ano passado. Esses números estão no estudo Indicadores Imobiliários Nacionais do segundo trimestre de 2020, divulgado na segunda-feira, (24) pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional).

Segundo a CBIC, embora as incertezas por causa da pandemia de covid-19 tenham interrompido uma tendência de crescimento que vinha desde janeiro de 2018, os impactos no mercado foram menores que os estimados anteriormente.

Na avaliação da CBIC, enquanto as vendas sofreram quedas leves, houve grande diminuição no número de lançamentos. Isso aconteceu por conta de adiamentos em função da pandemia. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Estudo mostra que homem foi reinfectado pelo coronavírus

Pesquisadores da Universidade de Hong Kong confirmaram o primeiro caso de reinfecção com o coronavírus. A equipe anunciou, na segunda-feira, (24), que um homem de 33 anos contraiu o vírus pela segunda vez neste mês depois da primeira infecção em março.

A equipe e as autoridades relataram que o homem passou duas semanas no hospital depois que a sua primeira infecção foi confirmada. Depois, os resultados dos testes deram negativo e ele foi liberado.

A segunda infecção foi confirmada em um aeroporto quando voltava a Hong Kong depois de uma viagem à Espanha, passando pela Inglaterra. Ele não desenvolveu nenhum sintoma e foi liberado do hospital na sexta-feira (21).

Os pesquisadores afirmaram que a sequência genética do vírus na segunda infecção era diferente daquela do primeiro episódio.

Os responsáveis pelo estudo acrescentaram que o caso mostra que enquanto o coronavírus desenvolve anticorpos, os níveis desses podem cair depois de alguns meses. Isso os coloca em risco de reinfecção, como no caso de gripes comuns.

Os pesquisadores recomendaram que pacientes recuperados da covid-19 devem continuar usando máscaras. Eles defenderam também que a vacinação deve ser considerada por quem também já foi infectado pelo vírus. (Agência Brasil)

EUA: cidade adota toque de recolher depois de homem negro ser baleado

Protestos irromperam em Kenosha, no estado norte-americano de Wisconsin, depois que a polícia baleou um homem negro aparentemente desarmado várias vezes nas costas, de acordo com o governador, o que levou as autoridades a impor toque de recolher.

O incidente de domingo (23) poderá agravar a revolta e os protestos contra a brutalidade policial e o racismo nos Estados Unidos (EUA) e no exterior desde a morte de George Floyd, um afro-norte-americano, de 46 anos, que morreu sufocado depois que um policial branco se ajoelhou sobre seu pescoço durante quase 9 minutos no dia 25 de maio.

A vítima de Kenosha, identificada pelo governador Tony Evers como Jacob Blake, foi hospitalizada em estado grave.

Um vídeo que circula nas redes sociais e foi citado pela imprensa norte-americana mostrou um homem caminhando em direção a um carro e seguido por dois policiais, um dos quais o atinge a bala quando ele abre a porta do veículo.

Pouco depois, foi ateado fogo em diversos pontos no local por uma multidão que se reuniu para protestar contra o incidente.

Postagens em redes sociais mostraram multidões marchando pelas ruas de Kenosha, cidade de cerca de 100 mil habitantes situada cerca de 100 quilômetros ao norte de Chicago, e atirando coquetéis molotov e tijolos contra policiais.

A polícia reagiu impondo toque de recolher em toda a cidade até as 7h.

O incidente ocorreu perto das 17h, quando policias respondiam ao que chamaram de "incidente doméstico". A vítima foi levada imediatamente pela polícia a um hospital, de acordo com um comunicado do Departamento de Polícia de Kenosha, que não deu mais nenhuma explicação sobre o que levou aos disparos.

O Departamento de Justiça do Wisconsin disse hoje (24) de manhã que os agentes envolvidos no caso estão em licença administrativa.

A Divisão de Investigação Criminal do estado informou que pretende apresentar um relatório aos procuradores dentro de 30 dias, de acordo com matérias veiculadas na imprensa.

Em um tuíte, o governador Tony Evers disse que Blake foi "baleado nas costas diversas vezes em plena luz do dia", acrescentando: "Somos contra o uso excessivo da força e da escalada imediata ao se lidar com moradores negros do Wisconsin. (Agência Brasil)

Ao menos 100 pessoas podem estar sob escombros em desabamento na Índia

Pelo menos 100 pessoas estariam presas nos escombros de um prédio de cinco andares que desabou nesta segunda-feira (24) em uma cidade industrial no oeste da Índia, afirmou o parlamentar indiano Bharatshet Maruti Gogawale.

Nem todos os cerca de 200 moradores do prédio em Mahad, cerca de 165 quilômetros (km) ao sul da capital financeira da Índia, Mumbai, estavam em casa no momento do desabamento que ocorreu à noite, disse Gogawale à Reuters.

"Acredito que cerca de 100 a 125 pessoas estavam lá dentro no momento do colapso", contou o parlamentar, que estava presente no local.

O prédio tinha cerca de 47 apartamentos, de acordo com o departamento de polícia do Estado de Maharashtra.

As autoridades ainda não descobriram a causa do desabamento e o número de vítimas, mas cerca de 30 pessoas foram retiradas por equipes de resgate e moradores locais.

Canais de TV divulgaram imagens dos destroços com moradores e policiais tentando alcançar as pessoas presas. As imagens de TV também mostraram pelo menos uma ambulância deixando o local enquanto as pessoas ao redor faziam ligações frenéticas.

O ministro-chefe de Maharashtra, Uddhav Thackeray, garantiu à administração local todo o apoio possível para um resgate rápido e trabalho de socorro, disse seu gabinete no Twitter.

Três equipes da Força Nacional de Resposta a Desastres foram transferidas para o local.

Estruturas antigas e construções ilegais na Índia costumam levar a desabamentos, normalmente durante o período chuvas torrenciais (Agência Brasil)

Miguel Donha Jr.
Leiloeiro Oficial - Matrícula: 14/256L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

231 veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

11 3651-8800

ONLINE
LEILÃO dia 25/08/2020
TERÇA-FEIRA
Leilão 11hs

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 2008 2016 2017 306 1998 1999 2 307: 2003 2010 2011 308 2014 ACCELO 2019 2020 AGILE 2011 2 AMAROK: 2017 2018 2019 APOLLO 1991 1992 ARGO 2017 2018 ASTRA 1999 AZERA 2011 2012 2 BELINA: 1980 1984 BLAZER 2001 BRAVO 2011 2012 C 100 2004 6 C3: 2013 2014 2009 2010 2019 2020 2015 2016 2015 2011 2012 C4 2013 C5 2009 2010 CAPTIVA 2012 CB 300 2014 CBR 600RR 2011 2012 2 CELTA: 2009 2010 2001 4 CG 125: 2003 2004 2003 2004 2011 2012 2011 3 CG 150: 2010 2004 2005 2 CG 160: 2017 2019 2 CITY: 2016 2013 3 CIVIC: 2011 2010 2011 2006 2007 2 CLASSIC: 2013 2014 2010 2011 4 CLIO: 2010 2012 2013 2000 2001 2003 2 COBALT: 2018 2019 2013 2014 COLT 1995 CONSTELLATION 2010 2011 4 COROLLA: 2005 2013 2014 2005 2007 6 CORSA: 1997 2002 1996 1997 2011 2012 2007 2008 1998 CRETA 2017 2018 2 CRUZE: 2018 2015 2016 CR-V 2011 CRYPTON 2014 2 DELIVERY: 2018 2019 2010 DOBLO 2006 2007 2 DUSTER: 2018 2019 2017 2018 ETIOS 2015 2 FAZER: 2011 2012 2010 2011 6 FIESTA: 2015 2016 2011 2005 2008 2013 2014 2010 2011 2 FIORINO: 1996 1997 2015 2016 FIT 2009 2 FOCUS: 2013 2012 2013 4 FOX: 2012 2008 2009 2013 2014 2009 2010 3 FUSION: 2017 2018 2014 2014 2007 18 GOL: 2000 2001 2001 2002 2000 2009 2010 1996 1997 2010 2000 2001 2005 2006 2017 2018 2002 2003 1997 2007 2008 2007 2013 2014 2016 2015 2016 2014 2015 2013 2014 4 GOLF: 2013 2014 2010 2011 2002 2010 2011 HB20 2012 2013 HILUX 2011 2 I30: 2010 2011 2012 3 KA: 1997 1998 1999 2000 2016 KANGOO 2016 2017 L200 2009 2 LOGAN: 2016 2017 2016 MARCH 2015 2016 MASTER 2018 2019 MERIVA 2009 2010 MIRAGE 2011 2 MONTANA: 2012 2013 2012 NXR 150 2008 6 ONIX: 2018 2019 2014 2015 2018 2019 2019 2018 2019 2016 2017 2 OUTLANDER: 2014 2014 2015 11 PALIO: 2000 2001 2007 2008 2015 2016 1997 2013 2014 2012 2014 2015 2000 2009 2010 2006 2007 1999 2000 POLO 2019 2020 3 PRISMA: 2016 2012 2018 2 PUNTO: 2012 2013 2010 2 RANGER: 2009 2013 RENEGADE 2015 2016 S10 2010 2011 7 SANDERO: 2016 2017 2018 2019 2019 2020 2010 2011 2017 2018 2016 2012 2013 SANTA FE 2008 SANTANA 1989 3 SAVEIRO: 2014 2015 1995 2013 2014 SENTRA 2011 2012 SERIE 1 2011 2012 SERIE 3 2017 SIENA 2009 2010 SPORTAGE 2015 SPRINTER 2008 2009 6 STRADA: 2012 2016 2017 2013 2018 2019 2018 2019 2014 2 SYMBOL: 2012 2013 2009 2010 T-CROSS 2019 2020 TIGUAN 2018 2 TRACKER: 2014 2014 2018 TRAILBLAZER 2017 2018 TRANSIT 2009 2010 2 TUCSON: 2014 2015 2010 12 UNO: 2008 2009 2009 2010 2011 2011 2012 2012 2013 2016 1996 1997 2008 2009 2009 2010 2003 2004 2014 2015 2013 2013 2 UP: 2014 2015 2015 2016 2 VECTRA: 1996 1997 2006 3 VOYAGE: 2018 2019 2014 2014 2015 WEB 2008 2 XSARA: 2009 2010 2005 **ROUBO/FURTO:** C4 LOUNGE 2015 CRUZE 2013 2014 ECOSPORT 2016 2017 FIORINO 2017 2018 PALIO 2015 SAVEIRO 2015 TIPO 1996 1997 TUCSON 2009 2010

Nº dos Chassis: 12014801 Recortado 1C437611 Normal 1G163347 Normal 1J204839 Normal 1P052831 Normal 1T071771 Recortado 24074631 Normal 2R118634 Recortado 2T014362 Recortado 3J383392 Normal 3P000416 Normal 3y015880 Normal 44526263 Recortado 4R001935 Recortado 4R006668 Recortado 4R027234 Recortado 4R603113 Recortado 58310319 Normal 58601751 Normal 58603052 Normal 5B509052 Normal 5R042700 Recortado 6B168523 Normal 6P010381 Normal 71041505 Normal 72897945 Normal 78672176 Recortado 7P082155 Normal 7R205900 Normal 7Z110400 Normal 85049483 Normal 88278457 Normal 8C136248 Normal 8M023074 Recortado 8R027871 Recortado 8T074114 Normal 8U389933 Normal 94043978 Recortado 96179209 Recortado 96207898 Recortado 9c913494 Normal 9E010500 Normal 9J252029 Normal 9Z107946 Normal A1101261 Normal A3494421 Normal A4010931 Recortado A5483968 Normal A6304825 Normal A6406448 Recortado AB514844 Normal AB523581 Recortado AC123764 Normal ag182906 Recortado AL300280 Recortado AL482756 Normal AL500391 Normal AR052136 Normal AR179187 Normal at054828 Recortado AT204024 Normal ATD24313 Normal AU126892 Normal AU194019 Normal au246941 Normal B0024808 Normal B0114374 Normal B4005064 Normal B4005686 Normal B6143596 Recortado B8048081 Normal B8185545 Normal BB243152 Normal BC406295 Normal BG007704 Normal bg505748 Normal BJ549733 Normal BM000590 Normal BR122590 Normal BR200875 Recortado BR810126 Normal BZ106051 Normal BZ121519 Normal C0060985 Normal C4148320 Normal C5810985 Normal C6611773 Recortado C7499233 Normal C9008323 Normal CA097147 Normal CB243474 Normal CB543040 Normal CC145775 Normal CE931197 Normal CG406936 Normal ck500563 Normal CL640656 Recortado CR424070 Recortado CS618798 Normal CU345354 Normal D0356035 Normal D1230968 Normal D6884386 Normal D7717025 Normal DB179307 Recortado DG542023 Normal DJ050100 Normal DJ096858 Recortado DJ120774 Normal DJ513001 Normal dl476178 Normal DL492555 Normal DP033650 Normal DZ131030 Normal E0036790 Normal E2180992 Recortado E2632639 Normal E4004948 Normal E4034263 Normal E7787132 Normal E8077815 Normal EB202462 Normal EB217598 Normal EB520558 Recortado EG053978 Normal EL185103 Normal EP010714 Normal EP051717 Normal EP502722 Normal ER017539 Normal ER113611 Normal er361536 Normal ET193632 Recortado eza01967 Normal f0660726 Normal F2082017 Normal F4095843 Normal F7546284 Normal F7775678 Normal FB073178 Normal FB533118 Normal FG290200 Normal FG527606 Normal FP149853 Normal FP173859 Normal FP544254 Normal FT052982 Normal FT563395 Recortado FZA01197 Recortado G0749613 Normal G7570995 Recortado G8328430 Normal G9048882 Normal GB102849 Normal GB143572 Recortado GB504816 Normal GB507591 Recortado GG242649 Recortado GJ326185 Normal GJ342233 Recortado GK032494 Normal GT060066 Recortado GT069109 Normal GT503990 Recortado GZ204513 Normal H4A34951 Normal H8574655 Normal HA028031 Normal HB019440 Normal HB173750 Recortado HJ505493 Recortado HJ613284 Recortado HL500108 Recortado HR016454 Normal HY139380 Normal J9095608 Normal JC419555 Recortado JG359101 Normal JJ051302 Normal JJ197070 Recortado JL417367 Normal jm222185 Normal JP052074 Recortado JR104763 Normal JR132304 Normal JT068311 Normal JYH36716 Recortado KA016895 Normal KB100077 Normal KB160069 Normal KG237701 Normal KG248367 Normal KG359668 Normal kj288611 Recortado kj363558 Normal KJ459862 Recortado KP005597 Recortado KR032670 Normal KR925231 Normal KT010016 Normal KY272757 Normal KY297034 Normal L4025883 Normal LB155209 Normal LB503303 Normal LJ065706 Normal LP064686 Normal MB229142 Recortado SP086053 Recortado SU000556 Recortado T3010137 Recortado T5829378 Recortado TB505765 Recortado TB519133 Normal TC626946 Recortado TT216930 Recortado V0213835 Recortado VB543144 Recortado VC798827 Recortado VT081788 Recortado w5336301 Recortado WC727705 Recortado xb329412 Recortado Y0911508 Recortado Y2106270 Normal YB654855 Recortado YP108111 Recortado

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA PEDRO ZANETTI, 230 – COLOMBO – PR – TEL: 11 3651-8800

(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

Imobiliária 508 do Brasil Projetos Imobiliários Ltda.
CNPJ nº 12.069.736/0001-03 - NIRE 35.224.350.641
Extrato da Ata da Reunião dos Sócios Quotistas de 21.08.2020

Data, hora, local: 21.08.2020 às 9 horas, na sede, Avenida Nações Unidas nº 12.901, 6º andar, Torre Norte, São Paulo/SP. **Mesa:** Manoel Pereira da Silva Neto - Presidente, Adriana Shimada - Secretária. **Presença:** Sócios quotistas. **Deliberações aprovadas:** 1) a redução do capital social, por considerar excessivo em relação ao objeto, de R$ 267.312.669,00, para R$ 247.312.669,00, por meio de reembolso de quotas no valor de R$ 20.000.000,00 à sócia quotista **Rouxinol, LLC.** E 2) o pagamento do reembolso em dinheiro à sócia quotista **Rouxinol, LLC.** Na presente data os sócios quotistas promoverão a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 21.08.2020. **Rouxinol, LLC** e **Rouxinol Brazil, LLC,** ambas por Manoel Pereira da Silva Neto.

EDITAL DE INTIMAÇÃO-PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1007902-39.2014.8.26.0020** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível,do Foro Regional IV-Lapa,Estado de São Paulo, Dr(a). Julio Cesar Silva de Mendonça Franco, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) JOSE GERALDO DE SOUSA, Brasileiro, Solteiro, Proprietário, RG8.169.960-X, CPF 702.179.558-00, que nos autos de ação de execução de título extrajudicial, movida por Jose Gouveia Rodrigues, foi deferida a intimação por edital do executado Jose Geraldo de Sousa,CPF 702.179.558/00, que se encontra em lugar ignorado, da penhora havida sobre os valores de R$1.069,62, R$392,92, R$285,01 e 325,48, através do sistema BacenJud, passando a fluir dos 20 dias supra, o prazo de 05 dias úteis para impugnação (artigo 854,§§ 2ºe 3ºdo NCPC). Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 15 de julho de 2020. **[25,26]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº **1015501-10.2019.8.26.0002** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) ALESSANDRA IARA DA CUNHA FELIX DE FARIA, Advogada, RG 26.530.209-2, CPF 252.668.858-23, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Condomínio Edifício Terras Altas do Morumbi, objetivando a cobrança de R$ 13.573,56 (Março/2019), referente às cotas condominiais sobre o apartamento17, integrante do condomínio exequente. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, expede-se o EDITAL, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, paguem o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade e, querendo, ofereçam embargos no prazo de 15 dias úteis, facultando aos executados nesse prazo, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros, sob pena de penhora e avaliação de bens, ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do art. 257, IV do CPC.Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de julho de 2020. **[25,26]**

Jornal ODIASP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **World Taekwondo Interstyles Federation**, convoca as filiadas para comparecer a Assembleia Geral da Reorganização Social, no dia 13/09/2020, às 10h em 1a chamada, e às 10h30 em segunda, na Rua Domingos de Morais, 1626, São Paulo (SP), para tratar: - Eleição da nova diretoria.São Paulo,21 de Agosto de 2020. José Cicero Eliseu de Lima – Presidente.

Edital de Convocação

COOPERATIVA DE TRABALHO RAINHA DA RECICLAGEM vem através desta pela sua representante legal, abaixo assinado, convocar os Cooperados para Assembleia Geral Ordinária (AGO) que se realizara no dia 28/08/2020, em sua sede, em primeira chamada as 15:00 hs em segunda chamada as 15:30 hs para a seguinte Pauta. **1º)-** Prestação de Contas e Relatório do Conselho Fiscal do Período 01/01/2019 a 31/12/2019. **2º)-** Destinação das Sobras e Perdas.

Produtos Alimentícios Arapongas S/A – Prodasa NIRE 35300524420 – CNPJ nº 75.404.814/0001-90
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária – Em 31/07/2020

Local e Hora: Sede social às 13hs. **Presença**: Acionistas representando a maioria do capital, equivalente a 88,12%, sendo que a acionista **J.M Fernandes - Administração, Empreendimentos e Participações Ltda., se fez representar pelo** Sr. Vinícius Alan Rufato, que junta procuração. **Convocação**: DOESP, 23, 24,25/07/2020, páginas, 30, 54 e 52, e no Jornal O Dia SP, 23, 24 e 25/07/2020, páginas, 5, 4 e 5, **Mesa:** Presidente: Vinícius Alan Rufato; Secretário: Marcelo Alcantara Fernandes, diretor administrativo e financeiro da Companhia, *ad hoc*, por indicação do Procurador da acionista **J.M Fernandes - Administração, Empreendimentos e Participações Ltda.,** Sr. Vinícius Alan Rufato. **Deliberações: I**. Foram aprovados, **por unanimidade**, o Relatório dos Administradores, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019, publicados no DOESP, página 02, e Jornal O Dia SP, no dia 23/07/2020, página 6. **II**. Foi aprovada, a destinação do prejuízo apurado no exercício encerrado em 31.12.2019, no montante de R$:12.852.039,95, já devidamente compensado com a Reserva Legal de R$:978.372,78: R$:116.266,66; R$:5.662.523,36, restando o saldo de R$6.094.877,15 que será mantido na conta de prejuízos acumulados. **III.** Foram reeleitos para a Diretoria, para um novo mandato, com duração de um ano, os quais permanecerão nos seus cargos até a posse da nova diretoria, os seguintes Srs.: Diretor-Presidente **- José Maria Fernandes,** RG 300 460-0-SSP-PR e CIC/MF nº 003 367 779-49; Diretor Administrativo e Financeiro **- Marcelo Alcantara Fernandes**, RG 1.905 349-0-SSP-PR e CIC/MF n.º 562.745 219-68; Diretor de Recursos Humanos **- Maria de Fátima Fernandes Cassitas,** RG 1.705.938-SSP-PR, e CIC/MF n.º 578.993.049-20 e Diretor Contábil e Tributário **- Luiz Sérgio Rufato**, RG 1.261.149-SSP-PR e CIC/MF nº 204 984 899-49 e, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento **- Eneias Peres Prado,** RG 2.072.741-SSP-PR, e CIC nº 359.013.579-49. Foi fixada, para os Diretores Presidente, Financeiro e Administrativo, a remuneração mensal de R$20.000,00 para cada um; e, para os Diretores de Recursos Humanos, Contábil e Tributário, a remuneração mensal de R$10.000,00 para cada um, e para o Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, a remuneração mensal de R$4.197,60. Nada mais. SP, 31/07/2020. **Assinaturas**: Vinícius Alan Rufato - Presidente da Mesa; Marcelo Alcantara Fernandes - Secretário da Mesa J.M Fernandes - Administração, Empreendimentos e Participações Ltda. **Jucesp nº** 305.568/20-6 em 14/08/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Leo Madeiras Máquinas & Ferragens S.A | CNPJ/MF 61.069.373/0001-03 | NIRE 35.300.488.776
Ata da Reunião do Conselho de Administração em 15/04/2020

Data, hora e local: 15/04/2020, às 9h, na sede social da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A. ("Companhia"), situada na Rua Bartolomeu Paes, n.º 136, Vila Anastácio, CEP 05092-000, na cidade de São Paulo/SP. **Presença**: conselheiros representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Convocação**: dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme faculta o artigo 13, § 2.º do Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Samuel Seibel, Presidente, e Andrea Laserna Seibel, Secretária. **Ordem do dia**: (i) deliberar acerca da renúncia do Diretor Administrativo e Financeiro, Fabio Panucci e (ii) reeleger os demais membros da Diretoria. **Deliberações**: após exame, discussão e revisão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes e sem ressalvas: **(i)** tomar conhecimento da **renúncia** apresentada pelo **Diretor Administrativo e Financeiro**, **Fabio Panucci**, brasileiro, em união estável, economista, portador do RG nº 9.962.252-X SSP/SP e CPF/MF nº 101.066.438-78, com domicílio na Rua Bartolomeu Paes, nº 136, Vila Anastácio, CEP 05092-000, na cidade de São Paulo/SP; **(ii)** consignar a extinção do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, conforme deliberado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13/04/2020; **(iii)** reeleger a **Diretora Geral**, **Andrea Laserna Seibel**, brasileira, em união estável, advogada, portadora do RG nº 26.520.066-0 SSP/SP e CPF/MF nº 140.725.018-32, e os **diretores sem designação específica (1) Nicolai Sampaio Mariano**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 64153093 SSP/SP e CPF/MF nº 053.361.276-47; **(2) Vanessa Cristina Miranda Fontoura**, brasileira, casada, psicóloga, portadora do RG MG-4.936.295 e CPF/MF nº 782.278.446-34; **(3) Jeferson da Silva Araujo**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador do RG nº 25.115.580-8 SSP/SP e CPF/MF nº 212.906.658-50 e **(4) Silvio Ricardo Fernandes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG n.º 5689641 SSP/SP e CPF/MF nº 646.414.148-15, todos com domicílio na Rua Bartolomeu Paes, n.º 136, Vila Anastácio, CEP 05092-000, na cidade de São Paulo/SP; reeleitos para um mandato de 1 ano, com início nesta data e término previsto para 15/04/2021, permanecendo no cargo até a investidura de outro, consoante o disposto no artigo 150, § 4.º da Lei n.º 6.404/1976, sendo esta a composição da Diretoria da Companhia. Os diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à conclusão do deliberado na presente reunião. **Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os membros do Conselho de Administração. **Conselheiros presentes**: Salo Davi Seibel, Samuel Seibel e Alex Laserna Seibel. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 15/04/2020. **Samuel Seibel -** Presidente da Reunião/Conselheiro; **Andrea Laserna Seibel -** Secretária da Reunião. **JUCESP** nº 271.017/20-0, em 22/07/2020, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

CRISTIANO RODRIGUES DO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PROMOTOR, NASCIDO EM PAULISTA, PE NO DIA (30/01/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO JOSÉ DO NASCIMENTO E DE JOSELITA RODRIGUES DA SILVA. **JÉSSICA RODRIGUES BENTO DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (19/05/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEVERINO BENTO DA SILVA FILHO E DE JOSINETE RODRIGUES DA SILVA.

ALTAIR SANTO MINELA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO GARÇOM, NASCIDO EM ITAJAI, SC NO DIA(01/07/1965), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SANTO MINELA E DE NAIR GAMBA MINELA. **JEANIA BATISTA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE RESTAURANTE, NASCIDA EM AQUIDABÃ, SE NO DIA (23/05/1974), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FLORENTINO BATISTA DOS SANTOS E DE MARIA ODETE DOS SANTOS.

ALEX DA SILVA GONÇALVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROFESSOR, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (20/06/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ LUIZ GONÇALVES E DE GILZA MARIA DA SILVA GONÇALVES. **SHIRLEY CAMPOS LIMA,** ESTADO CIVIL VIÚVA, PROFISSÃO AUXILIAR DE PRODUÇÃO, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA(15/07/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUCIELENA CAMPOS DA COSTA.

HARLEY DE SOUSA GUEDES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/06/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOAQUIM VIEIRA GUEDES E DE ARLETE BRAGA DE SOUSA. **PATRICIA MARTINS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/06/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ALBERONE JOSE MARTINS E DE MARIA DAS GRAÇAS MARTINS.

ELDER DA SILVA SOUZA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM BELÉM, PA NO DIA(07/09/1970), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA E DE RAIMUNDA MIRIAM DA SILVA SOUZA. **BRUNA RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM BELÉM, PA NO DIA(19/01/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE BENJAMIN LOPES DE OLIVEIRA FILHO E DE ISABEL DA COSTA.

RODRIGO CORRÊA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BIOMÉDICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/08/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO DA SILVA E DE LUCIA EVANGELISTA CORRÊA. **MONIQUE RIBEIRO ALBERTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BIOMÉDICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AGNALDO ROSANO ALBERTO E DE DERLY MARIA RIBEIRO ALBERTO.

MARCO ANTONIO PRATES DIAS, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO QUÍMICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (01/09/1964), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FERNANDO PRATES DIAS E DE NORMA COSTA DIAS. **ELIANE PEREIRA DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM MASCOTE, BA NO DIA (23/07/1972), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ESPEDITO PEREIRA DA SILVA E DE MARGARIDA FREIRE DA SILVA.

JOSÉ VASCONCELOS CORDEIRO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDO EM SÃO BENTO DO UNA, PE NO DIA (29/08/1956), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LÍDIO CORDEIRO E DE JOSEFA MARIA DE VACONCELOS. **MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO COMERCIANTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/02/1966), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ SEVERINO DA SILVA E DE EUGENIA DEMETRIO DA SILVA.

LUIZ FERNANDO DEMORE MARTINS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SECURITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/05/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ALVARO ALBERTO MARTINS E DE WILMA OZANA DEMORE MARTINS. **LETICIA HUDSON BRITO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GEÓLOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/12/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SEBASTIÃO CARLOS DE BRITO E DE MARIA DE LOURDES SALGADO DE BRITO.

DAMIÃO ROBSON LACERDA DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MICRO EMPREENDEDOR, NASCIDO EM BONITO DE SANTA FÉ, PB NO DIA (22/11/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROBERTO HIPÓLITO DOS SANTOS E DE MARIA LÚCIA LACERDA DOS SANTOS. **HALAYNE CRISTINA FERREIRA RIBEIRO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTETICISTA, NASCIDA EM JUAZEIRO DO NORTE, CE NO DIA(21/10/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CARLOS RIBEIRO E DE ALAIDE FERREIRA CHAVES RIBEIRO.

JUAREZ DOS SANTOS NEVES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM DARIO MEIRA, BA NO DIA (06/05/1958), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FIDELCINO DAS NEVES E DE MATILDES DOS SANTOS. **ADINAIR MOURA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM ITABUNA, BA NO DIA (14/05/1961), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE DANIEL GONÇALVES DOS SANTOS E DE MARIA TELES DE MOURA.

SANDOVAL DE ARAUJO ARRUDA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/03/1981), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO DIAS DE ARRUDA E DE EURIDES ROSA DE ARAUJO. **ADRIANA DE LIMA OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO CABELEIREIRA, NASCIDA EM UNIÃO DOS PALMARES, AL NO DIA(20/10/1984), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO SEVERO MARQUES DE OLIVEIRA E DE MARIA LUZINETE DE LIMA DE OLIVEIRA.

JOÃO VICTOR CHAGAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(20/01/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO LAVÍNIA, SP, FILHO DE HELVIO JOSÉ CHAGAS E DE VALÉRIA DAMASCENO LIMA. **STÉFANY SANTANA DANTAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM ITABUNA, BA NO DIA(07/05/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ OSVALDO DOS REIS DANTAS E DE VERA LÚCIA SANTANA DANTAS.

WELLINGTON DIAS ASSIS DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/06/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL MESSIAS DE ASSIS COSTA E DE LUCELIA DE ASSIS. **JOSÉLIA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL, NASCIDA EM TERESINA, PI NO DIA (20/09/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARIA DA GLÓRIA SANTOS.

KAIQUE AUGUSTO DE LIMA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA(26/04/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO DIADEMA, SP, FILHO DE ADEMIR GOMES DE LIMA E DE VALDELICE SILVA FERREIRA DE LIMA. **RAYANE PAIVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA (06/11/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANDREIA DO NASCIMENTO PAIVA.

KAIQUE DE ALMEIDA KIKUCHI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/12/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE AMERICO KEISKE KIKUCHI E DE MARIA DO SOCORRO FLORENTINO DE ALMEIDA. **LILIANE SOARES DE LIMA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO FARMACÊUTICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ CARLOS SOARES DE LIMA E DE MARIA LUIZA FEDELE DE LIMA.

MAHMUT KOLUKFAKI, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM TURQUIA NO DIA(20/08/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DURAN KOLUKFAKI E DE YUKSEL KOLUKFAKI. **EMINE KAR,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM TURQUIA NO DIA (30/08/2020), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE RAMAZAN KAR E DE HAYAT KAR.

WILLIAM TADEU AURELIANO JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(15/06/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILLIAM TADEU AURELIANO E DE AIMAR GAMBÔA AURELIANO. **VANESSA ALMEIDA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE CONTAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/11/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ VALBERTO SILVEIRA DOS SANTOS E DE MARIA DO SOCORRO ALMEIDA SILVA.

LEONILSON QUEIROZ FILHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONFERENTE, NASCIDO EM IPIAÚ, BA NO DIA(29/03/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LEONILSON QUEIROZ DOS SANTOS E DE JACI MARIA DOS SANTOS. **JULIANA GERONIMO DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(30/09/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDIR GERONIMO DA SILVA E DE MARIA DO CARMO DA SILVA.

STEVE SALOMON VIDJINNAGNI MONHOU, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDO EM BENIN NO DIA (22/02/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE BARNABE MONHOU E DE AFIAVI HUGUETTE VALERIE SONON. **PAULA BEATRIZ DIAS DE JESUS VAZ,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTETICISTA, NASCIDA EM PARATINGA, BA NO DIA (01/01/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MANOEL AVELINO DOS SANTOS VAZ E DE NATALICIA DIAS DE JESUS.

THIAGO NOGUEIRA PUCCI SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(04/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE BENTO PUCCI SILVA E DE ELIANE CASTRO NOGUEIRA PUCCI SILVA. **VANESSA OLIVEIRA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(06/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WALCYR TAVARES DE SOUZA E DE ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA.

EVERTON RIBEIRO MOREIRA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE REGINALDO MOREIRA DA SILVA E DE SANDRA REGINA RIBEIRO DA SILVA. **DENISE APARECIDA DE SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BALCONISTA, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA(31/10/1989), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ABILIO LUIZ DE SOUZA E DE SANDRA MARIA DA SILVA.

JONATHAN BARBOSA DAS NEVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MARCENEIRO, NASCIDO EM ITABUNA, BA NO DIA(17/10/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILDOMAR SANTOS DAS NEVES E DE VANUZA OLIVEIRA BARBOSA. **BEATRIZ DE PAULA BRAGA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/04/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WILLIAN DE PAULA BRAGA E DE EDNAGIANI DA SILVA.

FERNANDO DOMINGUES DA SILVA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(05/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOEL DOMINGUES DA SILVA E DE MARIA DE LOURDES DOMINGUES DA SILVA. **VANESSA VARGAS NUNES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ATENDENTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/09/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARINALDO CARVALHO NUNES E DE ALTAIR VARGAS NUNES.

IGOR PAIVA BERNARDES DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MÉDICO VETERINÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ADEMIR BERNARDES DA SILVA E DE MARIA RITA DE PAIVA SILVA. **FLÁVIA FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DENTISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(15/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE COSME ANTONIO DA SILVA E DE NEIVA ROSANA LEMES DE OLIVEIRA SILVA.

VANDERLEI KUIPERS JUNIOR, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE SISTEMAS, NASCIDO EM VILHENA, RO NO DIA (05/12/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE VANDERLEI KUIPERS E DE ROSELI LOPES DOS SANTOS KUIPERS. **TALITA ASSUNÇÃO DE PAULA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SUPERVISORA TRIBUTÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (04/01/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WALTER WILSON DE PAULA E DE IZABEL ELIAS DE ASSUNÇÃO DE PAULA.

EDINALDO CAETANO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM LAGOA DOS GATOS, PE NO DIA (18/09/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL CAETANO DA SILVA E DE MARIA DO CARMO DA SILVA. **ELENI LEANDRO DE SOUZA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM UMBURATIBA, MG NO DIA(16/10/1958), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO LEANDRO DE SOUZA E DE MARIA LEANDRO RODRIGUES.

FABIO KEIITI HASHIMOTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/03/1978), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE KEIKO HASHIMOTO E DE SHIDEO HASHIMOTO. **MÔNICA DE AVELAR SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE FINANCEIRO, NASCIDA EM TABOÃO DA SERRA, SP NO DIA(12/01/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ SOARES DA SILVA E DE NEUSA DE AVELAR SILVA.

RODRIGO DE AZEVEDO MAHS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(03/05/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDGARD MAHS E DE MARIA ALICE CARVALHO DE AZEVEDO. **JULIANA RADDATZ MACEDO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/09/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE WINSTON CHURCHILL MACEDO E DE SONIA RADDATZ MACEDO.

RENATO CASTRO PESSETTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE MARKETING, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/01/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDUARDO PESSETTO E DE ROSENY OLIVEIRA CASTRO PESSETTO. **ERIKA LORRAINE MARQUES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE DE COMÉRCIO EXTERIOR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/01/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EDNO APARECIDO MARQUES E DE DULCINÉIA LIMA DE SOUZA MARQUES.

RÔMULO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PEDREIRO, NASCIDO EM PIRAPORA, MG NO DIA (01/09/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GERACINA OLIVEIRA DA SILVA. **JAQUELINE DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(26/02/1996), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÉ ONALDO DOS SANTOS E DE MARIA AUXILIADORA BARBOSA IRINEU.

MATEUS BRAGA RODRIGUES NASCIMENTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM RECIFE, PE NO DIA (24/06/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SANDRO RODRIGUES DO NASCIMENTO E DE ELIANE BRAGA RODRIGUES. **NATHALIA CARLOS DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM GUARULHOS, SP NO DIA (29/08/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO JOSÉ CARLOS E DE MARIA CLAUDIA FERREIRA DA SILVA.

GUSTAVO FONTANA TEIXEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CONSULTOR, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (18/08/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOÃO CARLOS DA COSTA TEIXEIRA E DE MARIA TERESA DE FARIA FONTANA TEIXEIRA. **PAOLA ATTI PASSADORE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MARKETING, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/05/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE AMERICO PASSADORE JUNIOR E DE ROSALINDA ATTI PASSADORE.

WELLINGTON MARCOS BOTELHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM UNAÍ, MG NO DIA(16/12/1982), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDGAR ALVES BOTELHO E DE ZEILDA MARCOS DOS SANTOS BOTELHO. **RAMYLE LEMOS RIBEIRO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FARMACEUTICA, NASCIDA EM ITABUNA, BA NO DIA(19/07/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ RAILTON RIBEIRO DE JESUS E DE EDINALVA LEMOS DA SILVA RIBEIRO.

LARSON GIULIANO MARTINELLI BITTENCOURT, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PROMOTOR DE EVENTOS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/05/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LARSON CIONI BITTENCOURT E DE MARIA CRISTINA MARTINELLI BITTENCOURT. **MAYLA SIRACURA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/05/1980), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ARLINDO SIRACURA FILHO E DE WILMARA FÁTIMA SCATENA SIRACURA.

CARLOS ALEXANDRE MAURILIO DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO DRAGEADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/02/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE HAROLDO MAURILIO DE OLIVEIRA E DE MARIA ZENEIDA AVELINO BRITO DE OLIVEIRA. **GEANE JESUINO DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM IRECE, BA NO DIA (27/07/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE JESUINO DE OLIVEIRA E DE REINILDA MARIA DE OLIVEIRA.

BRUNO MYKSCHILIRIANO PINHEIRO NEVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO VIDRACEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(21/08/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MANOEL PINHEIRO NEVES SOBRINHO E DE MARIA ODETE GOMES NEVES. **DANIELLE MIRANDA PEREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM QUEIMADAS, BA NO DIA (12/07/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ROBERTO DE JESUS PEREIRA E DE ANA MARIA MIRANDA.

ROBERNEI DE SOUSA FERREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO OPERADOR DE MÁQUINAS, NASCIDO EM MUCUGÊ, BA NO DIA(11/04/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE DERENÍCIO SILVA FERREIRA E DE ELIZETE DE SOUSA FERREIRA. **EDILEUZA DA SILVA SOUZA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO LAVRADORA, NASCIDA EM PIATÃ, BA NO DIA(18/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO PAULO DE SOUZA E DE MARONITA ROSA DA SILVA SOUZA.

LUÍS CLAUDIO LEITÃO FISCHPAN, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO DIRETOR DE EMPRESA, NASCIDO EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (13/09/1974), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE REGINA LEITÃO FISCHPAN. **FERNANDA PAOLA AMORIM SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA (18/10/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FERNANDO ALVES DA SILVA E DE KÁTHIA MARIA DE SOUZA AMORIM.

DANIEL DE MOURA OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM RIACHÃO DO JACUÍPE, BA NO DIA (27/10/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SANDOVAL JESUS OLIVEIRA E DE CELMA ALEXANDRE DE MOURA. **GERCIELE LIMA RUAS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO SECRETÁRIA, NASCIDA EM EUNÁPOLIS, BA NO DIA (06/03/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERCILIO DE AMORIM RUAS E DE GERMINIA DA SILVA LIMA RUAS.

VAGNER DA COSTA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO SUPERVISOR GERAL, NASCIDO EM IVAIPORÃ, PR NO DIA(19/07/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WALDIR SUDARIO DA COSTA E DE MARIA DA GLORIA DA COSTA. **SANTA APARECIDA GOMES LEITE,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(26/11/1983), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GERALDO CANDIDO LEITE E DE TEREZINHA GOMS LEITE.

GABRIEL SILVA DE PAULA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO APRENDIZ EM RH, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/10/2001), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ROBERTO DE ARIMATEIA DE PAULA E DE SILVANA DA SILVA DE PAULA. **ANA LIVIA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(19/05/2002), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE CARLOS ALBERTO DOS SANTOS E DE EFIGENIA ZULMIRA DO NASCIMENTO.

RODRIGO ALVES AZEVEDO DE MENEZES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MONTADOR JUNIOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/08/1996), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE REINALDO ALVES DE MENEZES E DE CELIA SANTOS AZEVEDO DE MENEZES. **RAFAELA CARVALHO DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(27/03/1998), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ERONILDO LIMA PEREIRA DA SILVA E DE MARLUCIA AMARAL DE CARVALHO.

FÁBIO TONASSO OLIVEIRA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CIRURGIÃO DENTISTA, NASCIDO EM SANTO ANTONIO DE PÁDUA, RJ NO DIA (12/02/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JESUS FRANCISCO DE OLIVEIRA E DE SEBASTIANA TONASSO DE OLIVEIRA. **LUANA DE SOUZA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE RH, NASCIDA EM GUARULHOS, SP NO DIA (25/02/1985), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO DE SOUZA SILVA E DE IUZANI TEOTONIO DE SOUZA E SILVA.

ALECSANDRO GOMES DE OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CARPINTEIRO, NASCIDO EM CAPITÃO DE CAMPOS, PI NO DIA (10/01/1984), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA E DE MARIA DOS REMÉDIOS GOMES OLIVEIRA. **MARIA FRANCILENE DA SILVA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM CAPITÃO DE CAMPOS, PI NO DIA (28/11/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARIA RITA DA SILVA.

RAFAEL GOMES DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO GERENTE DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(24/01/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILSON BENEDITO DA SILVA E DE APARECIDA ELISABTE GOMES DA SILVA. **GIANE DE CASTRO ARAUJO,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO SUPERVISORA DE VENDAS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/04/1979), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO BATISTA ARAUJO E DE RITA LUZIA DE CASTRO ARAUJO.

GABRIEL DIAS GRESPAN, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA DE PLANEJAMENTO LOGISTICO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/05/1997), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FABIO ILYDIO NUNES GRESPAN E DE MARILZA BITENCOURT DIAS GRESPAN. **GIULLIA MATIAS PEREIRA DO NASCIMENTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/05/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE LUIS DO NASCIMENTO E DE MARIA OZIBETE MATIAS PEREIRA.

FRANCISCO BISPO CORDEIRO, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO , NASCIDO EM CRATO, CE NO DIA(12/05/1963), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO BISPO CORDEIRO E DE LAURA MARIA DA CONCEIÇÃO. **MARIA DE FÁTIMA NUNES DA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO , NASCIDA EM SAÚDE, BA NO DIA(19/05/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE EUFLAVIO ANTONIO DA SILVA E DE ISABEL NUNES DE OLIVEIRA.

ÍTALO LEAL VERAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BANCARIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(18/10/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE WILSON DE SOUSA VERAS E DE JOSILENE RODRIGUES LEAL VERAS. **VIVIANE DA SILVA FERREIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA ADMINISTRATIVO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (23/12/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDECY MARINHO FERREIRA E DE AUREA SOUZA DA SILVA.

GUSTAVO HENRIQUE DE MELLO CLEMENTI, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO PRODUTOR RURAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (28/08/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ATHOS JOSÉ CLEMENTI E DE SONIA REGINA DE MELLO CLEMENTI. **GABRIELA MACHADO FORTUNA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO GERENTE DE MARKETING, NASCIDA EM TERESÓPOLIS, RJ NO DIA(10/08/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ARMINDO PEREIRA DE CARVALHO FORTUNA E DE SONIA MARIA DE OLIVEIRA MACHADO.

LUCAS ANTUNES LOURENÇO ROCHA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO BANCÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/08/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANISIO LOURENÇO ROCHA FILHO E DE JOSEFINA MARCIA ANTUNES. **JAQUELINE COLLI COSTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA CONTÁBIL, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(15/01/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JAIR DO AMARAL COSTA E DE MARILDA TERESINHA COLLI COSTA.

MARLLON GOMES DE ARAUJO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDO EM MUQUI, ES NO DIA (30/11/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EDUARDO GOMES DE ARAUJO E DE NELY GOMES LUPARELLI DE ARAUJO. **NAYARA ALINE DE OLIVEIRA CAMPOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDA EM LIMA DUARTE, MG NO DIA (14/07/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE HERITON ADEMAR CAMPOS E DE ANA MARIA DE OLIVEIRA.

MARCOS LUCIO DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO TÉCNICO EM TELEFONIA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (14/02/1973), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARIA APARECIDA DOS SANTOS. **ADRIANA GALLERA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA17/05/1977), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ADEMIR GALLERA E DE MARIA HELENA BALOGH GALLERA.

RAFAEL RICARDO DOS SANTOS PEREIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (22/02/1993), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO MARCOS PEREIRA E DE SIMONE ROSA DOS SANTOS. **KELLY CRISTINA GALLERA DOS SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/07/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARCOS LUCIO DOS SANTOS E DE ADRIANA GALLERA.

LEONARDO ALVES MARTINS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (06/03/1990), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ILEO APARECIDO MARTINS E DE VANIA GOMES ALVES MARTINS. **CAROLINE DE OLIVEIRA PIMENTEL,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA COMERCIAL, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(12/07/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE FRANCISCO ALVES PIMENTEL E DE ELENALVA DANTAS DE OLIVEIRA PIMENTEL.

DIEGO DA ROSA LOPES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ARQUITETO, NASCIDO EM SÃO CAETANO DO SUL, SP NO DIA (27/12/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE SILAS DA ROSA LOPES E DE MARIA APARECIDA GARCIA LOPES. **MARIANA CASTAGNA DALL'ACQUA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO FARMACÊUTICA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (05/04/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MARCELO DALL'ACQUA E DE ANA CLARA CASTAGNA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

NESLIP S.A.

CNPJ nº 19.654.466/0001-39

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Em milhares de reais

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

Ativo	2019	2018
Circulante	**185.670**	**179.186**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	181.707	175.401
Imposto a recuperar (Nota 4)	3.963	3.785
Não circulante: Realizável a longo prazo	**1.836**	**2.514**
Depósito judicial (Nota 5)	1.436	2.185
Partes relacionadas	400	329
Total do ativo	**187.506**	**181.700**

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	**1.401**	**1.154**
Fornecedores	4	14
Obrigações tributárias	35	42
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))	1.362	1.098
Não circulante		
Provisão para passivo a descoberto (Nota 6)	482	375
Patrimônio líquido (Nota 10)	**185.623**	**180.171**
Capital social	173.101	168.709
Reserva de lucros	8.390	8.103
Ajustes de avaliação patrimonial	47	65
Dividendos adicionais propostos (Nota 10(c))	4.085	3.294
Total do passivo e patrimônio líquido	**187.506**	**181.700**

Demonstrações do resultado

	2019	2018
Despesas operacionais	**(1.101)**	**(758)**
Com pessoal - onorár ios dos consel eiros	(192)	(192)
er viços prestados	(895)	(562)
érais e administrativ as	(14)	(4)
Outras despesas operacionais: Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada (Nota 6(b))	(89)	(65)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda	**(1.190)**	**(823)**
Resultado financeiro (Nota 7)	**8.833**	**9.199**
Receitas financeiras	10.144	10.574
Despesas financeiras	(836)	(881)
Tributos sobre receitas financeiras	(475)	(494)
Lucro antes do imposto de renda	**7.643**	**8.376**
Imposto de renda (Nota 8)	(1.909)	(2.087)
Lucro líquido do exercício	**5.734**	**6.289**
Ações em circulação no final do exercício (Nota 10(a))	2.632.790	2.632.790
Lucro por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	2,18	2,39

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.734	6.289
Outro componente do lucro abrangente:		
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	(18)	(48)
Resultado abrangente	**5.716**	**6.241**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.734	6.289
Ajustes: Provisão para passivo a descoberto de sociedade controlada	89	65
Variações monetárias e cambiais	(259)	(310)
Variações nos ativos e passivos		
Imposto a recuperar	20	(373)
Depósito judicial	805	-
Partes relacionadas	(66)	(76)
Fornecedores	(10)	2
Obrigações tributárias	(7)	(5)
Parcelamento - PERT	-	(8.066)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades operacionais	**6.306**	**(2.474)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	4.392	-
Dividendos distribuídos	(4.392)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades de financiamentos	-	-
Aumento líquido (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**6.306**	**(2.474)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**175.401**	**177.875**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**181.707**	**175.401**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de lucros - legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	168.709	7.872	113	(1.666)	-	175.028
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(48)	-	-	(48)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.289	-	6.289
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	231	-	(231)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.098)	-	(1.098)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(3.294)	3.294	-
Em 31 de dezembro de 2018	168.709	8.103	65	-	3.294	180.171
Aumento de capital (Nota 10(a))	4.392	-	-	-	(3.294)	1.098
Variação cambial sobre investimento no exterior (Nota 6(b))	-	-	(18)	-	-	(18)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.734	-	5.734
Destinação do lucro: Constituição de reserva legal (Nota 10(b))	-	287	-	(287)	-	-
Remuneração dos acionistas (Nota 10(c))						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(1.362)	-	(1.362)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(4.085)	4.085	-
Em 31 de dezembro de 2019	173.101	8.390	47	-	4.085	185.623

Notas explicativas da administração - 1. Contexto operacional: A Neslip S.A. (ou a "Companhia") é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, Estado de São Paulo e tem como objeto social e atividade preponderante (i) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios e bebidas em geral, bem como materiais e produtos para acondicionamento, material publicitário e de apoio comercial e assemelhados, (ii) transporte de cargas em geral e distribuição de bebidas, (iii) prestação de serviços de assistência às fábricas de cervejas e (iv) a participação em outras sociedades. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas práticas contábeis adotadas no Brasil estão substancialmente alinhadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDBs), em debêntures compromissados de alta liquidez e em fundos de renda fixa que são prontamente conversíveis em numerário. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **(b) Investimento em controlada:** O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial. A variação cambial de investimento em controlada no exterior, esta que apresenta moeda funcional distinta da considerada pela Companhia, é registrada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido da Companhia e somente será apropriada ao resultado no exercício em que o investimento for vendido ou baixado. **(c) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São apresentados pelos valores líquidos de realização. **(d) Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda compreende a parcela corrente desse tributo, apurado pelo regime de tributação com base no lucro real e está reconhecido na demonstração do resultado, sendo que o mesmo é calculado com base nas leis tributárias. Não há despesa a título de contribuição social sobre o lucro líquido registrada no resultado, tendo em vista ação ordinária ajuizada contra a União Federal, objetivando excluir a exigência relativa ao recolhimento de tal contribuição social instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, e incidente sobre o lucro das pessoas jurídicas, a qual foi declarada inconstitucional no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação em Mandado de Segurança. A União Federal, na oportunidade cabível, não interpôs o competente recurso para o Supremo Tribunal Federal, tendo a decisão transitado em julgado, conforme certidão emitida pelo cartório do juízo em 29 de fevereiro de 1992. Mesmo considerando que a modificação de tal decisão seria ainda possível com o ajuizamento de ação rescisória no prazo de dois anos, contados da data do trânsito em julgado da decisão, a ré não se manifestou formalmente no prazo estipulado em lei. A administração da Companhia, baseada em seu entendimento e na opinião de seus consultores jurídicos, entende não haver mais riscos com relação à incidência da contribuição social. **(e) Demais passivos circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos. **(f) Remuneração dos acionistas:** A distribuição dos dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral. **(g) Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas a Companhia fez estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Quanto às contingências as mesmas são atestadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, discussões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração. **(h) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

3. Caixa e equivalentes de caixa	**2019**	**2018**
Caixa e bancos	590	570
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	124.750	111.559
Debêntures compromissadas	-	9.465
Fundo de aplicação (Cash Alloc FICFI)	56.367	53.807
	181.117	174.831
	181.707	175.401

As aplicações financeiras têm seus rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade que varia entre 97,00% e 100,00% do CDI, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Companhia. **4. Imposto a recuperar:** O saldo de imposto a recuperar, no montante de R$ 3.963 (2018 - R$ 3.785), representa o imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, atualizado monetariamente, quando aplicável, pela taxa Selic até a data das demonstrações financeiras. **5. Depósito judicial:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 377, referente ao processo (2005.61.82.023250-5) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu foi a Hocabra Ltda. (incorporada pela Companhia em junho de 2002), que argui débitos de contribuição social sobre lucros auferidos pela empresa incorporada em: fevereiro, março, abril e junho de 1996. Em julho de 2013, a Companhia depositou judicialmente a quantia de R$ 935 referente ao processo (2009.61.82.033724-2) no qual o autor é a Fazenda Nacional e o réu é a Neslip S.A., onde a União exige supostos débitos de imposto de renda retido na fonte. Em maio de 2019 foi proferida sentença extinguindo a Execução Fiscal em razão do cancelamento de parte dos débitos e da conversão em renda de parte desse depósito judicial em montante suficiente para satisfazer a dívida remanescente, sendo devolvido à Neslip o valor atualizado de R$ 792 (principal de R$ 510). O processo ainda possui uma apelação pendente de julgamento que trata de discussão relativa apenas à questão dos honorários de sucumbência, no valor principal de R$ 425. Referidos processos ainda estão em fase de tramitação e estão atualizados pela taxa Selic, ao final de ambos exercícios sociais. A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, classifica esses processos como uma contingência com risco de perda possível. **6. Investimento em controlada: (a) Informações sobre o investimento - Sanil S.A. (em 31 de dezembro):**

	2019	**2018**
Percentual de Participação	100%	100%
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(482)	(375)
Prejuízo do exercício	(89)	(65)

(b) o vimentaçã do in vestimento

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(262)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(48)
Provisão para passivo a descoberto	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(375)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(18)
Provisão para passivo a descoberto	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(482)

(c) Outras informações relevantes sobre o investimento: A Sanil S.A. é uma sociedade anônima, estabelecida no Uruguai, tendo iniciado suas atividades em janeiro de 1992. Sua finalidade é desenvolver todos os tipos de atividades de investimento e/ou posse de qualquer classe de títulos no exterior. O patrimônio líquido da controlada, face a mesma estar sediada no exterior, foi convertido para moeda nacional às taxas de câmbio vigentes em cada uma das datas-base acima apresentadas das demonstrações financeiras. O resultado de provisão para passivo a descoberto compreende apenas a participação da Companhia nos resultados dessa sua controlada, registrado como "Receita (despesa) operacional" nas contas da Companhia. Ainda, os efeitos das variações cambiais de cada exercício foram registrados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

7. Resultado financeiro	**2019**	**2018**
Receitas financeiras de depósitos bancários	9.885	10.264
Outras receitas monetárias e ganhos cambiais líquidos	259	310
Receitas financeiras	10.144	10.574
Comissão de fiança	(833)	(800)
Juros sobre parcelamento - PERT	-	(80)
Outras despesas financeiras	(3)	(1)
Despesas financeiras	(836)	(881)
PIS sobre receitas financeiras	(66)	(69)
COFINS sobre receitas financeiras	(409)	(425)
Tributos sobre receitas financeiras	(475)	(494)
Resultado financeiro, líquido	8.833	9.199

8. Imposto de renda: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2019	**2018**
Lucro antes do imposto de renda	7.643	8.376
Alíquota nominal do imposto de renda - %	25%	25%
Imposto de renda pela alíquota nominal - (despesa)	(1.911)	(2.094)
Ajustes		
Provisão para passivo a descoberto	(22)	(16)
Despesas não dedutíveis	-	(1)
Adicional de alíquota - 10%	24	24
Despesa de Imposto de renda no resultado do exercício	(1.909)	(2.087)

9. Contingências: A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como remotos e possíveis com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não produzindo, portanto, correspondente provisão. A natureza das obrigações tributárias refere-se, principalmente, à discussão quanto ao não recolhimento de tributos federais em decorrência da omissão de ganhos de capital na alienação de investimentos e dedução indevida de despesas, bem como multa de ofício isolada calculada sobre a base estimada de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro que teria deixado de ser recolhida. O valor estimado das causas classificadas como perda possível é de aproximadamente R$ 1.852.590 (2018 - R$ 1.718.561). **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social integralizado está representado por 2.632.790 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme a seguir detalhado:

Acionistas:	**Quantidade de ações**	**%**
KSP Participações Ltda.	825.272	31,3%
KAIK Participações Ltda.	881.020	33,5%
Heineken International B.V.	374.282	14,2%
Coca Cola Indústrias Ltda.	270.366	10,3%
TILPAR - TIL Participações Ltda.	273.943	10,4%
Outros	7.907	0,3%
	2.632.790	**100%**

Cada ação ordinária confere o direito a um voto na Assembleia Geral. Em 25 de abril de 2019, com exceção da acionista Heineken International B.V. (que se absteve de votar), os acionistas aprovaram a capitalização da íntegra dos dividendos originalmente propostos em 2018 (mínimo obrigatório e adicionais propostos), no valor de R$ 4.392, passando o capital social da Companhia de R$ 168.709 para R$ 173.101, sem a emissão de novas ações. **(b) Reserva legal:** É constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **(c) Remuneração dos acionistas:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. De acordo com as disposições estatutárias, o dividendo mínimo obrigatório é de 6% do patrimônio líquido da Companhia, limitado a 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei societária, o qual deve ser submetido para deliberação e aprovação em Assembleia Geral. Sendo assim, os dividendos foram apurados da seguinte forma no exercício de 2019:

Lucro líquido do exercício:	5.734
Constituição de reserva legal - 5%	(287)
Lucro líquido ajustado:	5.447
Dividendos obrigatórios - 25%	(1.362)
Dividendos adicionais propostos	(4.085)
	(5.447)

11. Instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes a instrumentos financeiros constantes das demonstrações financeiras se aproximam, substancialmente, dos valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, do valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado e encontra-se dentro do escopo do Pronunciamento Contábil CPC 38. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, na rubrica caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2019 (R$ 181.707) e em 31 de dezembro de 2018 (R$ 175.401). **(a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse risco é naturalmente mitigado em função da Companhia realizar operações com instituições financeiras consideradas pela administração como de baixo risco. **(b) Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas. **(c) Risco de taxa de câmbio:** O resultado da Companhia não é suscetível a sofrer variações pela volatilidade da taxa de câmbio, pois a Companhia não possui operações significativas em moeda estrangeira.

Diretoria:
Francisco Miguel Alarcon - Presidente
Paulo Weiser Neto - Diretor | **Luiz Otávio Pôssas Gonçalves** - Diretor

Contador Responsável:
Sebastião de Souza Fontes Nunes
CRC - 1RJ035748/O-9 "S" SP

Financap S/A Administração e Comércio

CNPJ/MF nº 60.861.051/0001-30 - NIRE nº 35.300.068.858

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os senhores Acionistas **da Financap S/A Administração e Comércio** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada, no dia 31 de agosto de 2020, iniciando os trabalhos às 9:00 horas, em primeira convocação, ou na falta de quórum às 10:00 horas da manhã em segunda convocação, com qualquer número, na Rua Boa Vista, 186 - 9º andar - Centro, em São Paulo - SP, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I. Em Assembleia Geral Ordinária: a) Exame, discussão e votação dos relatórios da diretoria e das demonstrações financeiras e contábeis da Companhia, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição do dia 21 de julho de 2020 (páginas 11, 15, 16 e 18, respectivamente) e Jornal O Dia na edição do dia 21 de julho de 2020 (páginas 5 e 6, respectivamente); b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleger membros da Diretoria e fixação de seus honorários; II. Em Assembleia Geral Extraordinária: a) Alteração do Estatuto Social para inclusão de cláusula arbitral outras cláusulas e Consolidação do Estatuto Social.

São Paulo, dia 22 de agosto de 2020. **A Diretoria**

Leo Madeiras Máquinas & Ferragens S.A | CNPJ/MF 61.069.373/0001-03 | NIRE 35.300.488.776

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/04/2020

Data, hora e local: 13/04/2020, às 9h, na sede social da Leo Madeiras, Máquinas & Ferragens S.A. ("Companhia"), situada na Rua Bartolomeu Paes, n 136, Vila Anastácio, CEP 05092-000, na cidade de São Paulo/SP. **Presença**: acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação**: dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4.º da Lei n.º 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa**: Samuel Seibel, Presidente, e Andrea Laserna Seibel, Secretária. **Ordem do dia**: **(i)** alteração do objeto social a fim de incluir nas atividades o comércio varejista de materiais de construção em geral, produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; **(ii)** alteração da composição da Diretoria da Companhia; **(iii)** alteração da forma de representação da Companhia e **(iv)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações**: por unanimidade e sem ressalvas, os acionistas deliberaram por: **(i)** autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1.º e 2.º da Lei das Sociedades por Ações; **(ii)** alterar o objeto social da Companhia, com o escopo de incluir o comércio varejista de materiais de construção em geral, produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal, passando o artigo 3.º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 3º**. A Companhia tem por objeto o comércio de madeiras, ferragens, artefatos, subprodutos e produtos correlatos, inclusive, de produtos químicos para tratamento de madeira, bem como a industrialização, por sua conta ou de terceiros, de todos estes produtos, montagem e instalação, compra e venda de máquinas novas e usadas, representação comercial, assessoria, consultoria, locação de bens móveis e imóveis, a armazenagem de materiais e equipamentos, participação societária em outras empresas, o comércio varejista de livros, materiais de construção em geral, produtos saneantes domissanitários, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal." **(iii)** alterar a composição da Diretoria da Companhia, a fim de extinguir o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro e aumentar o número de diretores sem designação específica de 5 para 6, permanecendo a Diretoria sendo composta por até 7 membros, mas sendo 1 Diretor Geral e até 6 Diretores sem designação específica; **(iv)** por conseguinte, o *caput* do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 15.** A Diretoria será composta por no mínimo 2 e no máximo 7 membros, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo 1 Diretor Geral e até 6 Diretores sem designação específica, cujo prazo de gestão será de 1 ano, permitida a reeleição." **(v)** alterar a forma de representação da Companhia, mediante alterações no artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, a fim de que passe a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação: "**Artigo 20.** Compete fundamentalmente aos Diretores: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários. **§ 1º.** Observadas as matérias sujeitas à aprovação dos membros do Conselho de Administração, conforme o disposto no Artigo 14 acima, a validade de qualquer ato que importe criação ou modificação de obrigações da Companhia ou modificação ou extinção de obrigações de terceiros para com a Companhia, como por exemplo: contratos de qualquer natureza e de qualquer valor, abertura e movimentação de contas bancárias, emissão e endosso de cheques, retiradas de talonários de cheques da Companhia em quaisquer estabelecimento bancário, notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos cambiários, requer, em qualquer caso, a assinatura em conjunto de **(i)** dois Diretores, sendo necessariamente um deles o Diretor Geral; ou **(ii)** o Diretor Geral em conjunto com um Procurador com poderes específicos; ou **(iii)** um Diretor sem designação específica e um Procurador com poderes específicos; ou ainda **(iv)** dois Procuradores também com poderes específicos. **§ 2º.** A Companhia poderá, ainda, ser representada por um Diretor ou um Procurador com poderes específicos, agindo isoladamente em atos perante: toda e qualquer entidade que seja uma Autoridade Certificadora ou uma Autoridade de Registro, suas entidades ligadas ou secundárias, para fins de obtenção de qualquer certificado digital da companhia, incluindo, mas não se limitando o SERASA S.A, Autoridade Certificadora no âmbito da ICP-Brasil (SERASA AC), repartições públicas, federais, estaduais e municipais, autarquias, secretarias e suas delegacias e inspetorias, agências e postos fiscais, empresas públicas de economia mista, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil e suas carteiras e departamentos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, estradas de ferro, Infraero e empresas de transporte aéreo e empresas de telefonia e comunicações que não implique criação de obrigações ou renúncia a direitos.**§ 3º** - As procurações em nome da Companhia serão sempre outorgadas por 2 Diretores assinando em conjunto, sendo um deles necessariamente o Diretor Geral, devendo especificar os poderes conferidos ao(s) outorgado(s) com prazo de mandato determinado, com exceção daquelas para representação da Companhia perante órgãos e autoridades da administração pública direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas e sindicatos, bem como para fins judiciais, que poderão ser outorgadas individualmente mediante a assinatura de um Diretor ou de um Procurador com poderes para tanto, sem que necessariamente seja atribuído prazo de validade. **§ 4º.** Os Diretores sem designação específica, poderão, cada um deles, em conjunto entre si, ou em conjunto com o Diretor Geral, ou ainda, em conjunto com um Procurador com poderes específicos, assinar em nome da Companhia, contratos, distratos e propostas técnicas e comerciais de qualquer contrato em nome da outorgante, cujo valor máximo das obrigações assumidas durante o ano civil com o mesmo contratado, independentemente do número de contratos firmados, não ultrapasse o total de R$ 300.000,00. **§ 5º.** É vedado, de pleno direito, aos Diretores sem designação específica em conjunto entre si, independentemente do valor da transação/contrato, a assinatura de contratos com natureza e objeto voltados a: aquisição de softwares, aquisição ou renovação de licenças de softwares, atos societários, locações de novos imóveis, aquisição ou venda de imóveis; cessão de uso de marcas, contratos de franquias, contratos de associação, avais, fiança, hipotecas e empréstimos, bem como a assinatura de quaisquer documentos e/ou Contratos que sejam privativos do Diretor Geral e aqueles especificados no Artigo 14 do presente Estatuto. Os contratos especificados nesta cláusula somente terão validade se assinados em conjunto com o Diretor Geral ou com um Procurador com poderes específicos." **(vi)** em razão das deliberações anteriores, aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata. Os diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários à conclusão do deliberado na presente assembleia. **Encerramento**: nada mais havendo a ser tratado, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi por todos assinada. **Assinaturas**: presidente, Samuel Seibel; secretária, Andrea Laserna Seibel; e acionistas, Helio Seibel, Salo Davi Seibel e Samuel Seibel. *Confere com a original lavrada em liro próprio.* São Paulo (SP), 13/04/2020. **Samuel Seibel** - Presidente; **Andrea Laserna Seibel** - Secretária. **JUCESP** nº 271.016/20-6, em 22/07/2020, Gisela Simiema Ceschin - Secretária geral

EDITAL

Edital Para Conhecimento De Terceiros Interessados, Com Prazo De 10 (Dez) Dias, Expedido Nos Autos Do Cumprimento De Sentença (De Desapropriação) N.º 00907405-67.1986.403.6100 – SASI S/A COM/ E Empreendimentos E Outros em face de EDP Sao Paulo Distribuicao De Energia S.A O Doutor Fernando Marcelo Mendes, Juiz Federal Da Décima Terceira Vara Federal Cível Da Primeira Subseção Judiciária Do Estado De São Paulo Faz Saber que nos autos do Cumprimento de Sentença (de Desapropriação) n.º 00907405-67.1986.403.6100, requerida por SASI S/A Com/ E Empreendimentos E Outros, em face de EDP Sao Paulo Distribuicao De Energia S.A., objetivando inicialmente na Ação de Desapropriação, a desapropriação de uma área de 254,84 metros quadrados, configurada na planta parcial nº 105 da planta geral nº 410.847 e localizada na Rua União da Conquista, gleba nº 108, Aracaré, zona urbana do município de Itaquaquecetuba, estado de São Paulo, faixa de terra destinada à passagem da Linha de Transmissão de energia elétrica LT ETT Nordeste Vila Olívia 1-2-3 e LT ETT Nordeste ETT Mogi 1-2-3, declarada de utilidade pública, que foi, por força do Decreto-Lei nº 86.521, de 30 de outubro de 1981, nos termos da sentença proferida às fls. 319/323 dos autos físicos (ID.14057355, Vol.02, p.97/101), determinada a desapropriação da área requerida, cuja localização e acessos são os que seguem: um terreno de forma irregular, com as seguintes divisas e confrontações: "começa em um ponto localizado onde o alinhamento oeste da Rua União da Conquista intercepta a divisa desta gleba e a gleba 107 do proprietário desta gleba em descrição, distante 23,00 metros, do prolongamento do alinhamento sul da Rua Cambará, medidos pelo alinhamento oeste da Rua União da Conquista; segue por este em direção sudoeste, na distância de 11,50 metros, confrontando com o seu leito carroçável; deflete à direita e segue em direção noroeste, na distância de 22,38 metros, confrontando com a gleba 109, deste proprietário; deflete à direita e segue em direção nordeste, na distância de 11,50 metros, confrontando com a gleba 115, do proprietário desta gleba; deflete à direita e segue em direção sudeste, na distância de 21,94 metros, confrontando com a gleba 107, deste proprietário, até atingir o ponto de início desta descrição. Perfazendo a área de 254,84 metros quadrados". Foi determinada a expedição do presente edital, com prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 34, do Decreto-lei n.º 3365/41, para o conhecimento de terceiros, acerca da desapropriação levada a efeito, cuja publicação caberá à parte Expropriante, consoante entendimento jurisprudencial sedimentado no Superior Tribunal de Justiça e na Justiça Federal (vide REsp nºs 734575 e 416283; Agravos de Instrumento nºs 2002.04.01.027489- 0 TRF4; 105149 - TRF5; 0000888-15.2016.4.02.0000 - TRF2), após o que será expedida a carta de adjudicação endereçada ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaquaquecetuba/SP, tudo com a finalidade de, primeiro, possibilitar a abertura de matrícula do imóvel junto àquele oficial de registro e, segundo, para levar a registro a averbação da própria desapropriação efetivada em benefício da Expropriante, tudo conforme despacho ID.31429688. E para que chegue ao conhecimento de todos e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este, com o prazo máximo de 10 (dez) dias. Ficam todos os interessados cientificados que tratam-se de autos que correm eletronicamente, cujos dados poderão ser consultados através do link: *http://web.trf3.jus.br/anexos/download/N4A956217C*. Este Juízo está localizado na Av. Paulista, 1682, 9º andar, nesta Capital. EXPEDIDO nesta cidade de São Paulo, em 19 de agosto de 2020. Eu, Leandra Tome Senzato - RF n.º 5659, Técnica Judiciária, digitei. E eu, Bel. Nivaldo Firmino de Souza – RF n.º 5461 , Diretor de Secretaria, conferi.FERNANDO MARCELO MENDES Juiz Federal K-25/08

8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 8º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0034967-67.2020.8.26.0100. O Dr. Helmer Augusto Toqueton Amaral, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Grasielli Klas (CPF. 075.323.979-55), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Fundação Armando Álvares Penteado, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 11.653,74 (agosto de 2020). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. 25 e 26/08/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004690-68.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Cristina Paganini Dias Sarti, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Grupo Educacional CBES - Colégio Brasileiro de Estudossistêmicos Ltda (CNPJ 03.096.318/0001-06), que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Aretha Alves de Toledo e Ariane Aparecida Ambrozin, foi julgada procedente, condenando-a a emitir e enviar às autoras o certificado de conclusão de curso de pós-graduação, no prazo de 30 dias a contar da intimação em cumprimento de sentença, sob pena de multa diária de R$ 300,00, limitada a 30 dias. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 25 e 26/08/2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013026-63.2019.8.26.0008. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr. Cláudio Pereira França, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIANA SOUSA RAMOS DE FREITAS, CPF: 415.857.098-08, que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 21.909,64 (junho de 2020), representada pela Cédula de Crédito Bancário - Financiamento para Aquisição de Bens e/ou Serviços - CDC PF n° 004.483.214. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. A executada, independentemente de penhora, poderá opor-se à execução, por meio de embargos, em 15 dias, a fluir do prazo do edital. No mesmo prazo deve informar nos autos seu endereço eletrônico, para os fins dos arts. 270, 274, par. único do NCPC. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de julho de 2020. 25 e 26/08/2020

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1112659-33.2017.8.26.0100 (U-1615). A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza de Miguel, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Diego Borges Gomes da Silva, Solange Adelaide Borges da Silva e Victor Miguel Borges Gomes da Silva ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a Pedido de declaração de domínio do Apartamento n. 81, localizado no 8º. andar ou 9º. pavimento, do Edifício Varandas de Buenos Aires, situado à Avenida São Miguel n ºs 1605 e 1591, na Vila Buenos Aires, São Paulo SP, possuindo a área útil de 56,10 m², a área comum de 17,87 m², com uma área construída de 73,97 m², cabendo-lhe no terreno a quota ideal de 0,9123% e Uma vaga de garagem nº 33, situada no 2º. subsolo no referido Edifício com área construída de 23,84 m², cabendo-lhe no terreno e quota ideal de 0,2969% . Contribuintes n ºs 110.203.0032-8 (área maior), alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 25 e 26/08/2020

FORO REGIONAL II - SANTO AMARO - 7ª VARA CÍVEL
DECISÃO Processo nº: **0016146-18.2020.8.26.0002** (processo principal 1004213-65.2019.8.26.0002) **- Cumprimento de sentença -** Honorários Advocatícios - Exequente: **Mazetto Sociedade de Advogados** Executado: **Rosangela Goncalves da Silva** Vistos. Cumpra-se a decisão condenatória (sentença e/ou acórdão). NO CASO DE CITAÇÃO DA FASE DE CONHECIMENTO POR EDITAL, SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO COMO EDITAL COMPLEMENTAR, CUMPRINDO SUA PUBLICAÇÃO NO DJ A FUNÇÃO DO ARTIGO 257. Desnecessária qualquer outra providência, já que a própria publicação única significará publicidade no Diário de Justiça e na própria Internet, para os fins do inciso IV, parágrafo 513 e artigo 841 do CPC. O prazo do edital será de 20 dias, a partir de quando fluirá o prazo de 15 dias para pagamento. Desde logo, fica(m) o(s) devedor(es) intimado(s) de que, não havendo pagamento, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 525 do Código de Processo Civil para que ele(s) apresente(m) IMPUGNAÇÃO nos próprios autos, independente de penhora ou nova intimação. Independente das medidas abaixo determinadas, deverá o credor zelar pela identificação do patrimônio passível de constrição judicial. Decorrido o prazo sem noticia de pagamento direto e de acordo com a ordem do artigo 835 do Código de Processo Civil, desde logo defiro a PENHORA do débito indicado (acrescido da multa processual de 10%). Como medidas que dependem do Poder Judiciário, defiro a PENHORA pelo Bacen-Jud (independente de qualquer outra formalidade) e pesquisas de bens nos sistemas Infojud para obtenção da última declaração do(s) devedor(es) e Renajud, para informações acerca de veículos em nome do(s) devedor(es). Observo que a penhora de bem móvel depende: a) da prévia localização pelo credor, b) que o mesmo esteja na posse do devedor e c) não possua gravame. Nos termos do Resp. nº 1.349.363/SP, submetido ao regime dos recursos repetitivos (art. 543-C, do CPC), determino, desde já, que, havendo respostas positivas oriundas do sistema INFOJUD, sejam juntadas aos autos, que passará a tramitar em segredo de justiça, anotando-se.Deverá o credor recolher previamente as taxas previstas no Prov 1.826/10 e Comunicado 170/2011 (Guia do Fundo Especial de Despesas Código 434). Pretendendo a pesquisa de imóveis deve o(a) credor(a) buscar informações diretamente no site da Arisp (www.arisp.com.br). Se positivas as respostas, proceda-se a penhora. E dela deverá ser intimado o (s) devedor (es), na pessoa do advogado ou pessoalmente (artigo 841 CPC). Se ainda não intimado para fins de impugnação, poderá haver apenas uma intimação, que servirá para as duas finalidades (impugnação ao cumprimento de sentença e da penhora). Se negativas ou irrisórias aquelas medidas, remetam-se os autos ao arquivo, imediatamente, com ciência ao credor. Os autos somente serão desarquivados, se e quando o exequente indicar bens à penhora. Int. São Paulo, 07 de agosto de 2020. **[25]**

GAIA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME Nº 07.587.384/0001-30

Edital de Convocação de Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A.

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares dos CRA") em circulação da 1ª Série da 18ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora" e "CRA", respectivamente), nos termos do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 18ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Securitizadora S.A., lastreados em Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio Emitido pela FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda."* ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 2ª (segunda) convocação para Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar no dia **14 de setembro de 2020**, às **14 horas** ("Assembleia"), **exclusivamente por videoconferência online**, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, conforme Instrução Normativa CVM nº 625/2020 ("ICVM 625"), através das orientações descritas abaixo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes na Ordem do Dia: **(a)** a renúncia ao exercício do disposto nas cláusulas 5.10.2, itens (ii) e (iii) do Termo de Securitização, tendo em vista a reestruturação societária a ser implementada pela Summit Brazil Renewables, LLC, controladora do grupo da **FS Agrisolutions Indústria de Biocombustíveis Ltda.** ("Devedora"), a qual será realizada por meio de uma incorporação reversa, na qual a Devedora irá incorporar a sua atual cotista majoritária, Summit Brazil Renewables Participações Ltda., conforme descrito em solicitação enviada pela Devedora à Emissora, com cópia para **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Agente Fiduciário"), em 3 de agosto de 2020 ("Solicitação"); **(b)** aprovar, nos termos indicados na Solicitação disponibilizada no site http://gaiasec.com.br/ri/emissoes/, a alteração da definição de "Summit"; e **(c)** autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora a realizar a alteração dos documentos da operação, para padronização dos conceitos de acordo com o deliberado na presente assembleia. A Emissora ressalta que a Assembleia, em segunda convocação, será instalada com a presença de qualquer número de Titulares de CRA, observado que o quórum de instalação não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, sendo que, para a aprovação das matérias acima, serão necessários votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação presentes na Assembleia de Titulares de CRA. Em conformidade com a ICVM 625, o acesso à Assembleia será disponibilizado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário àqueles que enviarem um correio eletrônico para juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br, com os documentos de representação, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para fins de verificação da regular representação, serão aceitos como documentos de representação: (i) pessoa física – cópia digitalizada do documento de identidade com foto e assinatura do Titular dos CRA, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono bancário ou assinatura eletrônica; (ii) demais participantes: a) cópia do estatuto ou contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA, e cópia digitalizada de documento de identidade do respectivo representante legal com foto e assinatura; b) caso representado por procurador, cópia digitalizada da procuração acompanhada do documento de identidade do outorgante, contendo sua foto e assinatura, bem como do documento de identidade do outorgado, contendo sua assinatura e foto, sendo que a procuração deverá estar com firma reconhecida sobre a assinatura, abono bancário ou assinatura eletrônica. Nos termos do art. 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia, o qual será disponibilizado pela Emissora em seu site http://gaiasec.com.br/ri/emissoes/. O Titular de CRI que desejar exercer o voto por instrução de voto a distância deverá preencher a instrução de voto com seus dados e voto e encaminha-la à Emissora e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos juridico@grupogaia.com.br e spestruturacao@simplificpavarini.com.br até o horário da Assembleia, acompanhado dos documentos de representação indicados acima, de forma que sua presença e voto sejam contabilizados à Assembleia. Após o horário de início da Assembleia, os Titulares dos CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos. A emissora, o Agente Fiduciário e a Devedora permanecem à disposição para prestar esclarecimentos aos Titulares dos CRA no ínterim da presente convocação e da Assembleia. São Paulo, 25 de agosto de 2020. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1034715-18.2018.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Pagamento Requerente: Condomínio Long Stay World Class Requerido: Luis Augusto Biscesto de Freitas EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1034715-18.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CAMILA RODRIGUES BORGES DE AZEVEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a LUIS AUGUSTO BISCESTO DE FREITAS (CPF/MF nº 309.935.278-09 e RG. 2.467.851-84) que CONDOMÍNIO LONG STAY WORLD CLASS lhe ajuizou uma Ação de Cobrança de Despesas Condominiais, para receber a quantia de R$ 34.235,56, referente ao não pagamento das despesas condominiais do Apartamento nº 222, localizado no 22º andar ou 25º pavimento, do bloco B, integrante do CONDOMÍNIO LONG STAY WORLD CLASS situado na Rua Alvorada, nº 1009. Estando o réu em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 20 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de agosto de 2020. 22 e 25/08

Intimação. Prazo 20 dias. Proc.nº 0017430-58.2020.8.26.0100. A Dra. Daniela Pazzeto Meneghine Conceição, Juíza de Direito da 39ª Vara Cível da Capital-SP, na forma da lei, etc. Faz saber a Frederico Tinoco Guardia, CPF 370.907.118-62 que, nos autos do Cumprimento de Sentença, requerido por Fundação Armando Álvares Penteado, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, intimado fica para no prazo de 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, efetuar o pagamento da importância de R$ 17.091,35, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo. 25 e 26/08

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0183559-44.2006.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Marco Antonio Barbosa de Freitas, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CONTINENTAL COSMÉTICOS LTDA- EPP, CNPJ 05.522.896/0001-92, KAORUAKAHOSHI, RG 3511321, CPF 585.868.068-20 e MATUE SAKIHAMA MIYAGUI, RG 6801452, CPF 003.201.168-75, que lhes foi proposta uma ação de Monitória por parte de BANCO DO BRASIL S/A, objetivando a cobrança de R$ 61.058,41 (julho/2006), referente contrato de credito rotativo firmado em 14/06/2004. Estando os réus em local ignorado, foi expedido o presente edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o "quantum" reclamado ou ofereçam embargos, sob pena de não o fazendo, constituir-se em título executivo judicial a inicial pretendida. Não sendo apresentados embargos monitórios, os réus serão considerado revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de agosto de 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS.PROCESSO Nº 0082823-61.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz (a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney da Silva Braga, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LUIZ PINTO TEIXEIRA, Brasileiro, RG 6.328.422-4, CPF 527.674.008-97, com endereço à Rua Herval, 182, Centro, CEP 12080-250, Taubaté - SPque por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por MOISES GUEDES LIMA, inscrito na OAB/SP sob nº 357.671, e no CPF/MF sob nº 028.038.987-64, com endereço à Rua Oscar Freire, nº 2.250, Conj. 604 a 607, Pinheiros, CEP05409-011 Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 54.094,72, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de junho de 2020. Eu, Viviane Thomaz de Sousa – Escrevente Técnico Judiciário digitou. Eu, Maria Pastorina Proença, Escrivã Judicial I, conferi e assino. 25 e 26/08

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

IVONILDO DOS SANTOS SANTIAGO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 12/05/1987, PINTOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL, NATURAL DE NAZARÉ - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE FLORISVALDO DOS SANTOS SANTIAGO E DE MARIA PEREIRA DOS SANTOS; E **TAYNARAALVES,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 26/04/1995, DO LAR, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE ELSON ALVES E DEANA PAULACOUTOALVES.

LUIZ FELIPE SOBRINHO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 15/03/1968, CARPINTEIRO, NATURALDE DONA INÊS - PB, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE MANOEL SAMUELFELIPE E DE SEBASTIANA IZABEL DA CONCEIÇÃO; E**SILVANA MARIA PATRICIO MACIEL,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDA AOS 12/07/1969, DO LAR, NATURALDE FORTALEZA - CE, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE OSMAR ALVES MACIELE DE ANTONIAPATRICIO MACIEL.

MARIO MATOS MARAMALDO,BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 06/09/1997, ESTUDANTE, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSE RAIMUNDO FERREIRA MARAMALDO E DE CELIA GONÇALVES DE MATOS MARAMALDO; E **GRAZIELLE DA SILVA CRUZ,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 22/11/1996, FOTÓGRAFA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADANESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE JOÃO PAULO ALVES DA CRUZ E DE MARLENE GOMES DASILVA.

THIAGO SOUZA DE OLIVEIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 18/04/1983, VENDEDOR, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ARMENIO FERREIRA DE OLIVEIRA E DE CECILIA DE SOUZA OLIVEIRA; E **ANA PAULA FERREIRA BATISTA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 22/02/1985, ESTOQUISTA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE LUIS CARLOS FERREIRABATISTA E DE LUCIANE PEREIRA BATISTA.

WILLIAM LEAL BARBOSA,BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 12/02/1987, ESPECIALISTADE GESTÃO ESTRATÉGICA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE FRANCISCO BARBOSA SOBRINHO E DE GONÇALINHA RIBEIRO LEAL BARBOSA; E**MICHELLE LOPES DE OLIVEIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 31/01/1993, ANALISTA DE PÓS GRADUAÇÃO, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE ANTONIO CARLOS BESSADE OLIVEIRA E DE ELIANE LOPES DASILVA OLIVEIRA.

DIOGO BALBINO DE ARAUJO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 05/06/1986,AUXILIAR DE CONTROLADORIA, NATURAL DE MAUÁ - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE PAULO BALBINO DE ARAUJO E DE JOSEFA MARGARIDA DEARAUJO; E **JULIANA PINHEIRO DOS SANTOS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 07/03/1992, ANALISTA FISCAL, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADANESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE DEVANIL PINHEIRO DOS SANTOS FILHO E DE ELINAURACONSTANTINA DE SOUSA SANTOS.

CHRISTIAN ROSA WAMES DOS SANTOS, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 29/05/1996, AUXILIAR DE EXPEDIÇÃO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE CARLOS ANTONIO WAMES DOS SANTOS E DE SANDRA REGINAVIEIRA ROSA; E **LORRAINE PIRES DE OLIVEIRA,**BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 01/06/2001, DO LAR, NATURAL DE BELO HORIZONTE - MG, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADEAGNALDO SERGIO SOARES DE OLIVEIRA E DE ROSALIA PIRES BRAGA.

HENRIQUE SANTOS DE ALMEIDA, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 09/11/1992, PORTEIRO, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ELIAS CORREIA DEALMEIDA FILHO E DE MARLENE MOREIRA SANTOS; E **THAYNA OLIVEIRAMARTINS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 08/10/1996, DO LAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE CLAUDIO GOMES MARTINS E DE CLAUDIA ALVES DE OLIVEIRA MARTINS.

LUCAS FREIRE SOARES RIBEIRO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 28/06/1997, CONTROLADOR DE ACESSO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE HELIO TONICO FREIRE RIBEIRO E DE MARIENE ALVES SOARES; E **STEFANY LEMES SIMOURA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 20/07/1999, BOLEIRA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADANESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DEAMERICO DAMACENO SIMOURA FILHO E DEANGELA DAPENHA LEMES.

DANIEL DE MORAES BELTRAMI, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 14/07/1989, PROGRAMADOR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE LAZARO BELTRAMI E DE MARIA APARECIDA DE MORAES BELTRAMI; E **GRAZIELLE MOURADA SILVA,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDAAOS 26/08/1988, EMPRESÁRIA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE ELPIDIO MOURADASILVA E DE MARIAAPARECIDADE FATIMA SILVA.

MONJUR AHMED BHUIYAN, BENGALÊS, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 12/09/1993, VENDEDOR, NATURALDE BANGLADESH, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE FARUKAHMED BHUIYAN E DE RAIHANA BEGUM; E**JOYCE SALES DE OLIVEIRA HARDER,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 21/07/1987, ESTAGIÁRIA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE ROBERTO FREDERICO HARDER E DE LÍGIA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA HARDER.

ROSALVO LIMA DE OMENA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 27/12/1995, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, NATURALDE COLÔNIALEOPOLDINA - AL, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ROBSON SANTOS DE OMENA E DEANGELANIA LIMA DE OMENA; E **JULIANAAPARECIDA SILVA DOS SANTOS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 16/12/1996, SECRETÁRIA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE FLORIVALDO PIRES DOS SANTOS E DE ROSELI GOMES DA SILVA.

FELIPE TÓDERO, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 14/08/1993,ANALISTADE SISTEMAS, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE WALTERTÓDERO E DE MARILENE DA SILVA PORTUGALTÓDERO; E**LARISSA RIBEIRO VALENTE,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 16/04/1993, BANCÁRIA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DEANTONIO CÉSAR VALENTE E DE EDNARIBEIRO DASILVA VALENTE.

ANDRÉ VANDERLEI GONÇALVES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 30/09/1981, CONTROLADOR DE ACESSO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ MARIA GONÇALVES DASILVA E DE NOÊMIA WANDERLY GONÇALVES; E**PATRÍCIASOUZA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 21/08/1981,AGENTE COMUNITÁRIO DE SÁUDE, NATURAL DE SEABRA - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE LAUDIR AGUIAR DA SILVA E DE TEREZABRANDÃO DE SOUZA SILVA.

EDUARDO BETTEGA DA SILVAVITORELLI, BRASILEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO AOS 26/09/1983, MECÂNICO, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOS VITORELLI E DE FILOMENAAPARECIDA DA SILVA VITORELLI; E **ELISANGELAAPARECIDADE OLIVEIRA BAIÃO,** BRASILEIRA, DIVORCIADA, NASCIDAAOS 23/07/1972, EMPRESÁRIA, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DEARTUR BAIÃO FILHO E DE MARIA MADALENA DE OLIVEIRABAIÃO.

JOSÉ ANTÔNIO DOS REIS PAULA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 09/06/1998, AÇOUGUEIRO, NATURAL DE ALTO RIO DOCE - MG, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ FRANCISCO DE PAULA E DE SANDRA RENATADOS REIS PAULA ; E **SABRINAKELLY DA SILVA CORREIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 01/01/2001, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE RONALDO RODRIGUES CORREIRA E DE JEANE DA SILVA MELO.

PATRICK HENRIQUE DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 12/10/1996, FUNILEIRO, NATURALDE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ FRANCISCO DA SILVA E DE ANA MARIA DASILVA; E **CAMILA DO CARMO REIS,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 13/09/1994, MANICURE, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADANESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE AIRTON JESUS DOS REIS E DE NEIDE LACERDE DO CARMO REIS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

257 mil profissionais de saúde foram infectados no Brasil pela Covid-19

Desde o início da pandemia, 226 profissionais de saúde morreram e outros 257 mil foram infectados pelo novo coronavírus. O balanço foi apresentado pelo Ministério da Saúde em entrevista coletiva na segunda-feira, (24).

Entre as mortes em decorrência da covid-19, as categorias mais vitimadas foram técnicos e auxiliares de enfermagem (38,5%), médicos (21,7%) e enfermeiros (15,9%). Já entre os casos, os mais atingidos foram técnicos e auxiliares de enfermagem (34,4%), enfermeiros (14,5%), médicos (10,7%) e agentes comunitários de saúde (4,9%).

Os gestores do Ministério da Saúde também apresentaram um balanço sobre o programa Brasil Conta Comigo, criado para cadastrar profissionais de saúde e reforçar equipes de atendimento nos estados e municípios.

De acordo com os dados do órgão, foram cadastrados mais de 1 milhão de trabalhadores da área de saúde. Destes, 468 foram contratados pelo governo federal para envio a estados. Outros 74 mil foram facilitados por meio da disponibilização do cadastro a 10 secretarias estaduais.

Sobre o número de contratações, a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Maya Ribeiro, afirmou que o MS estabeleceu critérios para contratação por parte dos estados, como a definição de casos de morte que justificavam o reforço. "Aqueles que não justificavam a contratação nós oferecemos o cadastro, facilitando a contratação imediata. Que foi o que aconteceu com 10 estados, sendo que isso resultou em 74 mil profissionais que já haviam sido capacitados", destacou.

O secretário executivo do Ministério, Élcio Franco, acrescentou que foram repassados recursos a estados e municípios e que é atribuição destes entes federativos "aparelharem sua situação e contratarem profissionais".

Programa mentalize

O Ministério da Saúde anunciou em entrevista coletiva em Brasília hoje (24) um programa batizado de Mentalize. A iniciativa é voltada à promoção da saúde mental. Os representantes da pasta declaram que o intuito é reforçar esse tipo de atendimento diante de situações colocadas pela pandemia do novo coronavírus.

O programa abarcará a oferta de materiais e realização de atividades de sensibilização da população sobre a importância de cuidar de sua saúde mental e procurar avaliações caso identifique sintomas que possam indicar alguma condição que a pessoa possa ter desenvolvido.

Nesta semana, os canais do ministério nas redes sociais vão transmitir palestras e debates com profissionais como psicólogos e psiquiatras. Serão abordados temas de saúde mental de segmentos específicos, como crianças, idosos e trabalhadores.

Casos e mortes por Covid caem pela segunda semana consecutiva no Paraná

Os números de casos e de mortes por Covid-19 diminuíram pela segunda semana consecutiva no Paraná, segundo o boletim epidemiológico publicado no domingo (23) pela Secretaria de Estado da Saúde. Houve redução de 2,3% nos diagnósticos positivos (11.602 na semana epidemiológica 34 contra 11.870 na semana epidemiológica 33) e 35,9% nas mortes (196 na semana 34 contra 306 na anterior). No segundo caso, é o menor índicador desde a semana 26 (21 a 27 de junho).

Os números são do recorte da data de identificação do caso ou do óbito e podem variar ao longo dos próximos dias.

Os casos de Covid-19 cresceram no Paraná por 11 semanas consecutivas, de 10 a 16 de maio (semana 20) a 19 a 25 de julho (semana 30). Houve uma pequena queda na semana 31, evolução de casos na semana 32 e novas reduções nas semanas 33 e 34.

A pequena queda de casos foi puxada pela redução na macrorregional Leste: 5.790 casos na semana passada (16 a 22 de agosto) contra 6.438 na anterior (09 a 15 de agosto). Foi a segunda descida consecutiva depois de um pico de 7.082 casos na semana 32 (02 a 08 de agosto).

As outras três macrorregionais registraram aumento de casos na semana 34. O maior percentual foi no Noroeste, de 9%, diferença entre 1.439 na semana 33 e 1.568 casos na semana 34. Os números da semana passada foram os maiores registrados na área de Maringá, Umuarama e Paranavaí desde o começo da pandemia.

No Oeste houve aumento de 8,7%, diferença de 1.781 (semana 33) para 1.936 (semana 34). Os números das semanas de agosto são praticamente os mesmos na regional de Cascavel e Foz do Iguaçu. O pico foi na semana 30 (19 a 25 de julho).

Na macrorregional Norte o aumento foi de 4,3% e a realidade é diametralmente oposta, com agosto registrando aumento de casos em relação a julho. Os números da semana 34 na região de Londrina também foram os maiores da série histórica.

O comportamento de óbitos foi mais irregular no Paraná. Foram seis semanas seguidas de crescimento, de 31 de maio a 06 de junho (semana 23) a 05 a 11 de julho (semana 28). Depois houve uma queda e três novos picos, inclusive o mais alto do registro histórico no Estado (350 mortes na semana 32, de 02 a 08 de agosto). Desde então são registradas baixas.

A média móvel de casos caiu 2,6% e a de mortes 44% em relação a 14 dias atrás. Esse indicador no boletim epidemiológico estadual também leva em consideração as datas das confirmações de casos e óbitos.

O Estado tem o terceiro menor índice do País em casos por 100 mil habitantes (1.031,7) e a segunda menor taxa de óbitos pela mesma faixa populacional (26), segundo o Ministério da Saúde. A taxa de letalidade do coronavírus no Paraná é de 2,5%. São mais de 40 mil casos ativos da doença e mais de 72 mil recuperados. (AENPR)

Dólar fecha em R$ 5,59, com alta de 0,22%

O dólar à vista fechou em leve queda ante o real na segunda-feira (24), longe das mínimas registradas na sessão, com as oscilações no mercado de câmbio se estabilizando na parte da tarde em meio a variações discretas nas moedas também no exterior, num dia marcado por otimismo sobre tratamentos contra a covid-19.

A moeda caiu 0,22%, cotado a R$ 5,594 na venda. Na mínima, atingida ainda na primeira hora de negócios, chegou a R$ 5,559 (-0,85%) e, na máxima (alcançada por volta de 11h30), bateu R$ 5,613 reais (+0,11%).

No meio da tarde, quando o dólar era cotado por volta de R$ 5,57 reais, a notícia de que o governo decidiu adiar o anúncio do pacote de medidas econômicas previsto inicialmente para esta terça-feira, (25) ajudou a alimentar alguma pressão de compra de dólares, que na sequência voltou a superar R$ 5,60 reais, fechando o pregão perto desse patamar.

O pacote de medidas prometido pela equipe econômica é visto como uma oportunidade de o governo enviar um forte sinal ao mercado sobre gestão responsável das contas públicas. Ruídos internos na área econômica do governo e com outros ministérios geraram apreensão sobre riscos de aumento adicional de gastos depois de 2020, o que comprometeria a confiança na trajetória fiscal. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Estados e municípios poderão pegar mais R$ 6 bilhões em empréstimos

Os estados e os municípios poderão contrair mais R$ 6 bilhões em empréstimos no sistema financeiro. Em reunião extraordinária, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou na segunda-feira, (24) a elevação do limite de crédito dos governos locais para 2020.

Com a decisão, o limite global de contratação de operações de crédito pelos governos locais passou de R$ 12 bilhões para R$ 18 bilhões. Desse total, o teto das operações com garantia da União, quando o Tesouro Nacional cobre eventuais inadimplências, passou de R$ 4,5 bilhões para R$ 7,5 bilhões. O limite das operações sem garantia do governo federal subiu de R$ 7,5 bilhões para R$ 10,5 bilhões.

A União tem um limite de contratação de crédito de R$ 400 milhões, que não foi alterado nessa reunião. Dessa forma, o teto total de operações de crédito pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – subiu de R$ 12,4 bilhões para R$ 18,4 bilhões.

A medida não tem impacto fiscal para a União, porque as mudanças valeram para os entes públicos locais. Em nota, o Ministério da Economia informou que o novo limite está alinhado com a projeção de resultado primário para os estados e os municípios e a meta de resultado para as empresas estatais federais, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020. No início do ano, o governo decidiu zerar a meta fiscal para os governos locais.

Por causa do estado de calamidade pública aprovado no início da pandemia do novo coronavírus, o governo federal está dispensado de cumprir meta de primário em 2020. O resultado primário representa o déficit ou o superávit nas contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Acompanhamento

Todo ano, o CMN fixa valores máximos que a União, os estados e os municípios podem pegar emprestado no sistema financeiro. A utilização desse limite poderá ser acompanhada pelas instituições que integram o sistema financeiro e pela sociedade, por meio do site do Banco Central.

Essa é a segunda vez em 2020 em que o CMN eleva os limites de crédito para estados e municípios. A última vez em que o teto foi reajustado tinha sido em junho. (Agência Brasil)

Mourão: reforma tributária não deve atingir Zona Franca de Manaus

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse na segunda-feira, (24) que a reforma tributária, em discussão no Congresso, não deve atingir, em um primeiro momento, a Zona Franca de Manaus. "Minha visão, pelo que tenho conversado com o ministro Paulo Guedes, é que não haverá um avanço imediato em relação às isenções praticadas na zona franca de Manaus, pelas próprias características do projeto, do que é fornecido a partir daí", disse o vice-presidente durante reunião remota com representantes da indústria do Amazonas.

"Eu vejo que existe muita pressão do centro-sul quanto ao setor de bebidas, mas não quanto aos demais setores", disse Mourão. "Hoje não vejo preocupação. Esse desmame ocorrerá a partir do momento em que outras condições forem colocadas para que a produção no Amazonas se dê de forma sustentada e dentro de um custo aceitável", acrescentou.

O polo Industrial de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. A Zona Franca é uma área de livre comércio que conta com incentivos fiscais especiais com o objetivo de desenvolver um centro industrial forte no norte do país.

Mourão ainda afirmou que a Zona Franca poderá ter um papel importante na recuperação econômica do Brasil pós-pandemia. Na avaliação dele, novas indústrias devem se interessar pelo Brasil em um cenário que ele chamou de "desglobalização".

"Uma coisa que vai acontecer, e temos conversado muito, é que haverá uma certa desglobalização ocorrendo após o domínio do vírus, quando tivermos uma vacina. E o Brasil nessa hora vai ter que se apresentar como um parceiro confiável para receber essas indústrias que vão sair de determinados lugares e vir para perto dos seus grandes compradores", disse.

"Nosso polo industrial de Manaus é um lugar que pode absorver a chegada de novas indústrias e temos que nos preparar para esse jogo, termos disponibilidade de energia, gente qualificada", completou o vice-presidente. (Agência Brasil)

Cai número de beneficiários de planos de assistência médica em julho

No último mês de julho, o setor de saúde suplementar registrou um total de 46.758.762 beneficiários em planos de assistência médica e 25.363.513 em planos exclusivamente odontológicos. Comparando com os números de igual mês do ano passado (46.871.006 e 24.688.369, respectivamente), julho de 2020 teve redução de beneficiários em planos de assistência médica e aumento de beneficiários de planos odontológicos.

Os números foram divulgados na segunda-feira, (24) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e estão disponíveis para consulta.

Por estados, São Paulo liderou em julho, tanto em beneficiários de planos de assistência médica, como de planos odontológicos, com total de 17.043.909 e 9.073.516, respectivamente, embora mostrando queda em relação a julho de 2019 (17.094.198 beneficiários de planos de assistência médica) e expansão na comparação com os beneficiários de planos exclusivamente odontológicos (8.740.262).

Por tipo de contratação, os planos coletivos foram os que mostraram em julho maiores volumes de beneficiários, sendo 37.730.605 para os planos de assistência médica e 21.309.887 para os planos exclusivamente odontológicos.

A ANS recebeu, em julho de 2020 um total de 25.355 pedidos de informação de consumidores e 14.665 reclamações referentes a planos de assistência médica, das quais 10.331 foram referentes à cobertura dos planos.

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, os beneficiários de planos de assistência médica somaram 328.374.265, enquanto os beneficiários de planos exclusivamente odontológicos atingiram 179.416.566. (Agência Brasil)

EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG
EPS_FILTER_BUG

GranBio

GranBio Investimentos S.A.

CNPJ nº 14.191.427/0001-29

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora (Reapresentado) 31/12/18	31/12/17	01/01/17	Consolidado (Reapresentado) 31/12/18	31/12/17	01/01/17
Caixa e equivalentes de caixa	8	30.201	69	19.701	51.159	965	22.558
Contas a receber	9	5	6	–	904	881	403
Conta corrente com partes relacionadas	10	65.290	279.979	211.927	6.343	14.313	21.618
Outras contas a receber com partes relacionadas	10	19.646	10.506	982	60.055	25.717	37.324
Adiantamentos a fornecedores		186	12	57	12.303	6.439	6.750
Estoques	11	–	–	–	14.366	6.570	20.317
Ativo biológico	12	–	–	–	3.228	1.236	9.285
Impostos a recuperar		2.407	2.342	2.227	2.046	8.942	8.777
Outros créditos a receber	14	–	–	47.520	0	–	47.520
Despesa antecipada		33	7	56	1.255	918	1.715
Total do ativo circulante		**117.768**	**292.921**	**282.470**	**151.659**	**65.981**	**176.267**
Aplicações financeiras	13	–	–	–	21.402	24.634	40.693
Impostos a recuperar		–	–	–	6.689	6.689	698
Depósitos judiciais		117	62	58	1.474	957	–
Outros créditos a receber	14	22.537	22.087	22.087	22.537	22.087	22.087
Investimentos	15	676.090	467.066	586.058	138.021	131.545	173.097
Imobilizado	16	157	218	8.659	939.393	996.451	958.741
Intangível	17	142	468	794	27.940	26.060	23.393
Total do ativo não circulante		**699.043**	**489.901**	**617.656**	**1.157.456**	**1.208.423**	**1.218.709**
Total do ativo		**816.811**	**782.822**	**900.126**	**1.309.115**	**1.274.404**	**1.394.976**

Passivo	Nota	Controladora (Reapresentado) 31/12/18	31/12/17	01/01/17	Consolidado (Reapresentado) 31/12/18	31/12/17	01/01/17
Empréstimos e financiamentos	19	917	1.500	19.218	147.458	96.109	77.327
Fornecedores		1.325	1.794	1.490	23.727	21.708	10.244
Conta corrente com partes relacionadas	10	79.153	16.459	129	56.686	18.757	601
Obrigações tributárias e trabalhistas		832	740	807	4.954	3.348	7.823
Contas a pagar		344	–	–	5.185	1	–
Subvenção		–	–	–	3.471	1.543	1.971
Total do passivo circulante		**82.571**	**20.493**	**21.644**	**241.481**	**141.466**	**97.966**
Empréstimos e financiamentos	19	113.511	112.231	107.861	446.211	482.172	526.389
Fornecedores		–	–	–	–	668	–
Contas a pagar		434	–	–	1.128	–	–
Total do passivo não circulante		**113.945**	**112.231**	**107.861**	**447.339**	**482.840**	**526.389**
Patrimônio líquido							
Capital social	20	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000	900.000
Reversas de capital		107.589	107.139	105.598	107.589	107.139	105.598
Ajustes de avaliação patrimonial	20	83.091	54.649	92.689	83.091	54.649	92.689
Prejuízos acumulados		(470.385)	(411.690)	(327.666)	(470.385)	(411.690)	(327.666)
Total do patrimônio líquido		**620.295**	**650.098**	**770.621**	**620.295**	**650.098**	**770.621**
Total do passivo e patrimônio líquido		**816.811**	**782.822**	**900.126**	**1.309.115**	**1.274.404**	**1.394.976**

Demonstrações do resultado

	Nota	Controladora (Reapresentado) 2018	2017	Consolidado (Reapresentado) 2018	2017
Receitas dos produtos vendidos e serviços prestados	21	–	–	24.254	25.637
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	22	–	–	(16.406)	(33.665)
Lucro (prejuízo) bruto		–	–	7.848	(8.028)
Receitas e (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e gerais	23	(3.155)	(472)	(39.395)	(22.304)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24	–	(7.822)	37.901	(7.266)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável	25	(1.273)	(1.515)	(1.273)	(50.474)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(39.238)	(63.192)	(16.781)	(2.145)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(43.666)	(73.001)	(11.700)	(90.217)
Receitas financeiras	26	230	262	6.788	18.752
Despesas financeiras	26	(15.259)	(11.285)	(53.783)	(12.559)
Despesas financeiras, líquidas		(15.029)	(11.023)	(46.995)	6.193
(Prejuízo) do exercício atribuído aos sócios		**(58.695)**	**(84.024)**	**(58.695)**	**(84.024)**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora (Reapresentado) 2018	2017	Consolidado (Reapresentado) 2018	2017
Prejuízo do exercício	(58.695)	(84.024)	(58.695)	(84.024)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultados em períodos subsequentes:				
Baixa do valor de venda de participação societária (nota 15.d)	–	(36.908)	–	(36.908)
Ajuste acumulado de conversão - CTA (nota 15.d)	28.442	(1.132)	28.442	(1.132)
Resultado abrangente do exercício	**(30.253)**	**(122.064)**	**(30.253)**	**(122.064)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas
Saldos em 01/01/2017 (reapresentado)		**900.000**	**105.598**	**92.689**	**(327.666)**	**770.621**
Baixa por alienação de investimento		–	–	(36.908)	–	(36.908)
Variação cambial na conversão de moeda	15.d	–	–	(1.132)	–	(1.132)
Atualização monetárias das ações	20.c	–	1.541	–	–	1.541
Prejuízo do exercício		–	–	–	(84.024)	(84.024)
Saldos em 31/12/2017 (reapresentado)		**900.000**	**107.139**	**54.649**	**(411.690)**	**650.098**
Variação cambial na conversão de moeda	15.d	–	–	28.442	–	28.442
Atualização monetárias das ações	20.c	–	450	–	–	450
Prejuízo do exercício		–	–	–	(58.695)	(58.695)
Saldos em 31/12/2018 (reapresentado)		**900.000**	**107.589**	**83.091**	**(470.385)**	**620.295**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora 2018	2017	Consolidado 2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) do exercício	(58.695)	(84.024)	(58.695)	(84.024)
Ajustes por:				
Depreciação (Nota 16)	75	583	15.140	16.696
Amortização (Nota 17)	326	326	629	630
Baixa Ativo imobilizado (Nota 16)	–	10.951	58.658	11.400
Baixa ativo biológico	–	–	–	8.049
Resultado de equivalência patrimonial (nota 15)	39.238	63.192	16.781	2.145
Provisão juros empréstimos e financiamentos (Nota 19.b)	6.769	6.658	35.714	8.063
Provisão de perda por redução ao valor recuperável	1.273	1.515	1.273	50.474
Provisão para desvalorização dos estoques	–	–	8.985	698
Variação nos ativos e passivos:				
Contas a receber	1	(6)	(23)	(478)
Partes relacionadas	46.970	(61.634)	13.599	(13.402)
Adiantamento a fornecedores	(174)	45	(5.561)	311
Estoques	–	–	(16.781)	13.049
Impostos a recuperar	(65)	(115)	6.896	(6.853)
Despesa antecipada	(26)	50	(337)	797
Depósitos judiciais	(55)	(4)	(517)	(259)
Fornecedores	(469)	304	2.906	12.131
Obrigações tributárias e trabalhistas	92	(66)	1.606	(4.475)
Subvenção	–	–	1.928	(430)
Outras contas a pagar	778	–	6.312	(1)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	36.038	(62.225)	88.513	14.521
Juros empréstimos e financiamentos amortizados (Nota 19 b)	(5.572)	(5.503)	(15.175)	(6.600)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades operacionais	30.466	(67.728)	73.338	7.921
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aumento (redução) de capital em subsidiária e controlada em conjunto	–	–	–	1.367
Aplicações financeiras	–	–	3.232	16.059
Aquisição de ativos biológicos (Nota 12)	–	–	(1.992)	–
Aquisição de imobilizado (Nota 16)	(14)	(3.094)	(16.740)	(65.806)
Aquisições intangível (Nota 17)	–	–	(2.509)	(3.297)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(14)	(3.094)	(18.009)	(51.677)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de capital social	–	49.061	–	49.061
Redução de capital em controladas	–	16.633	–	–
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 19 b)	–	–	–	1.656
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 19 b)	(320)	(14.504)	(5.151)	(28.554)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(320)	51.190	(5.151)	22.163
Efeito da variação das taxas de câmbio s/o caixa equivalentes de caixa	–	–	16	–
Origem (aplicação) de caixa e equivalentes de caixa	**30.132**	**(19.632)**	**50.194**	**(21.593)**
Caixa e equivalentes em 1° de janeiro	69	19.701	965	22.558
Caixa e equivalentes em 31 de dezembro	30.201	69	51.159	965
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**30.132**	**(19.632)**	**50.194**	**(21.593)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional - A GranBio Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277 - Conj. 1503 e 1504, constituída em 13 de junho de 2011 e tendo como objeto social o investimento em outras sociedades. A Companhia estruturou as suas investidas diretas e indiretas de modo a garantir atuação integrada em toda a cadeia de valor do etanol de segunda geração e da química verde. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia é controlada diretamente pela GranInvestimentos S.A com 85% de participação e BNDES Participações S.A. com 15% de participação e indiretamente pela Graal Participações Ltda. **Resultados operacionais -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível, que levaram em considerações diversos fatores relatados abaixo. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo R$78.838, prejuízo líquido consolidado de R$52.024 e fluxo de caixa operacional consolidado de R$73.338. O Grupo está sujeito a riscos e incertezas frequentemente associadas a uma empresa que desenvolve tecnologias e as aplica em escala industrial pela primeira vez. Esses riscos incluem, mas não se limitam, ao fato de seu negócio basear-se em tecnologias de natureza disruptivas; à necessidade adicional de aportes de capital em fase de desenvolvimento operacional; ao seu nível de endividamento; as regulamentações governamentais no setor de energia renovável, que podem implicar em efeito adverso para o Grupo. Os resultados operacionais da Companhia podem ser materialmente afetados pelos fatores anteriores. A Administração segue analisando alternativas que assegurem o Grupo apresentar uma estrutura de capital equilibrada, visando suportar seu plano de negócios. Tais alternativas incluem, mas não se limitam ao desenvolvimento de parcerias estratégicas para o desenvolvimento dos negócios, a avaliação contínua das oportunidades de otimização das atuais linhas de crédito e a atração de novos investidores para garantir o cumprimento do seu plano de negócios. O mercado está buscando biomassa de baixo custo, para a qual a energia pode trazer enormes vantagens sobre outras fontes de biomassa. Há também uma ampla gama de possibilidades e grande demanda para a aplicação de nanocelulose. Na nota explicativa nº 29 comentamos as ações que a Companhia está tomando para manter as operações. **2. Relação de entidades controladas - Controladas diretas - BioVertis Produção Agrícola Ltda. ("BioVertis"):** Empresa dedicada à experimentação, desenvolvimento, plantio, produção e colheita de biomassa, mais especificamente cana energia e palha de cana. A Empresa possui contratos de licenciamento de cana energia junto a clientes produtores de etanol, programa este que se encontra nas etapas de plantio de viveiro e semi-comercial, com expectativa de escalonamento para plantio comercial nos próximos anos. **BioEdge Agroindustrial Ltda.:** Empresa dedicada ao investimento em plantas de etanol de segunda geração e bioquímicos em escala comercial. A Empresa vem concentrando seus esforços para viabilizar operação contínua e estável da sua planta industrial de produção de etanol celulósico. **BioCelere Agroindustrial Ltda.:** Empresa dedicada à pesquisa científica com o objetivo do aprimoramento de processos, em escala laboratorial, de conversão de biomassa em açúcar e desenvolvimento de microrganismos geneticamente modificados. O principal destaque da referida Empresa foi o patenteamento e deferimento para uso comercial de levedura própria geneticamente modificada utilizada na produção de etanol de segunda geração, o referido microrganismo foi testado em condições industriais. **BioPlant Agroindustrial Ltda.:** Empresa dedicada à implementação e estudo de soluções em escala industrial para a produção de bioquímicos e biocombustíveis. **GranBio LLC:** Empresa estabelecida nos Estados Unidos da América e dedicada as atividades de investimento em empresas que estrategicamente se conectem com o plano de negócios da Companhia, através do desenvolvimento de tecnologias de conversão de biomassa em açúcar celulósico para bioquímicos e etanol de segunda geração, além do desenvolvimento de nano celulose para biomateriais diversos. **Controladas indiretas - BioFlex Agroindustrial S.A.:** Empresa dedicada a produção de biomassa, processamento de biomassa para a produção e comercialização de biocombustíveis, energia elétrica, bioquímicos e farmoquímicos, pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, comercialização de palha, bagaço e biomassa de cana-de-açúcar. **Controladas em conjunto - Companhia Energética de São Miguel dos Campos:** Empresa dedicada ao desenvolvimento de um sistema integrado de geração de vapor e energia elétrica utilizando biomassa - cogeração, fornecimento de energia elétrica e vapor e prestação de serviços relacionados à geração e otimização de eficiência energética. **GranApi LLC:** É uma holding estabelecida nos Estados Unidos da América que busca empresa que desenvolve tecnologias voltas a etanol celulósico, bioquímicos e nanocelulose. **API - Intelectual Property Holdings - LLC:** Empresa estabelecida nos Estados Unidos da América com o intuito de administrar as patentes de etanol celulósico, bioquímicos e nanocelulose. **SGBio Renováveis S.A.:** Empresa dedicada à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação relacionadas com tecnológico e inovação relacionadas com tecnologias de processamento de biomassa e de produção de químicos a partir de biomassa. Na nota explicativa 4 a. demonstramos os percentuais de participações das empresas controladas direta e indiretamente. **3. Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de agosto de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia e suas controladas, exceto pela controlada GranBio LLC, que possui moeda funcional Dólar. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***a. Julgamentos -*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 4.a - Base de consolidação:** determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida; • **Nota explicativa nº 4.a -** (i) Classificação de negócios das controladas direta e indiretamente e das controladas em conjunto, determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida, para o reconhecimento da equivalência patrimonial em uma investida; ***b. Incertezas sobre premissas e estimativas -*** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 9 -** Contas a receber **-** teste de redução ao valor recuperável do contas a receber; • **Nota explicativa nº 11 -** Estoques **-** teste de redução ao valor recuperável dos estoques e principais premissas subjacentes aos valores recuperáveis; • **Nota explicativa nº 16 -** Imobilizado - teste de redução ao valor recuperável de imobilizado • **Nota explicativa nº 17** - Intangível - principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento **Mensuração do valor justo -** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. ssivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **4. Principais políticas contábeis -** A Companhia e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. ***a. Base de consolidação - Descrição dos principais procedimentos de consolidação -*** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas e coligadas a seguir relacionadas:

Controladas diretas	Percentual de participação 31-dez-2018	31-dez-2017	01-jan-2017
GranBio LLC	100,00%	100,00%	100,00%
BioCelere Agroindustrial Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
BioEdge Agroindustrial Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
BioPlant Agroindustrial Ltda.	99,99%	99,99%	99,99%
Controlada indireta			
Bioflex Agroindustrial S.A.	99,99%	99,99%	99,99%
Controladas em conjunto			
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	50,00%	50,00%	50,00%
Granapi LLC.	50,00%	50,00%	50,00%
API - Intelectual Property Holdings - LLC.	50,00%	50,00%	50,00%
SGBio Renováveis S.A.	50,00%	50,00%	50,00%

(i) Controladas - A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial -*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá o direi-

[illegible]

base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá os valores apresentados abaixo em 1° de janeiro de 2019:

Contas afetadas	Valor
Ativo não circulante	
Ativos de direito de uso	4.363
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	1.389
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	2.975

A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia e suas controladas adotaram todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2018, incluindo o CPC 47 - Receitas de contratos com clientes e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A adoção destes últimos não implicou em mu- [illegible]

>>>Continua...

>>>Continuação...

Passivo não circulante	**441.991**	**-**	**447.339**
Capital social (h)	985.062	(85.062)	900.000
Reservas de capital (h)	(10)	107.599	107.589
Ajustes de avaliação patrimonial	83.091	-	83.091
Prejuízos acumulados	(456.368)	(14.017)	(470.385)
Total do patrimônio líquido	**611.775**	**7.987**	**620.295**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.301.159**	**7.956**	**1.309.115**

• Na demonstração do resultado do exercício e resultado abrangente

Demonstração do Resultado

31/12/2017	Controladora - Impactos da retificação de erros		
Lucro bruto	**Anteriormente apresentado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receitas e (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas e gerais	(472)	-	(472)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável	(1.515)	-	(1.515)
Outros resultados (b)	(4.387)	(3.435)	(7.822)
Resultado de equivalência patrimonial] (j) + (i) + (a) + (c)	(101.086)	37.894	(63.192)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(107.460)**	**34.459**	**(73.001)**
Resultado financeiro líquido	(11.023)	-	(11.023)
Prejuízo do exercício	**(118.483)**	**34.459**	**(84.024)**
Total do resultado abrangente	**(119.615)**	**(2.449)**	**(122.064)**

31/12/2017	Consolidado - Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receitas dos produtos vendidos e serviços prestados	25.637	-	25.637
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados (j) + (i)	(29.281)	(4.374)	(33.665)
Lucro bruto	**(3.644)**	**(4.374)**	**(8.028)**
Receitas e (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas e gerais	(22.304)	-	(22.304)
Outros resultados (b) + (c)	(53.093)	(4.657)	(57.750)
Resultado de equivalência patrimonial (a)	(45.635)	43.490	(2.145)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(121.032)**	**38.833**	**(90.227)**
Resultado financeiro líquido (f)	6.193	-	6.193
Prejuízo do exercício	**(118.483)**	**34.459**	**(84.024)**
Total do resultado abrangente	**(119.615)**	**(2.449)**	**(122.064)**

31/12/2018	Controladora - Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente presentado	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receitas dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	-
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-
Receitas e (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas e gerais	(3.155)	-	(3.155)
Outros resultados (b)	(4.708)	3.435	(1.273)
Resultado de equivalência patrimonial (e) + (l) + (g) + (b)	(29.049)	(10.189)	(39.238)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(36.912)**	**(6.754)**	**(43.666)**
Resultado financeiro líquido (f)	(15.562)	533	(15.029)
Prejuízo do exercício	**(52.474)**	**(6.221)**	**(58.695)**
Total do resultado abrangente	**(24.032)**	**(6.221)**	**(30.253)**

31/12/2018	Consolidado - Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**	**Reapresentado**
Receitas dos produtos vendidos e serviços prestados	24.254	-	24.254
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados (e)	(7.421)	(8.985)	(16.406)
Lucro bruto	**16.833**	**(8.985)**	**7.848**
Receitas e (despesas) operacionais:			
Despesas administrativas e gerais (l)	(38.191)	(1.204)	(39.395)
Outros resultados (b)	33.193	3.435	36.628
Resultado de equivalência patrimonial	(16.781)	-	(16.781)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras	**(21.779)**	**(6.754)**	**(11.700)**
Resultado financeiro líquido	(47.528)	533	(46.995)
Prejuízo do exercício	**(52.474)**	**(6.221)**	**(58.695)**
Total do resultado abrangente	**(24.032)**	**(6.221)**	**(30.253)**

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Caixa	4	12	15.620	574
Aplicações financeiras	30.197	57	35.539	391
Total	**30.201**	**69**	**51.159**	**965**

As aplicações financeiras são classificadas como de curto prazo, com carência máxima de três meses da data da aplicação para o resgate, e são utilizadas na gestão das obrigações imediatas. O saldo de conta das aplicações financeiras considera as aplicações de renda fixa e os fundos de investimentos. A remuneração das aplicações está indexada a CDI. A Controladora encerrou o exercício de dezembro de 2018 com saldo de aplicações financeiras em renda fixa de R$30.197, com rendimento médio de 98,10% do CDI (em dezembro de 2017, o saldo era de R$57 com rendimento médio de 100% do CDI). No Consolidado encerrou o exercício de dezembro de 2018 com saldo de aplicações financeiras em renda fixa de R$35.539 com rendimento médio de 98,37% do CDI (em dezembro de 2017 este mesmo saldo era R$ 391 com rendimento médio de 100% do CDI) .

9. Contas a receber

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	5	6	904	881
Total	**5**	**6**	**904**	**881**

Os registros na rubrica são referentes contas a receber da controlada BioFlex Agroindustrial S.A., decorrente da receita operacional de locação de ativos de cogeração de energia elétrica e também da revenda de materiais, produtos químicos e palha de cana. **10. Partes relacionadas -** A Companhia possui conta corrente e outras transações com suas controladas diretas, controladas indiretas, controladas em conjunto e com seus Administradores, tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, sendo que estas operações não possuem remuneração e nem vencimento, conforme acordado entre as partes. Em 31 de dezembro de 2018, 2017, os saldos estão assim apresentados:

Controladora		31/12/18 Ativo circulante	31/12/18 Passivo circulante	31/12/17 Ativo circulante	31/12/17 Passivo circulante
Operações financeiras					
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	(i)	12.663	-	20.260	-
BioCelere Agroindustrial Ltda.	(i)	2.947	-	11.212	-
BioPlant Agroindustrial S.A.	(i)	490	-	1.035	-
Bioedge Agroindustrial Ltda.	(i)	49.190	-	247.472	-
BioFlex Agroindustrial S.A.		-	358	-	7
GranBio LLC	(v)	-	24.840	-	-
GranInvestimentos S.A.	(i)	-	53.955	-	16.439
GranEnergia Investimentos S.A.	(ii)	-	-	-	13
		65.290	**79.153**	**279.979**	**16.459**
Operações comerciais					
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	(iii)	2.444	-	1.359	-
BioCelere Agroindustrial Ltda.	(iii)	1.496	-	862	-
Companhia Energética São Miguel dos Campos	(iii)	2.788	-	-	-
BioFlex Agroindustrial S.A.	(iii)	5.455	-	2.555	-
Graal Participações Ltda.	(iii)	6.351	-	5.717	-
GranBio LLC	(v)	1.112	-	-	-
GranIHC S.A.		-	-	13	-
Granapi Brasil Ltda.		-	-	-	-
		19.646	**-**	**10.506**	**-**
Total		**84.936**	**79.153**	**290.485**	**16.459**

Consolidado		31/12/18 Ativo	31/12/18 Passivo	31/12/17 Ativo	31/12/17 Passivo
Operações financeiras					
Companhia Energética São Miguel dos Campos	(ii)	-	2.731	-	2.110
GranEnergia Investimentos S.A.	(ii)	-	-	-	-
GranInvestimentos S.A.	(i)	-	53.955	108	16.452
Graal Participações Ltda.	(iii)	6.343	-	5,711	-
Avapco LLC		-	-	8.494	195
		6.343	**56.686**	**14.313**	**18.757**
Operações comerciais					
Companhia Energética São Miguel dos Campos	(iv)	60.055	-	25.717	-
		60.055	**-**	**25.717**	**-**
Total		**66.398**	**56.686**	**40.030**	**18.757**

Resultado		Controladora	
Despesas Administrativas		**31/12/18**	**31/12/17**
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	(iii)	794	961
BioCelere Agroindustrial Ltda.	(iii)	467	1.078
BioFlex Agroindustrial S.A.	(iii)	2.635	2.180
Companhia Energética São Miguel dos Campos	(iii)	871	2.575
Graal Participações S.A.	(iii)	467	5.711
Total		**5.234**	**12.505**

		Consolidado	
Receita de locação e trituração de palha		**31/12/18**	**31/12/17**
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	(iv)	17.788	16.564
Despesas Administrativas			
Companhia Energética São Miguel dos Campos	(ii)	871	2.575

(i) Representa o valor de conta corrente da Companhia com suas controladas com expectativa de liquidação em curto prazo. (ii) Valores a receber das controladas referentes ao repasse de despesas corporativas para administração das coligadas e controladas. (iii) Despesas administrativas pagas em nome da Companhia e suas controladas pela controladora indireta GranBio Investimentos S.A. (iv) Representa o valor de conta corrente da controlada indireta BioFlex Agroindustrial S.A. com a investida Companhia Energética de São Miguel dos Campos. (v) Adiantamento concedido pela controlada GranBio LLC para a sua coligada indireta Avapco LLC, referente a pré compra de licença para uso futuro de tecnologia detida pela Avapco LLC e saldo de nota promissória. (vi) Valores a receber por intermédio das controladas, referentes a venda de produtos, prestação de serviços e locação de ativos para a coligada Companhia Energética de São Miguel dos Campos. (vii) Valores recebidos do exterior para investimentos diretos na Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

	Controladora 31/12/18	31/12/17	Consolidado 31/12/18	31/12/17
Remuneração pessoal-chave da Administração	1.161	1.486	2.227	3.526
Resultado financeiro líquido	**1.161**	**1.486**	**2.227**	**3.526**

O valor pago de remuneração de pessoal-chave da administração está incluído no valor de despesas de pessoal, mencionado na nota explicativa 23.

11. Estoques (Reapresentado)

	Consolidado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Matéria prima	6.093	12	12.998
Almoxarifado	3.430	3.678	3.414
Insumos agrícola	4.943	2.881	3.905
	14.366	**6.570**	**20.317**

Em 31 de dezembro de 2018, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo das vendas" totalizaram R$7.419 (R$29.281 em 31 de dezembro de 2017). O saldo de estoque em poder de terceiros em 31 de dezembro de 2018, totalizaram R$11.242 (R$1.155 em 31 de dezembro 2017). O aumento do estoque de insumos agrícolas e matéria prima no exercício de 2018 é decorrente da expectativa de início da operação da planta industrial (BioFlex Agroindustrial S.A.) em janeiro de 2019. A administração avaliou o estoque com base no valor realizável líquido em 31 de dezembro de 2018. Foi apurado a necessidade de registro de provisão para perda nos estoques (realizada no custo dos produtos vendidos). Veja a movimentação a seguir:

Movimentação	**Provisão**
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**(698)**
Provisão para perda	(8.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**(9.683)**

12. Ativo biológico

	Consolidado 31/12/18	31/12/17
Plantio	-	-
Tratos culturais	5.830	3.838
Exaustão	(2.602)	(2.602)
	3.228	**1.236**

O ativo biológico está registrado na controlada BioVertis Produção Agrícola Ltda., refere-se ao plantio e tratos culturais de cana-de-aç car e cana-energia.

13. Aplicações financeiras

	Consolidado 31/12/18	31/12/17
Aplicações financeiras	21.402	24.634
	21.402	**24.634**

As aplicações financeiras estão em garantia para os empréstimos e financiamentos da controlada indireta Bioflex Agroindustrial S.A. O saldo de conta das aplicações financeiras considera o saldo dos fundos de investimentos de renda fixa. A remuneração das aplicações está indexada a CDI com o rendimento médio de 102,49% (100,10% do CDI em 31 de dezembro de 2017). **14. Outros créditos a receber - Consolidado (Reapresentado) -** A conta de créditos a receber é assim apresentada:

	Consolidado (Reapresentado) 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Contas a receber sobre emissão de ações (a)	22.537	22.087	22.087
Total	**22.537**	**22.087**	**22.087**

(a) Em 30 de abril de 2013 houve a aprovação de aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 820.000, o qual foi realizado por meio de emissão de 20.628.931 (vinte milhões, seiscentas e vinte e oito mil e novecentas e trinta e uma) novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal emitidas a R$39,75 pela Companhia, das quais 5.534.591 (cinco milhões, quinhentas e trinta e quatro mil, quinhentas e noventa e uma) foram subscritas pela controladora GranInvestimentos S.A. e 15.094.340 (quinze milhões, noventa e quatro mil, trezentas e quarenta) ações foram subscritas pelo acionista BNDES Participações S.A. • A controladora GranInvestimentos S.A. já efetuou a integralização 5.534.591 (cinco milhões quinhentas e dezenove mil e quatrocentas e quinze) ações, no valor de R$ 335.471. • O acionista BNDES Participações S.A efetuou a integralização de 14.686.109 (quatorze milhões, seiscentas e oitenta e seis mil e cento e nove) ações, no valor de R$ 649.591, ficando o saldo a receber sobre emissão de ações que representa 408.231 (quatrocentas e oito mil, duzentas e trinta e uma) ações, no valor de R$ 22.537. • O saldo a receber possui a correção por IPCA conforme previsto no contrato de promessa de subscrição. • Em 31 de dezembro de 2018 o montante é de R$ 22.537 (R$ 22.087 em 31 de dezembro de 2017 e R$ 22.087 em 1º de janeiro de 2017)) a serem integralizados pelo BNDES Participações S.A., sendo, R$ 16.227 de principal e R$ 6.310 de atualização monetária. O saldo a receber foi realizado em 2020, conforme detalhado na nota explicativa nº 29 de eventos subsequentes.

15. Investimentos (Reapresentado) - a. Composição dos saldos

	Controladora 31/12/18	31/12/17	01/01/2017	Consolidado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Empresas controladas diretas e indiretas	674.998	461.785	580.357	-	-	-
Empresas controladas em conjunto	1.092	5.281	5.701	138.021	131.545	173.097
	676.090	**467.066**	**586.058**	**138.021**	**131.545**	**173.097**

b. Saldo dos investimentos em controladas em conjunto

Consolidado	**31/12/18**	**31/12/17**	**01/01/2017**
Granapi LLC	138.264	124.602	165.763
API IP LLC	(1.335)	1.654	1.630
SGBio Renováveis S.A.	1.092	5.289	5.704
	138.021	**131.545**	**173.097**

b. Investimentos diretos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 31/12/2018	31/12/2017	Resultado líquido do período 01/01/até 31/12/2018	01/01/até 31/12/2017
Investidas				
BioEdge Agroindustrial Ltda.	477.035	321.652	(21.772)	(58.707)
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	7.214	(2.585)	(5.321)	(6.956)
BioCelere Agroindustrial Ltda.	2.950	1.084	(3.370)	(2.389)
BioPlant Agroindustrial Ltda.	(664)	(1.065)	(593)	(571)
Granbio LLC	188.463	142.699	(3.993)	5.851
SGBio Renováveis S.A.	1.092	5.281	(4.189)	(420)

c. Investimentos indiretos	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) 31/12/18	31/12/17	Resultado líquido do período 31/12/18	31/12/17
Investidas				
Granapi LLC	191.545	12.940	(9.595)	(1.754)
API IP LLC	(149.989)	(122.499)	(2.989)	(24)

d. Movimentação dos investimentos

• **Controladas diretas**

Controladas	01/01/2017	Aporte / devolução de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/17	Aporte / devolução de capital	Ajuste de conversão	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/18
BioEdge Agroindustrial Ltda.	380.359	-	-	-	(58.707)	321.652	177.155	-	(21.772)	477.035
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	4.371	-	-	-	(6.956)	(2.585)	15.120	-	(5.321)	7.214
BioCelere Agroindustrial Ltda.	3.473	-	-	-	(2.389)	1.084	5.236	-	(3.370)	2.950
BioPlant Agroindustrial Ltda.	(494)	-	-	-	(571)	(1.065)	994	-	(593)	(664)
Granbio LLC	192.648	(17.760)	(36.908)	(1.132)	5.851	142.699	21.315	28.442	(3.993)	188.463
	580.357	**(17.760)**	**(36.908)**	**(1.132)**	**(62.772)**	**461.785**	**219.820**	**28.442**	**(35.049)**	**674.998**
Controladas em conjunto										
SGBio Renováveis S.A.	5.701	-	-	-	(420)	5.281	-	-	(4.189)	1.092
	5.701	**-**	**-**	**-**	**(420)**	**5.281**	**-**	**-**	**(4.189)**	**1.092**
Total em investimentos	**586.058**	**(17.760)**	**(36.908)**	**(1.132)**	**(63.192)**	**467.066**	**219.820**	**28.442**	**(39.238)**	**676.090**

i. Em 2014, a Companhia efetuou a compra de ações da Zymergen Inc, empresa americana que atua no melhoramento e otimização de processos fermentativos com objetivo de redução de custos e incremento de receitas. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido da investida apresentava o valor justo de R$ 36.908, classificado na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", em decorrência da venda das ações em 2017, houve a baixa do valor justo na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial" no montante de R$ 36.908.

• **Controladas em conjunto com investimentos diretos e indiretos**

Sociedade	Saldos em 31/12/2016	Aporte / devolução de capital	Baixa de investimentos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2017	Aporte / devolução de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2018
Controladas em conjunto								
SGBio Renováveis S.A.	5.704	-	-	(415)	5.289	-	(4.197)	1.092
Granapi LLC	165.763	(2.449)	(36.908)	(1.754)	124.602	23.257	(9.595)	138.264
API IP LLC	1.630	-	-	24	1.654	-	(2.989)	(1.335)
Total em investimentos	**173.097**	**(2.449)**	**(36.908)**	**(2.145)**	**131.545**	**23.257**	**(16.781)**	**138.021**

e. Sumário das contas patrimoniais das controladas diretas e indiretamente

Controladas diretas em 31/12/2018.	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado líquido**
BioEdge Agroindustrial Ltda.	1.079.478	602.443	477.035	(21.772)
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	37.500	30.286	7.214	(5.321)
BioCelere Agroindustrial Ltda.	14.333	11.383	2.950	(3.370)
BioPlant Agroindustrial Ltda.	-	664	(664)	(593)
Granbio LLC	212.237	23.774	188.463	(3.993)

Controladas diretas em 31/12/2017.	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado líquido**
BioEdge Agroindustrial Ltda.	1.038.580	716.928	321.652	(58.707)
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	34.162	36.747	(2.585)	(6.956)
BioCelere Agroindustrial Ltda.	15.135	14.051	1.084	(2.389)
BioPlant Agroindustrial Ltda.	4	1.069	(1.065)	(571)
Granbio LLC	151.967	9.268	142.699	5.851

16. imobilizado (Reapresentado)

a. Controladora	31/12/18 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/17 Líquido	01/01/17 Líquido
Equipamentos de informática	866	(866)	-	37	177
Móveis e utensílios	918	(862)	56	92	316
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.785	(1.704)	81	83	335
Imobilizado em andamento	20	-	20	6	7.831
	3.589	**(3.432)**	**157**	**218**	**8.659**

Custo	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Benfeitorias em terrenos	1.785	84	-	1.785
Imobilizado em andamento (a)	6	14	-	20
Móveis e utensílios	918	-	-	918
Equipamentos informática - Hardware	863	-	-	863
Total	**3.572**	**98**	**-**	**3.586**

Depreciação	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2018
Benfeitorias em terrenos	(1.702)	-	-	(1.704)
Depreciação instalações administrativas	-	(1)	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-
Equipamentos informática - Hardware	(826)	(38)	-	(862)
Móveis e utensílios	(826)	(36)	-	(862)
Total	**(3.354)**	**(75)**	**-**	**(3.429)**
Total do imobilizado	**218**	**(24)**	**-**	**157**

Custo	Saldos em 01/01/2017	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/17
Equipamentos de informática	908	-	(45)	863
Móveis e utensílios	1.000	-	(82)	918
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.785	-	-	1.785
Imobilizado em andamento	7.836	3.094	(10.924)	6
Total	**11.529**	**3.094**	**(11.051)**	**3.572**
Depreciação				
Equipamentos de informática	(736)	(135)	45	(826)
Móveis e utensílios	(768)	(113)	55	(826)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.366)	(336)	-	(1.702)
Total	**(2.870)**	**(583)**	**100**	**(3.354)**
Total do imobilizado	**8.659**	**2.510**	**(10.951)**	**218**

(a) As baixas em imobilizado somam imobilizado em andamento que representam os investimentos realizados nos projetos de produção de ácido succínico, projeto de engenharia que não terá mais continuidade de acordo com a atualização do plano de negócios.

b. Consolidado	31/12/18 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/17 Líquido	01/01/17 Líquido
Equipamentos de informática	2.455	(2.400)	55	294	749
Veículos	180	(173)	7	81	181
Móveis e utensílios	1.966	(1.618)	348	473	966
Máquinas e equipamentos de laboratórios	3.827	(2.242)	1.585	2.038	2.420
Máquinas e equipamentos agrícolas	50.724	(22.557)	28.167	32.944	37.251
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.112	(5.122)	6.990	7.530	8.635
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	161.577	(28.172)	133.405	140.093	146.804
Imobilizado em andamento (i)	760.265	-	760.265	802.507	759.553
Terrenos	134	-	134	134	134
Edifícios e construções	2.385	(528)	1.857	1.953	2.048
Plantio	10.912	(4.332)	6.580	8.404	-
Total	**1.006.537**	**(67.144)**	**939.393**	**996.451**	**958.741**

Movimentação: Custo	Saldos em 31/12/17	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/18
Equipamentos de informática	2.484	-	(29)	2.455
Veículos	508	68	(396)	180
Móveis e utensílios	2.034	-	(68)	1.967
Máquinas e equipamentos de laboratórios	3.883	9	(65)	3.828
Máquinas e equipamentos agrícolas	50.421	303	-	50.724
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.112	-	-	12.112
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	161.573	4	-	161.576
Imobilizado em andamento (i)	802.505	16.356	(58.598)	760.263
Terrenos	134	-	-	134
Edifícios e construções	2.385	-	-	2.385
Plantio	10.913	-	-	10.912
Total	**1.048.953**	**16.740**	**(59.156)**	**1.006.537**
Depreciação				
Equipamentos de informática	(2.189)	(236)	26	(2.400)
Veículos	(426)	(123)	376	(173)
Móveis e utensílios	(1.561)	(120)	62	(1.618)
Máquinas e equipamentos de laboratórios	(1.846)	(431)	34	(2.242)
Máquinas e equipamentos agrícolas	(17.477)	(5.079)	-	(22.557)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(4.583)	(539)	-	(5.122)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	(21.479)	(6.694)	-	(28.172)
Edifícios e construções	(432)	(95)	-	(528)
Exaustão plantio	(2.509)	(1.823)	-	(4.332)
Total	**(52.502)**	**(15.140)**	**498**	**(67.144)**
Total do imobilizado	**996.451**	**1.600**	**(58.658)**	**939.393**

(i) O imobilizado em andamento representa o investimento realizado na construção da unidade produtora de etanol celulósico na cidade de São Miguel dos Campos - AL. Esses investimentos incluem compra de equipamentos, serviços de montagem e instalação, de construção civil e os gastos para viabilizar operação continua e estável. Conforme mencionado na nota explicativa 15 c, a Companhia possui equipamentos dados como garantia. A Companhia recebeu o montante de U$ 25.000, segregado em U$ 6.000 recebidos na Gran LLC e U$ 19.000 na Bioflex Agroindustrial, que convertidos em reais corresponde ao montante de R$ 72.924, decorrente do processo movido contra as empresas Beta Renewables S.P.A. e Biochemtex S.P.A em 07 de abril de 2016. O ressarcimento se deve em função dos prejuízos causados na planta industrial, gerando assim uma baixa no imobilizado em andamento no montante R$58.436, segregados da seguinte forma, R$35.921 impactando diretamente o resultado da Companhia e R$ 22.515 gerando um contas a receber com a Gran LLC, além disso no transcorrer do ano de 2018 ocorreram baixas dos investimentos realizados nos projetos de produção de ácido succínico, projeto de engenharia que não terá mais continuidade de acordo com a atualização do plano de negócios no valor de R$3.435.

Custo	Saldos em 01/01/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/17
Equipamentos de informática	2.533	-	(49)	-	2.484
Veículos	508	-	-	-	508
Móveis e utensílios	2.602	43	(610)	-	2.035
Máquinas e equipamentos de laboratórios	3.958	247	(321)	-	3.884
Máquinas e equipamentos agrícolas	49.694	727	-	(216)	50.421
Benfeitorias em imóveis de terceiros	12.112	-	-	-	12.112
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	161.590	-	(18)	-	161.572
Imobilizado em andamento	759.554	53.876	(10.924)	216	802.505
Terrenos	134	-	-	-	134
Edifícios e construções	2.385	-	-	-	2.385
Plantio	-	10.913	-	-	10.913
Total	**995.070**	**65.806**	**(11.922)**	**-**	**1.048.953**
Depreciação					
Equipamentos de informática	(1.785)	(453)	48	-	(2.189)
Veículos	(328)	(99)	-	-	(426)
Móveis e utensílios	(1.636)	(250)	324	-	(1.561)
Máquinas e equipamentos de laboratórios	(1.538)	(458)	150	-	(1.846)
Máquinas e equipamentos agrícolas	(12.443)	(5.034)	-	-	(17.477)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.477)	(1.105)	-	-	(4.583)
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	(14.786)	(6.693)	-	-	(21.479)
Edifícios e construções	(337)	(95)	-	-	(432)
Exaustão plantio	-	(2.509)	-	-	(2.509)
Total	**(36.330)**	**(16.696)**	**523**	**-**	**(52.502)**
Total do imobilizado	**958.741**	**49.110**	**(11.400)**	**-**	**996.451**

c. Garantias - Em 31 de dezembro de 2018, foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários o montante de R$306.822 (R$301.801 em 31 de dezembro de 2017), maiores informações estão mencionadas na nota explicativa 19 e. **d. Capitalização de juros -** A BioFlex Agroindustrial S.A., controlada indireta da Companhia capitalizou os juros das dívidas no montante de R$5.358 (R$32.007 em 31 de dezembro de 2017), conforme os critérios do CPC 17. Os valores compõem o imobilizado em andamento.

17. Intangível - a Movimentação do intangível

Controladora	**Software**
Saldo em 01 de janeiro de 2017	**794**
Amortização	(326)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**468**
Amortização	(326)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**142**

Consolidado	**Software**	**Desenvolvimento**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2017	**1.980**	21.413	23.393
Adições	-	3.297	3.297
Amortização	(630)	-	(630)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**1.350**	**24.710**	**26.060**
Adições	-	2.509	2.509
Amortização	(629)	-	(629)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**721**	**27.219**	**27.940**

Software - Os valores apresentam o investimento da Companhia e suas controladas em softwares de gestão da informação, registros e controle de processos. **Desenvolvimento -** representam investimentos da Companhia, através de suas controladas: • Biovertis: desenvolvimento de cana energia, matéria prima a ser utilizada na produção de biocombustíveis e bioquímicos no montante de R$14.834 em 31 de dezembro de 2018 (R$12.468 em 31 de dezembro de 2017); • Biocelere: desenvolvimento de levedura geneticamente modificada, para fermentação de aç car celulósico no montante de R$12.385 em 31 de dezembro de 2018 (R$12.241 em 31 de dezembro de 2017). Veja nota 18 - análise ao valor recuperável. **18. Análise de perda ao valor recuperável -** Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Pelo histórico limitado de operação e característica de investimento em inovação a Companhia e suas controladas realizam periodicamente teste de impairment sobre os seus principais ativos. O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e evidências de desempenho previamente demonstrados. O custo médio ponderado de capital base para desconto foi composto por custo de dívida base alternativa de captação a mercado e custo de equity base metodologia CAPM refletindo beta referência para da ind stria de renováveis. ***a. Imobilizado -*** No que se refere ao teste de *impairment* da controlada BioFlex, a Companhia utilizou fluxo de caixa de longo prazo, o que reflete a expectativa de uso do ativo recém implementado e em fase de realizações de investimentos para alcançar capacidade comercial em operação contínua. Os preços de etanol 2G foram definidos com base em evidência dos mercados alvos. A projeção do opex foi montada com base no histórico de custos incorridos ajustados a um nível de utilização de capacidade industrial. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia realizou esse teste através do método do valor em uso (fluxo de caixa descontado) e não identificou perdas, conforme a seguir demonstrado:

31/12/2018	Fluxo de caixa (FC)	Valor contábil	FC/Valor contábil
Bioflex Agroindustrial S.A.	1.117.246	911.010	1,23
Total	**1.117.246**	**911.010**	**1,23**

31/12/2017	Fluxo de caixa (FC)	Valor contábil	FC/Valor contábil
Bioflex Agroindustrial S.A.	1.009.111	967.089	1,04
Total	**1.117.246**	**911.010**	**1,04**

A taxa de desconto utilizada foi de 8,82% a.a. (5,48% em 2017) em termos reais. A taxa de inflação utilizada para a projeção foi de 4,5% (4,5% em 2017). Dado o impacto potencial no fluxo de caixa da "taxa de desconto", a Companhia efetuou análise de sensibilidade com mudança nessa variável, cujo fluxo de caixa está demonstrado na tabela abaixo:

	+0,5% na taxa de desconto
Bioflex Agroindustrial S.A.	1.070.026
Total	**1.070.026**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os testes de impairment realizados pela Companhia não resultaram em ajustes nos saldos de balanço referente aos projetos supracitados. ***b. Intangível -*** No que se refere ao teste de *impairment* da controlada BioCelere e BioVertis, a Companhia utilizou fluxo de caixa de longo prazo, o que reflete a expectativa de recebimento de licenciamento por controlada do grupo. A determinação dos preços praticados para modelagem foi com base em melhores práticas de mercado em assuntos correlatos realizados por outras empresas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou esse teste através do método do valor em uso (fluxo de caixa descontado) e não identificou perdas, conforme a seguir demonstrado:

31/12/2018	Fluxo de caixa (FC)	Valor contábil	FC/Valor contábil
BioCelere Agroindustrial Ltda.	29.512	12.385	2,38
Total	**29.512**	**12.385**	**2,38**

A taxa de desconto utilizada foi de 6,72% a.a. em termos reais. A taxa de inflação utilizada para a projeção foi de 4,5%. Dado o impacto potencial no fluxo de caixa da "taxa de desconto", a Companhia efetuou análise de sensibilidade com mudança nessa variável, cujo fluxo de caixa está demonstrado na tabela abaixo:

	+0,5% na taxa de desconto
BioCelere Agroindustrial Ltda.	27.538
Total	**27.538**

No que se refere ao teste de *impairment* da controlada BioVertis, a Companhia utilizou fluxo de caixa de longo prazo, o que reflete a expectativa de recebimento de licenciamento de variedades de cana-energia pelos seus clientes. A determinação dos preços praticados para modelagem foi com base em melhores práticas de mercado em assuntos correlatos realizados por outras empresas. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia realizou esse teste através do método do valor em uso (fluxo de caixa descontado) e não identificou perdas, conforme a seguir demonstrado:

31/12/2018	Fluxo de caixa (FC)	Valor contábil	FC/Valor contábil
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	93.393	14.834	6,30
Total	**93.393**	**14.834**	**6,30**

A taxa de desconto utilizada foi de 15% a.a. em termos reais. A taxa de inflação utilizada para a projeção foi de 4,5%. Dado o impacto potencial no fluxo de caixa da "taxa de desconto", a Companhia efetuou análise de sensibilidade com mudança nessa variável, cujo fluxo de caixa está demonstrado na tabela abaixo:

	+0,5% na taxa de desconto
BioVertis Produção Agrícola Ltda.	85.378
Total	**85.378**

Complementarmente, a Companhia faz uso de análise de sensibilidade das principais variáveis componentes de valor presente líquido dos fluxos de caixa anuais projetados com o objetivo de testar a resistência do valor às variabilidades inerentes aos referidos mercados aos quais os negócios estão associados. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os testes de impairment realizados pela Companhia não resultaram em ajustes nos saldos de balanço referente aos projetos supracitados.

19. Empréstimos e financiamentos (Reapresentado)

Modalidade	**Indexador**	**Encargos**	**Vencimento**	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
FINEP - Financiamento	Pré-fixada	4,00%	mai/24	7.904	8.225	9.080	7.904	8.225	303.633
FINEP - Financiamento	TJLP +	-1,50%	jun/25	106.524	105.506	117.999	106.524	105.506	209.937
BNDES - Financiamento	Pré-fixada	3,31%	jan/25	-	-	-	107.560	109.232	-
BNDES - Financiamento	TJLP +	4,62%	jun/25	-	-	-	147.703	135.142	-
BNDES - Empréstimo	Selic +	7,78%	mar/22	-	-	-	1.287	1.158	-
BNB - Financiamento	Pré-fixada	4,88%	dez/28	-	-	-	127.895	131.462	-
Debêntures	CDI +	1,50%	mai/19	-	-	-	94.796	87.556	90.146
				114.428	**113.731**	**127.079**	**593.669**	**578.281**	**603.716**
Circulante				**917**	**1.500**	**19.218**	**147.458**	**96.109**	**77.327**
Não circulante				**113.511**	**112.231**	**107.861**	**446.211**	**482.172**	**526.389**

Os empréstimos e financiamento do BNDES e BNB tratam-se de contratos que suportaram a construção da planta industrial produtora de etanol celulósico e aquisição de máquinas agrícolas para a colheita de matéria prima. O financiamento do FINEP trata-se de contratos que suportaram o projeto de Pesquisa e Desenvolvimento de Biomassa (cana energia), levedura, além de tecnologias de conversão de biomassa em Bioquímicos e Biocombustíveis. As debêntures foram emitidas pela controlada indireta BioFlex Agroindustrial S.A., tendo o Banco Ita como debenturista. Em 27 de dezembro de 2018 a Companhia a celebrou um aditivo de seu contrato de financiamento junto ao BNDES com o objetivo a suspensão temporária de pagamentos de juros das dívidas decorrentes dos Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I" e de juros e de parcelas de amortização do principal da dívida decorrente do subcrédito "J" entre 16 de julho de 2018 a 15 de março de 2019. Também em função do aditivo os juros dos Subcréditos "E", "F", "G", e "H" calculados entre os dias 16 de fevereiro de 2018 e 16 de julho de 2018 e os juros dos Subcréditos "I" calculados entre os dias 17 de abril de 2018 e 16 de julho de 2018 foram incorporados ao principal destes Subcréditos. Também foi incorporado os juros do Subcréditos "J" calculados entre os dias 16 de fevereiro de 2018 e 16 de julho de 2018 e as parcelas de amortização ao principal deste subcrédito deste mesmo período. O endividamento concentrado no curto prazo tem ocasionado pressão no fluxo de caixa da Companhia e apresentado um capital circulante líquido negativo. A Administração está em renegociação junto as instituições financeiras, para o alongamento do perfil da dívida de forma a readequar seu fluxo de caixa operacional. ***a. Cronograma de amortização da dívida -*** A seguir, estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora 31/12/18	31/12/17	01/01/2017	Consolidado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
2020	917	1.500	19.398	147.458	96.109	77.327
2021	19.967	5.858	16.556	69.518	43.964	79.506
2022	19.967	19.593	16.556	70.047	68.948	79.506
2023 em diante	73.577	86.780	16.556	306.646	369.260	367.377
	114.428	**113.731**	**127.079**	**593.669**	**578.281**	**603.716**

b. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**127.079**	**603.716**
Aquisição de empréstimos e financiamentos	-	1.656
Amortização de empréstimos e financiamentos	(14.504)	(28.554)
Provisão juros empréstimos e financiamentos	6.658	8.063
Juros capitalizados no imobilizado	-	32.007
Juros empréstimos e financiamentos amortizados	(5.503)	(38.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**113.731**	**578.281**
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(320)	(5.151)
Provisão juros empréstimos e financiamentos	6.769	35.714
Juros capitalizados empréstimos e financiamentos no imobilizado	-	5.358
Juros empréstimos e financiamentos amortizados	(5.752)	(20.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**114.428**	**593.669**

c. Garantias - As dívidas da Companhia estão dadas como garantia por fiança bancária e aval corporativo e as dívidas das controladas estão garantidas por finanças bancárias, aval corporativo e garantia real. As garantias reais estão constituídas sobre os ativos imobilizados para o BNDES e FINEP, conforme mencionada na nota explicativa 16 c. Ambas instituições possuem a hipoteca do ativo industrial da controlada BioFlex, respectivamente hipotecas de 1º e 2º Grau, além disso . **d. *Cláusulas contratuais restritivas (covenants) -*** A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos no montante de R$114.428 (R$113.731 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R$ 593.669 (R$ 578.281 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado. O saldo devedor foi renegociado conforme divulgado na nota explicativa nº 29. Os empréstimos e financiamentos contém cláusulas contratuais restritivas não financeiras (covenants operacionais) que estabelecem diversas obrigações, as quais estão relacionadas a seguir: • Cumprimento de obrigações e legislações ambientais, certificado de qualidade de biossegurança (CQB) e do Conselho de Gestão de Patrimônio Genético (CGEN). • Apresentar certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais. • Não apresentação de protestos de dívida liquida e certa. • Suspensão de atividades operacionais. • Restruturação societárias e patrimoniais. **20. Patrimônio líquido - a. Capital social -** O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R$ 900.000 e é composto por 100.628.931 (cem milhões seiscentos e vinte e oito mil novecentos e trinta e uma) ações ordinárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Acionistas	**Capital subscrito (R$)**	**Número de ações**	**Participação**
GranInvestimentos S/A	300.000	85.534.591	85%
BNDES Participações S/A	600.000	15.094.340	15%
	900.000	**100.628.931**	**100%**

b. Ajuste de avaliação patrimonial - A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial inclui ajustes acumulados das diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2018 foi registrado ganho de conversão no montante R$ 28.442 e em 31 de dezembro de 2017 perda de R$ 1.132. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da rubrica é de R$ 83.091 e em 31 de dezembro de 2017 de R$ 54.649. **c. Reserva de capital** - Em Acordo de Acionistas celebrado em 30 de abril de 2013 entre a BNDESPAR, GranInvestimentos S.A. (Acionistas), estipulou-se que as ações fossem emitidas inicialmente a R$ 39,75 cada. Os aportes de capital posteriores a assinatura desse Acordo, têm o preço da ação corrigido pelo IPCA. A variação do preço da ação entre a data Acordo de Acionistas até a data do efetivo recebimento do aporte de capital, é multiplicado pelo total de ações integralizadas, sendo que essa variação é registrada como Reserva de Capital. O BNDESPAR possui 408.231 ações a pagar para a Companhia, sendo que essas ações também são corrigidas pelo IPCA. Essa atualização monetária foi de R$ 450 em 31 de dezembro de 2019 (R$ 1.541 em 2018). Em 31 de dezembro de 2019 o valor total em Reserva de capital é de R$ 107.589 (R$ 107.139 em 2018).

21. Receitas operacionais líquida

		Consolidado 31/12/18	31/12/17
Receita venda de cana de aç car e cana energia	(i)	-	2.210
Receita locação de equipamentos	(ii)	21.360	16.564
Revenda de produtos	(iii)	5.456	9.796
Receita bruta total		**26.816**	**28.570**
(-) COFINS		(2.038)	(1.005)
(-) PIS		(442)	(1.431)
(-) ISS		-	(308)
(-) ICMS		(82)	(127)
(-) INSS		-	(62)
Total dos impostos		**(2.562)**	**(2.933)**
Receita operacional líquida		**24.254**	**25.637**

(i) Receita operacional da controlada BioVertis Produção Agrícola Ltda. decorrente da venda de cana de aç car e cana energia. (ii) Receita operacional da controlada indireta BioFlex Agroindustrial S.A. decorrente da locação de ativos de cogeração de energia elétrica, conforme contrato assinado com a CESMC. (iii) Receita operacional da controlada indireta BioFlex Agroindustrial S.A. decorrente da revenda de palha de cana de açúcar para a CESMC.

22. Custos dos produtos vendidos

	Consolidado 31/12/18	31/12/17
Custos dos produtos vendidos	(16.406)	(26.898)
Custos dos serviços prestados	-	(6.767)
Total	**(16.406)**	**(33.665)**

O custo elevado de revenda de produtos em 2017 é decorrente da operação estar em seu início, ainda tendo custos maiores de manutenção e implementações. A partir de 2018 com um volume maior de receita de vendas e melhor eficiência no controle dos custos, houve margem positiva.

23. Despesas administrativas

	Controladora 31/12/2018	31/12/17	Consolidado 31/12/2018	31/12/17
Despesas de pessoal	(4.703)	(6.004)	(12.360)	(11.636)
Serviços prestados	(2.568)	(2.611)	(11.353)	(18.660)
Despesas com ocupação	(1.377)	(1.166)	(1.641)	(1.852)
Despesas com veículos	-	(8)	(168)	(142)
Seguros	(76)	(57)	(131)	(1.162)
Viagens	(641)	(205)	(896)	(671)
Depreciação e amortização	(401)	(909)	(9.638)	(3.969)
Despesas comerciais	(109)	(68)	(288)	(262)
Gastos gerais	(255)	(239)	(2.859)	9.703
Tributos e taxas	(179)	(215)	(1.966)	(446)
Recuperação de despesa (i)	7.154	11.010	1.905	6.793
Total	**(3.155)**	**(472)**	**(39.395)**	**(22.304)**

(i) Valores de recuperação de despesas das Controladas, referente ao repasse de despesas corporativas ligadas à administração da Companhia. Principal efeito referente ao repasse retroativo de 2014 a 2018 de despesas administrativas à Graal Participações.

24. Outros resultados

	Controladora 31/12/2018	31/12/17	Consolidado 31/12/2018	31/12/17
Indenização de sinistros (i)	-	-	72.924	-
Outros resultados operacionais	-	-	476	-
Total Outras receitas	**-**	**-**	**73.400**	**-**
Baixa de ativo imobilizado (ii)	-	(7.822)	(35.257)	(7.860)
Outros resultados operacionais	-	-	(242)	594
Total Outras despesas	**-**	**(7.822)**	**(35.499)**	**(7.266)**
Total	**-**	**(7.822)**	**37.901**	**(7.266)**

(i) O grupo recebeu o montante de U$ 25.000, segregado em U$ 6.000 recebidos na Gran LLC e U$ 19.000 na Bioflex Agroindustrial, que convertidos em reais corresponde ao montante de R$ 72.924, decorrente do processo movido contra as empresas Beta Renewables S.P.A. e Biochemtex (conforme nota 13) S.P.A em 07 de abril de 2016. O ressarcimento se deveu em função dos prejuízos causados na planta industrial. (ii) As baixas em imobilizado referem-se a recebimento do seguro em função dos prejuízos causados na planta industrial, o Grupo efetuou a baixa no imobilizado em andamento no montante de R$ 35.257, além disso ocorreram baixas dos investimentos realizados nos projetos de produção de ácido succínico, projeto de engenharia que não terá mais continuidade de acordo com a atualização do plano de negócios.

25. Provisão de perda por redução ao valor recuperável

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Provisão de perda por redução ao valor recuperável (i)	(1.273)	(1.515)	(1.273)	(50.474)
Total	**(1.273)**	**(1.515)**	**(1.273)**	**(50.474)**

(i) Valores referem-se a provisão de perda dos títulos a receber da controlada em conjunto Companhia Energética de São Miguel dos Campos (CESMC).

26. Resultado financeiro líquido

Despesas financeiras	Controladora 31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Despesas bancárias	(2)	(2)	-	(31)
I.O.F	(109)	(91)	(388)	(104)
Juros passivos	(8.375)	(4.533)	(17.596)	(4.219)
Encargos empréstimos / financiamentos	(6.769)	(6.658)	(35.714)	(8.063))
Variação cambial	(2)	(1)	(85)	(72)
Descontos concedidos	(2)	-	-	(70)
	(15.259)	**(11.285)**	**(53.783)**	**(12.559)**
Receitas financeiras				
Venda de participação acionária	-	-	-	16.389
Juros recebidos	-	1	-	2
Descontos financeiros obtidos	18	-	5.196	22
Variação cambial	1	4	61	280
Rendimentos de aplicações financeiras	211	257	1.531	2.059
	230	**262**	**6.788**	**18.752**
Resultado financeiro líquido	**(15.029)**	**(11.023)**	**(46.995)**	**6.193**

27. Prejuízos fiscais acumulados - O Grupo apresenta prejuízos fiscais acumulados de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos montantes relacionados a seguir:

	Controladora 2018	2017	Consolidado 2018	2017
Prejuízos acumulados	137.503	117.872	221.171	178.919
Diferenças temporárias	117	174	1.533	338
Total	**137.620**	**118.046**	**222.704**	**179.257**
IRPJ e CSLL diferidos	**46.791**	**40.136**	**75.719**	**60.947**

Os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa de contribuição social não prescrevem, todavia, podem ser compensados somente até o limite de 30% do lucro tributável anual. As declarações de impostos de todas as empresas da Sociedade estão sujeitas a fiscalizações e revisões fiscais por parte das autoridades tributárias por períodos variáveis. Como resultado destas fiscalizações e revisões, podem surgir questionamentos acerca de metodologias, critérios e interpretações da legislação por parte das autoridades e, por conseguinte, alterar os montantes reconhecidos pela Sociedade nas demonstrações financeiras intermediárias e/ou resultar em questionamentos judiciais. Como a empresa não apresentou bases de lucro tributável em anos anteriores, não é permitido registrar imposto de renda diferido. **28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos -** As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir: **a. Risco de liquidez -** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos	Maior que 3 anos
Empréstimos e financiamentos	114.428	503	516	73.558	65.407
Fornecedores	1.325	1.325	-	-	-
Partes relacionadas	79.153	79.153	-	-	-
	194.906	**80.981**	**516**	**73.558**	**65.407**

Consolidado Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 3 Anos	Maior que 3 anos
Empréstimos e financiamentos	593.669	127.546	36.431	182.577	398.965
Fornecedores	23.727	23.727	-	-	-
Partes relacionadas	56.686	56.686	-	-	-
	674.082	**207.959**	**36.431**	**182.577**	**398.965**

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. **b. Risco de mercado -** A Companhia e suas controladas estão expostas às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos e a variação cambial em decorrência dos investimentos em controlada no exterior. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia e suas controladas adotam a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. A Companhia e suas controladas estão expostas, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nos empréstimos e financiamentos. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de taxa variável	Valor contábil - Controladora 31/12/18	31/12/17	01/01/2017	Consolidado 31/12/18	31/2/17	01/01/2017
Ativos						
Aplicações financeiras	30.197	57	19.689	56.941	25.025	62.619
Passivos						
Empréstimos e financiamentos (CDI)	-	-	-	(94.796)	(87.556)	(90.146)
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	(107.057)	(105.506)	(117.999)	(254.117)	(240.648)	(209.937)
Empréstimos e financiamentos (Selic)	-	-	-	(1.287)	(1.158)	-
	(76.327)	**(105.449)**	**(98.310)**	**(293.369)**	**(304.337)**	**(237.464)**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável - A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI, pela TJLP e pela Selic. A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% do consolidado está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros (31/12/18)	**Saldos**	**Provável**	**25%**	**50%**	**-25%**	**-50%**
Aplicações financeiras	56.941	3.664	4.555	5.466	2.733	1.822
Empréstimos e financiamentos						
TJLP	254.227	(14.160)	(17.701)	(21.241)	(10.620)	(7.080)
Selic	1.287	(82)	(103)	(124)	(62)	(41)
CDI	94.796	(5.280)	(6.600)	(7.920)	(3.960)	(2.640)
Resultado do exercício		**(15.879)**	**(19.848)**	**(23.818)**	**(11.909)**	**(7.939)**

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

31/12/2018	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
CDI	6,40%	8,00%	9,60%	4,80%	3,20%
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%	4,18%	2,79%

Gestão de capital - O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenham um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor do acionista. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais. A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Valor contábil - Controladora 31/12/18	31/12/17	01/01/2017	Consolidado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Caixa e equivalentes de caixa	30.201	69	19.701	51.159	965	22.558
(-) Financiamentos e empréstimos	(114.428)	(113.731)	(127.079)	(593.669)	(578.281)	(603.716)
Caixa (dívida) líquido/a	**(84.227)**	**(113.662)**	**(107.378)**	**(542.510)**	**(577.316)**	**(581.158)**
Patrimônio líquido	620.295	650.098	770.621	620.295	650.098	770.621
Patrimônio líquido e caixa (dívida) líquido/a	**536.068**	**536.436**	**663.243**	**77.785**	**72.782**	**189.463**

Classificação dos instrumentos financeiros - O quadro abaixo apresenta os principais instrumentos financeiros por categoria:

Controladora	Custo amortizado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	4	574	12
Aplicações financeiras	30.197	25.025	19.689
Clientes	5	6	-
Partes relacionadas	84.936	290.485	212.909
Total	**115.142**	**316.090**	**232.610**
Passivos			
Fornecedores	1.325	1.794	1.490
Partes relacionadas	79.153	16.459	129
Empréstimos e financiamentos	114.428	113.731	127.079
Total	**194.906**	**131.984**	**128.698**

Consolidado	Custo amortizado 31/12/18	31/12/17	01/01/2017
Ativos financeiros			
Caixa e bancos	15.620	574	632
Aplicações financeiras	56.941	25.025	62.619
Partes relacionadas	66.398	40.030	58.942
Contas a receber	904	881	403
Total	**139.863**	**66.510**	**122.596**
Passivos			
Fornecedores	23.727	22.376	10.244
Empréstimos e financiamentos	593.669	578.281	603.716
Contas a pagar	6.313	1	-
Total	**623.709**	**600.658**	**613.960**

Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço patrimonial. **29. Eventos subsequentes - Combinação de negócios -** Em 18 de março de 2019 a Companhia concluiu a aquisição de 100% do capital da American Process Inc. e das afiliadas empresas, incluindo AVAPCO LLC e API Intellectual Properties Holdings. A operação e decorrente das aquisições de ativos incluem a Biorefinaria Alpena em Alpena, Michigan, a Biorrefinaria de Thomaston e Centro de P & D em Thomaston, Geórgia, equipe de operações, pesquisa e desenvolvimento de negócios e um extenso portfólio de propriedade intelectual na biorrefinaria, biocombustíveis, bioquímicos e campos de nanocelulose com mais de 200 patentes concedidas e pendentes. **Atos societários -** Em 17 de fevereiro de 2020, foi emitido um Recibo de pagamento com sub-rogação, no qual a Companhia declara ter recebido da acionista GranInvestimentos S.A. o montante de R$ 23.123 debitado da conta de recursos já antecipados pela acionista e não devolvidos pela Companhia, em pagamento do saldo de integralização de ações ordinárias emitidas pela Companhia e subscritas em 30 de abril de 2013 pelo BNDES Participações S.A. e por ele não integralizado, operando-se, assim, de pleno direito, a sub-rogação convencional da GranInvestimentos S.A. Em 18 de fevereiro de 2020, foi emitido Boletim de Subscrição por meio do qual a Companhia declara ter recebido da acionista GranInvestimentos S.A., o montante de R$ 77.662, debitado da conta de recursos já antecipados pela acionista e não devolvidos pela Companhia, em pagamento à integralização de 7.503.574 ações ordinárias emitidas pela Companhia ao preço de emissão unitário de R$ 10,35, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de dezembro de 2019. **Impactos do COVID 19 (Corona Vírus) nos negócios da Companhia -** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Sa de (OMS) anunciou que o Corona Vírus (COVID-19) havia se tornado uma emergência de sa de global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza aos agentes econômicos, podendo gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas: • Renegociações de contratos com fornecedores, de modo a alinhar a aquisição de insumos a produção, com base nas expectativas relacionadas a demanda dos produtos da Companhia, à luz do cenário atual pós COVID-19; • Reescalonamento dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos do Grupo com instituições financeiras e dos pagamentos com os fornecedores, mitigando eventuais riscos de liquidez. **Renegociação de empréstimos e financiamentos -** Em 06 de abril de 2020, a Companhia e sua controlada BioFlex Agroindustrial S.A. celebram Memorando de Entendimentos com Ita Unibanco S.A. e sua acionista GranInvestimentos S.A. Pelo memorando a Companhia e a BioFlex prestam anuência a (i) assunção parcial de units das debêntures não conversíveis em ações emitidas pela BioFlex Agroindustrial S.A. pelos acionistas controladores indiretos da Companhia; (ii) extinção de determinados contratos de prestação de garantias, por meio dos quais o Ita Unibanco S.A. garante o pagamento de determinados contratos de empréstimos da Companhia; e (iii) a inclusão de novas garantias aos contratos de fiança bancária prestados pelo Ita Unibanco a Companhia e suas controladas. Em 05 de maio de 2020, o Banco do Nordeste do Brasil S.A concede unilateralmente à controlada BioFlex Agroindustrial S.A. suspensão temporária de pagamento das parcelas de principal e juros até janeiro de 2021 dos contratos de n mero 190.2013.2369.6239, 190.2014.492.7631 e 190.2014.2636.8898. O saldo devedor desses contratos em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 127.895. Em 15 de julho 2020, a Companhia e sua controlada BioFlex Agroindustrial S.A. celebraram o 5º. Aditivo ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito de n mero 13.2.0418.1 celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ú BNDES. Tal aditivo tem por finalidade (i) alterar os juros remuneratórios incidentes sobre os Subcréditos "A", "B", "C" e "D", saldo devedor de R$ 97.116 em 31 de dezembro de 2018; (ii) suspensão temporária de pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios decorrentes dos Subcréditos "A" a "J" pelo período de 6 meses da assinatura do aditivo, sendo o saldo devedor em 31 de dezembro de 2018 de R$ 39.349 e (iii) ratificar as garantias previstas no instrumento de crédito. Em 07 de agosto de 2020, a Companhia firmou contrato de financiamento com grupo de investidores pessoas naturais, no valor de R$ 15 milhões, com o objetivo de financiar as atividades envolvidas no processo de estruturação da oferta p blica de ações a ser realizada pela companhia. Tal contrato envolveu o fornecimento de garantia via alienação fiduciária da produção de etanol celulósico da safra 2020/2021 até o limite de 120% do valor do empréstimo. **Parceria estratégica para licenciamento de tecnologia de etanol celulósico -** A Companhia reestruturou recentemente seu modelo de negócios para licenciar seu conhecimento e oferece assistência tecnológica a clientes e parceiros em joint-ventures na produção e processamento de biomassa em aç car de celulose, etanol de segunda geração, bioquímicos 2G e nanocelulose. Em 31 de julho de 2020, a Companhia, por intermédio de sua controlada indireta American Green+ LLC, celebrou parceria estratégica com a NextChem, subsidiária do conglomerado italiano Maire Tecnimont com o objetivo de licenciar essa tecnologia em todo o mundo. A parceria combina a tecnologia e o *knowhow* da Companhia em transformação de biomassa em biocombustíveis de segunda geração com a inteligência em engenharia da NextChem para oferecer serviços integrados, estudos de viabilidade, projetos de integração, engenharia e construção de fábricas em todo o mundo. A parceria envolveu a venda de uma licença para produção de etanol celulósico, a ser recebida parte em efetivo e parte em prestação de serviços de engenharia.

Diretoria

Paulo Eduardo Nigro - Presidente

Guilherme Mottin Refinetti - Diretor - **Carlos Arruti Rey - Diretor**

Contador

Erli Lopes de Camargo Junior - CRC: CRC:1SP-289.324/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da GranBio Investimentos S.A. - São Paulo - SP Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GranBio Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GranBio Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** Em 3 de maio de 2019 emitimos relatório de auditoria sem modificações sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da GranBio Investimentos S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir os assuntos descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e seus valores correspondentes ao período anterior foram ajustados de forma retrospectiva. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar d vida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conte do das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Yukie de Andrade Kato
ContadorCRCPR-052608/P

ALPHAVILLE S.A.

CNPJ/MF nº 16.811.931/0001-00 - *(Denominado anteriormente Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.)*

Relatório da Administração 2019

Senhores Acionistas, Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da Alphaville S.A., atual denominação social da Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. ("Alphaville" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Mensagem da Administração: A crise que atingiu a economia brasileira nos últimos anos e que afetou o setor imobiliário nacional, impactou as atividades da Companhia, reduzindo as vendas de lotes e o volume de lançamentos e aumentando inadimplência e distratos. Diante desse cenário, a Administração da Alphaville adotou a estratégia em sua controlada Alphaville Urbanismo S.A. ("AUSA") de priorizar a geração de caixa operacional, a entrega das obras em andamento e preservação da marca Alphaville, em detrimento da manutenção do volume de lançamentos nos níveis pré-crise. Essas ações operacionais, que priorizaram os compromissos com clientes e parceiros, aumentaram a necessidade de capital de terceiros e foram as principais razões dos resultados negativos ocorridos nos últimos exercícios. No ano de 2019, a controlada retomou lançamentos e iniciou um novo ciclo de crescimento. Neste ano, a Companhia solidificou os aprendizados dos últimos anos, lançando através da AUSA empreendimentos com limitada ou nenhuma exposição de caixa e implantando projetos de excelência operacional nas principais etapas de desenvolvimento dos empreendimentos. Foram quatro lançamentos ao longo do ano, em Uberlândia (MG), Montes Claros (MG), Eusébio (região metropolitana de Fortaleza - CE) e Guarajuba (Litoral Norte de Salvador - BA), que atingiram 67% de vendas do total lançado, comprovando o sucesso no processo de avaliação e seleção de projetos para lançamento e retomando o patamar de velocidade de vendas no período pré-crise econômica. Além do sucesso da velocidade de vendas no lançamento, os quatro empreendimentos lançados seguem a diretriz estratégica de preservação de caixa que limita a exposição máxima de capital em cada empreendimento. Em relação à excelência operacional, desde 2017 a Alphaville S.A. implementou em sua controlada diversas iniciativas de eficiência para assegurar a finalização de todos os empreendimentos já lançados com a reconhecida qualidade dos produtos "Alphaville" e com maior controle de custos. Além disso, os processos de planejamento e controle das atividades de seleção e aprovação de novas áreas, assim como das atividades comerciais e de BackOffice foram revisitadas imprimindo maior eficiência na alocação dos recursos. Do lado financeiro, a Companhia seguiu, através de sua controlada, acessando o mercado de capitais conforme seu plano de financiamento e readequou seu perfil de dívida com duas importantes operações: (i) alongamento de sua principal dívida, a 1ª emissão de debênture, com a redução de 80% do vencimento entre 2019 e 2021; e (ii) a conversão em capital das debêntures dos acionistas na AUSA com consequente reforço do patrimônio líquido. Dessa forma, a Administração da Companhia entende que a Alphaville S.A., por meio de sua controlada AUSA, atravessou a maior crise econômica da história deste país reforçando a credibilidade de sua marca, não somente no mercado de loteamentos, mas também no mercado financeiro, e, sobretudo, com seus clientes. Foram mais de 90 empreendimentos e 40.000 lotes entregues nos últimos 10 anos. Estamos confiantes que a Companhia está pronta para contribuir com a retomada do crescimento econômico do país, investindo no desenvolvimento urbano e na qualidade de vida de todos os brasileiros, e, ao mesmo tempo, consolidando sua liderança na indústria de loteamentos e na rentabilidade e lucratividade do negócio. Adicionalmente, frente à atual crise em decorrência da pandemia do coronavírus, a Administração reforça seu compromisso em manter-se adotando as estratégias necessárias para minimizar quaisquer riscos ou prejuízos que possam ser causados ao negócio, tanto do ponto de vista financeiro, quanto operacional e de saúde e segurança de seus colaboradores.

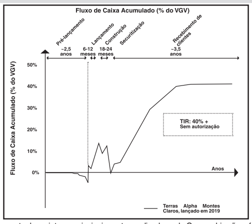
Modelo de Negócios: O modelo de negócio adotado pela Companhia engloba seu envolvimento e atuação direta em todas as etapas associadas ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário, tais como: (i) identificação de regiões estratégicas e com alto potencial de demanda e crescimento; (ii) busca de terrenos que atendam às demandas do potencial projeto; (iii) negociação de contratos de parceria com proprietários dos terrenos - os "terreneiros"; (iv) desenvolvimento do projeto e obtenção de licenças, alvarás e autorizações relacionadas ao projeto; (v) contratação e gestão das atividades de empreiteiros e/ou construtoras responsáveis pelas obras até a entrega para os clientes; (vi) realização de marketing e vendas dos lotes do projeto; (vii) financiamento dos clientes e gestão do relacionamento comercial e financeiro com os clientes até a quitação da compra e com terreneiros e sócios até a finalização do empreendimento. A Alphaville é uma desenvolvedora de projetos imobiliários, concebendo e implantando projetos de bairros planejados e condomínios fechados. Os projetos, na maioria das vezes, são desenvolvidos em parceria com o proprietário, que contribui com o terreno, enquanto a Alphaville é responsável pelos custos de desenvolvimento, construção e comercialização. A participação da Alphaville nos projetos geralmente varia entre 60% a 70%. Sob esse modelo, a Alphaville normalmente não realiza desembolso em dinheiro para aquisição de terrenos. Após o lançamento do projeto, uma significativa parcela dos custos de desenvolvimento é financiada pelas próprias vendas dos lotes, de forma que a exposição de caixa também é reduzida na fase de obras. Esse modelo de baixa exposição de caixa gera taxas internas de retorno sólidas para a Alphaville.

Landbank: O landbank da Companhia está distribuído em diversas regiões do país, sendo (i) 166 fases de projetos distribuídos em 37 áreas metropolitanas; (ii) 127 fases de projetos distribuídos em 20 cidades "Top 50 - Cidades Mais Ricas" do país, de acordo com os dados da Urban Systems em estudo realizado para a Companhia em janeiro de 2020; e (iii) 128 fases de projetos distribuídos em 22 cidades "Top 50 - Cidades Mais Populosas" do país.

Linhas de Produtos: A linha de produtos da Companhia é composta por 3 tipos de empreendimentos:

• "Alphaville": empreendimentos compostos por lotes com no mínimo 360 m², com foco em clientes de alta renda (classe AA); • "Terras Alpha": empreendimentos compostos por lotes com tamanho médio de 250 m² a 360 m², com foco em clientes de renda média-alta (classe A); e • "Jardim Alpha": (produto em desenvolvimento) empreendimentos compostos por lotes com tamanho médio de 200 m² a 250 m², com foco em clientes de renda média (classe B).

Modelo Financeiro: Historicamente, um projeto típico desenvolvido pela Companhia apresenta um fluxo de caixa que pode ser visualizado no gráfico a seguir:



• Desde a contratação da área até o pré-lançamento do projeto, os principais gastos realizados pela Companhia são referentes a estudos, projetos e licenciamentos; • No pré-lançamento os gastos aumentam em função das despesas de marketing, vendas e/ou impostos e taxas pagas aos órgãos municipais, estaduais e/ou federais e/ou cartórios, entre outros; • Entre o lançamento e o início das obras, o fluxo de caixa do projeto fica positivo em função dos recebimentos das parcelas pagas pelos clientes; • Durante o período de obras, o fluxo de caixa se inverte, podendo inclusive demandar aporte de recursos pela Companhia, tendo o final da obra como ponto mínimo; • Após a entrega do empreendimento, o fluxo de caixa se inverte novamente em função do término dos gastos com obras e a continuação dos recebimentos dos pagamentos dos clientes. Nos últimos 5 anos, a Companhia aperfeiçoou o seu modelo de negócios, sendo um dos pilares fundamentais a redução da exposição de caixa no nível dos projetos, principalmente durante a fase de obras. Além disso, ao adotar como regra a constituição de alienação fiduciária em todas as suas novas vendas de longo prazo, a Companhia tem experimentado expressiva redução da inadimplência e de sua exposição a risco de crédito dos compradores de lotes. Vale ressaltar que os contratos com alienação fiduciária têm inadimplência substancialmente menor do que os contratos anteriormente utilizados pela Companhia, além de eliminar por definitivo a possibilidade de distratar, uma vez que os lotes inadimplentes são leiloados, não sendo passíveis de distrato.

Fundação Alphaville: Em 2000, a foi criada a "Fundação Alphaville", instituição sem fins lucrativos, que é a base do seu compromisso socioambiental, com o objetivo de estimular as comunidades nas quais a Companhia atua. A Fundação Alphaville promove soluções para o desenvolvimento da população regional, implantando, por exemplo, cursos capacitantes para jovens e adultos moradores da região onde determinado projeto é implantado. A Fundação Alphaville, presente em 23 estados brasileiros, já soma mais de 240 projetos realizados, com impacto direto sobre mais de 500 mil pessoas em todo o país, e tem contribuído ativamente para o desenvolvimento de territórios mais resilientes - sempre por meio da construção coletiva, da inclusão socioeconômica e da educação para sustentabilidade.

Relacionamento com auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que nossos auditores independentes não prestaram serviços que não os relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Declaração da Diretoria: A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Agradecimentos: A Administração da Alphaville agradece aos acionistas, aos Conselheiros, aos clientes e fornecedores, aos parceiros "terreneiros", às instituições financeiras pelo apoio e confiança, e aos seus colaboradores pela dedicação e empenho.

São Paulo, 13 de Agosto de 2020

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	-	2.028	23.087	13.310
Aplicações financeiras	4.2	1.620	-	37.024	62.408
Contas a receber	5.1	-	-	209.529	234.312
Lotes a comercializar	6	-	-	481.333	669.333
Demais contas a receber	5.2	341	334	57.574	52.104
Total do ativo circulante		**1.961**	**2.362**	**808.547**	**1.031.467**
Não circulante					
Contas a receber	5.1	-	-	571.139	683.923
Lotes a comercializar	6	-	-	235.044	252.886
Dividendos a receber	18.1	-	-	3.211	3.093
Valores a receber de partes relacionadas	18.1	-	-	731	17.315
Outros créditos	5.2	-	-	34.067	29.952
		-	**-**	**844.192**	**987.169**
Investimentos em participações societárias	7	353.973	-	28.526	30.299
Imobilizado	8	-	-	30.689	5.793
Intangível	9	-	-	514.081	523.693
		353.973	**-**	**573.296**	**559.785**
Total do ativo não circulante		**353.973**	**-**	**1.417.488**	**1.546.954**
Total do ativo		**355.934**	**2.362**	**2.226.035**	**2.578.421**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	57.465	86.058
Debêntures	11	3.026	-	18.455	137.904
Fornecedores	15	3	42	95.683	97.725
Salários, encargos sociais, impostos e participações		97	6	36.281	47.233
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	12	-	-	70.123	44.535
Repasses a efetuar a sócios incorporadores	12a	-	-	39.257	32.965
Dividendos a pagar	18.1	-	-	1.529	1.953
Conta corrente SPE	18.1	-	-	731	-
Obrigações com cessões de direitos creditórios	5.1	-	-	36.230	56.079
Outras obrigações	15	-	-	84.443	68.891
Provisão para demandas judiciais	13	-	-	30.582	-
Provisão para perda de investimento	7	-	187.752	-	-
Total do passivo circulante		**3.126**	**187.800**	**470.779**	**573.343**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	93.482	130.463
Debêntures	11	120.000	-	828.142	581.962
Debêntures conversíveis	11	-	-	-	1.287.159
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14b	-	-	-	-
Aquisição de participações societárias		-	-	23.297	23.404
Provisão para demandas judiciais	13	-	-	105.617	84.785
Provisão para garantia		-	-	22.957	25.400
Obrigações com cessões de direitos creditórios	5.1	-	-	53.405	45.250
Outras obrigações	15	-	-	90.672	76.669
Total do passivo não circulante		**120.000**	**-**	**1.217.572**	**2.255.092**
Patrimônio líquido					
Capital social	16	1.259.893	1.259.893	1.259.893	1.259.893
Ganho/perda na diluição de participação em controlada		909.657	-	909.657	-
Prejuízos acumulados		(1.936.742)	(1.445.331)	(1.936.742)	(1.445.331)
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora		232.808	(185.438)	232.808	(185.438)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	304.877	(64.576)
Total do patrimônio líquido		**232.808**	**(185.438)**	**537.685**	**(250.014)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**355.934**	**2.362**	**2.226.035**	**2.578.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

	Notas	Controladora Capital social	Aumento de capital proposto	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total controladora	Participação de acionistas não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**1.265.000**	**(5.107)**	**-**	**(868.502)**	**391.391**	**192.010**	**583.401**
Ajuste de aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9		-	-	-	(28.733)	(28.733)	(12.314)	(41.047)
Saldos Ajustado em 01 de janeiro de 2018		**1.265.000**	**(5.107)**	**-**	**(897.235)**	**362.658**	**179.696**	**542.354**
Dividendos declarados		-	-	-	-	-	(1.510)	(1.510)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(548.096)	(548.096)	(242.762)	(790.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**1.265.000**	**(5.107)**	**-**	**(1.445.331)**	**(185.438)**	**(64.576)**	**(250.014)**
Aumento de capital dos não controladores		-	-	-	-	-	1.610.936	1.610.936
Ganho/perda na diluição de participação em controlada		-	-	909.657	-	909.657	(909.657)	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	(491.411)	(491.411)	(331.826)	(823.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**1.265.000**	**(5.107)**	**909.657**	**(1.936.742)**	**232.808**	**304.877**	**537.685**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Receita operacional líquida	19	-	-	164.200	52.039
Custos operacionais					
Desenvolvimento e venda de lotes	20	-	-	(319.474)	(206.545)
Prejuízo bruto operacional		**-**	**-**	**(155.274)**	**(154.506)**
(Despesas)/receitas operacionais					
Despesas com vendas	20	-	-	(38.951)	(42.209)
Despesas gerais e administrativas	20	(550)	(332)	(81.432)	(101.831)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	7	(464.350)	(535.679)	(5.930)	(5.710)
Amortização de mais valia	7	(25.610)	(12.245)	(700)	(697)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(70)	44	(144.204)	(102.767)
Prejuizo antes das receitas e despesas financeiras e do imposto de renda e contribuição social		**(490.580)**	**(548.212)**	**(426.491)**	**(407.720)**
Despesas financeiras	22	(3.034)	(3)	(402.493)	(387.077)
Receitas financeiras	22	2.203	119	7.770	10.343
Prejuizo antes do imposto de renda e contribuição social		**(491.411)**	**(548.096)**	**(821.214)**	**(784.454)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social corrente	14a	-	-	(2.023)	(6.631)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferido	14a	-	-	-	243
Total de imposto de renda e contribuição social		**-**	**-**	**(2.023)**	**(6.388)**
Prejuízo líquido do exercício		**(491.411)**	**(548.096)**	**(823.237)**	**(790.842)**
Prejuízo líquido atribuível:					
aos acionistas controladores		(491.411)	(548.096)	(491.411)	(548.096)
aos acionistas não controladores		-	-	(331.826)	(242.746)
Prejuízo básico por lote de mil ações - em reais		-	-	(7,15)	(7,97)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

	Nota explicativa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Prejuízo do exercício		(491.411)	(548.096)	(823.237)	(790.842)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		**(491.411)**	**(548.096)**	**(823.237)**	**(790.842)**
Atribuível a:					
Acionistas controladores		(491.411)	(548.096)	(491.411)	(548.096)
Acionistas não controladores		-	-	(331.826)	(242.746)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receitas	-	-	167.535	61.125
Venda de lotes (Nota 19)	-	-	53.249	229.073
Provisão para distratos (Nota 19)	-	-	108.961	(171.129)
Prestação de serviços (Nota 19)	-	-	5.325	3.181
Insumos adquiridos de terceiros	-	-	(401.202)	(293.956)
Custo de desenvolvimento e venda de lotes (Nota 20)	-	-	(358.643)	(248.753)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 20)	-	-	(42.559)	(45.203)
Valor adicionado bruto	-	-	(233.667)	(232.831)
	(26.230)	**(12.533)**	**(153.136)**	**(130.455)**
Depreciação e amortização	-	-	(16.761)	(13.469)
Amortização de ágio sobre investimento	(25.610)	(12.245)	(700)	(697)
Outras	(620)	(288)	(135.675)	(116.289)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(26.230)	(12.533)	(386.803)	(363.286)
Valor adicionado recebido em transferência	(462.147)	(535.560)	1.840	4.633
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	(464.350)	(535.679)	(5.930)	(5.710)
Receitas financeiras (Nota 22)	2.203	119	7.770	10.343
Valor adicionado total a distribuir	(488.377)	(548.093)	(384.963)	(358.653)
Distribuição do valor adicionado	(488.377)	(548.093)	(384.963)	(358.653)
Pessoal e encargos (Nota 20)	-	-	30.423	29.638
Impostos, taxas e contribuições	-	-	5.358	15.474
Juros (Nota 22)	3.034	3	402.493	387.077
Resultados retidos atribuível aos acionistas não controladores	-	-	(331.826)	(242.746)
Prejuízos absorvidos	(491.411)	(548.096)	(491.411)	(548.096)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Em milhares de reais - R$ mil)*

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Atividades operacionais				
Prejuízos antes do imposto de renda e da contribuição social	(491.411)	(548.096)	(821.214)	(784.454)
Despesas/(receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:				
Depreciação e amortização	-	-	16.761	13.469
Amortização de ágio sobre investimentos	25.610	12.245	36.586	17.326
Ajuste a valor presente	-	-	(64.781)	-
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos	3.026	-	358.005	318.163
Provisão para perda em distratos	-	-	(56.376)	43.506
Provisão para garantia	-	-	7.887	6.894
Outras provisões	-	(3)	-	(3)
Provisão para demandas judiciais e compromissos	-	-	145.376	118.142
Provisão para perda na realização de estoques	-	-	1.891	33.267
Provisão para participação nos lucros	-	-	(8.861)	13.189
Provisão para perda sobre CRI	-	-	641	9.895
Provisão gastos com escrituração	-	-	(2.359)	13.701
Desconto financeiro na cessão de recebíveis	-	-	8.277	10.223
Baixas de Imobilizado	-	-	14	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 7)	464.350	535.679	5.930	5.710
Redução/(aumento) em ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	236.782	428.955
Lotes a comercializar	-	-	168.065	(204.932)
Demais contas a receber e outros	(8)	(48)	(3.544)	(61.181)
Aumento/(redução) em passivos operacionais				
Adiantamento de clientes	-	-	25.588	(3.990)
Fornecedores	(39)	9	(2.042)	13.396
Salários, encargos sociais, impostos e participações	91	6	(2.091)	(19.996)
Outras obrigações	-	-	(157.636)	(57.761)
Operações com partes relacionadas	-	-	15.735	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.023)	(6.330)
Geração (utilização) de caixa e equivalentes de caixa nas atividades operacionais	**1.619**	**(206)**	**(93.389)**	**(92.811)**
Atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-	-	(1.606)	(2.665)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.620)	-	(882.647)	(972.696)
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	-	908.032	1.028.184
Acréscimo de investimentos (Nota 7)	(126.751)	-	(130.328)	3.900
Dividendos recebidos	-	-	-	-
Geração (utilização) de caixa nas atividades de investimento	(128.371)	-	(106.549)	56.723
Atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	50.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	120.000	-	405.749	249.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(150.499)	(76.665)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(88.565)	(123.090)
Perdão de dívida - juros	4.724	-	4.724	-
Cessão de direito creditório	-	-	(11.694)	(46.159)
Pagamento de principal e dividendos sobre obrigações com investidores	-	-	-	-
Geração de caixa e equivalente de caixa nas atividades de financiamentos	124.724	-	209.715	3.686
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(2.028)**	**(206)**	**9.777**	**(32.402)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício (Nota 4.1)	2.028	2.234	13.310	45.712
No final do exercício (Nota 4.1)	-	2.028	23.087	13.310
(Redução)/Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**(2.028)**	**(206)**	**9.777**	**(32.402)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Private Equity AE Investimentos e Participações S.A., antigo nome da Alphaville S.A., veja nota 28, ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de maio de 2012, com sede e foro na Avenida Cidade Jardim, 803, 8º andar, sala W, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, ou fundos de investimentos, na qualidade de sócia, acionista, quotista, no Brasil e/ou no exterior. Em 09 de dezembro de 2013 a Companhia adquiriu a participação de 70% da Alphaville Urbanismo S.A. ("AUSA"), passando a deter o controle da referida entidade, sendo os demais 30% de participação detidos pela ex-controladora Gafisa S.A. A Alphaville Urbanismo S.A. ("AUSA") tem como foco identificar, desenvolver e comercializar loteamentos residenciais voltados para diversos públicos em todo o território brasileiro. A Companhia não possui outros investimentos relevantes ou outras atividades, além do investimento na Alphaville Urbanismo S.A.. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como 'Grupo'). Ao final do exercício de 2019, houve uma reorganização societária na controlada AUSA, decorrente de resgate de ações, através do qual a Gafisa S.A. se retirou do grupo, conforme fato relevante divulgado em 21 de outubro de 2019, e da conversão de debêntures conversíveis detidas por veículos de investimentos do Pátria Investimento, acionistas da Companhia, de modo que no encerramento do exercício de 2019 a Companhia detinha 48,22% da controlada, e os não controladores detinham 51,78%.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis: Base de Elaboração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R$ 491 milhões (R$ 548 milhões em 2018 e R$ 576 milhões em 2017), totalizando prejuízos acumulados de R$ 1.936 milhões (R$ 1.445 milhões em 2018 e 869 milhões em 2017), decorrente basicamente da sua sua controlada AUSA que incorreu em prejuízo de R$774 milhões (R$ 755 milhões em 2018 e R$ 764 milhões em 2017), totalizando R$2.170 milhões (R$ 1.397 milhões em 2018 e R$ 578 milhões em 2017) de prejuízos acumulados. O prejuízo da controlada AUSA decorre substancialmente do volume de vendas inferior ao custo de carregamento das dívidas e despesas gerais e administrativas, necessárias para o desenvolvimento dos seus negócios. Essa situação levanta a necessidade da Administração efetuar uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem gerando fluxo de caixa suficientes, para assegurar a continuidade operacional para o futuro previsível seja pela geração de fluxos de caixa operacionais, pela contratação de novos recursos com terceiros ou pelo suporte financeiro dos seus acionistas. A avaliação da Administração considerou o plano de negócios da Companhia e suas controladas, o qual foi elaborado tendo por base a situação atual dos ativos e passivos e as ações futuras planejadas pela Administração, bem como certas premissas macroeconômicas e setoriais relevantes, como por exemplo, estimativas da realização de vendas de lotes, avaliação das localidades e/ou regiões com potencial para a realização de novos lançamentos por sua controlada AUSA e previsões reais de taxa de juros e inflação, como também na avaliação da capacidade financeira dos acionistas de honrar o compromisso de capital assumido em caso de insucesso no plano de ação elaborado pela Companhia. As ações de funding planejadas que impactam as estimativas dos fluxos de caixa futuros incluem seguintes ações: • Captação de novas dívidas corporativas - já negociadas e em processo de aprovação (impacto líquido de R$ 36 milhões); • Alongamento das dívidas existentes - em processo de negociação/aprovação (impacto líquido de R$ 51 milhões). Considerando o plano de negócios, a Administração acredita que os pagamentos das obrigações ocorrerão conforme planejado e que a geração de fluxo de caixa será suficiente para atender as suas obrigações e garantir a continuidade operacional para o futuro previsível. Não obstante, a Administração possui alternativas operacionais de preservação de caixa para a eventualidade de insucesso na execução do plano de negócios que podem resultar em uma economia de R$ 71,8 milhões ao longo dos próximos 12 meses: • Redução dos custos diretamente relacionados aos lançamentos de empreendimentos imobiliários (R$ 27,8 milhões); • Reprogramação da curva de obras dos projetos já lançados, sem impacto na data de entrega (R$ 12,0 milhões); • Redução das despesas de desenvolvimento e aprovação de novos projetos (R$ 3,0 milhões); • Redução das despesas gerais e administrativas (R$ 6,3 milhões); • Reprogramação dos pagamentos vinculados a manutenção dos lotes em estoque (R$ 13,6 milhões); • Captação de novas dívidas corporativas (R$ 9,1 milhões); Além disso, os acionistas da Companhia se comprometeram formalmente a suportar a Companhia em todas as ações necessárias para a manutenção da continuidade operacional da Companhia por meio de coordenação, estruturação e captação de novas operações de financiamento no mercado de capitais, inclusive com o compromisso de alocar de recursos adicionais em montante suficiente, na eventualidade do insucesso do plano de negócios acima mencionado. Com base em sua avaliação, a Administração concluiu que não existe incerteza relevante quanto a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando no futuro previsível. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras contábeis individuais e consolidadas: Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora" foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as IFRS, pois consideram a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas nas demonstrações separadas da controladora. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os aspectos relacionados a transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado àquele manifestado pela CVM no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). ***a. Demonstrações financeiras consolidadas:*** As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Private Equity e de sua controlada Alphaville Urbanismo. O controle sobre essas entidades é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. A controlada é consolidada a partir da data que o controle integral se inicia, até a data em que deixa de existir. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem: (a) direito a dirigir as atividades relevantes; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis de sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente, e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do respectivo percentual de participação sobre o patrimônio líquido das controladas. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação na seguinte proporção:

Subsidiárias	Participação % 2019	Participação % 2018	Participação % 2017
Alphaville Urbanismo S.A. (Controlada)	48,22%	70,00%	70,00%

A redução da participação em 2019 é decorrente da uma reorganização societária na controlada AUSA, decorrente de resgate de ações, através do qual a Gafisa S.A. se retirou da sociedade, conforme fato relevante divulgado em 21 de outubro de 2019, e da conversão de debêntures conversíveis detidas por veículos de investimentos do Pátria Investimento, de modo que no encerramento do exercício de 2019 a Companhia detinha 48,22% da controlada, e os não controladores detinham 51,78%, tal fato, não altera a condição da Companhia de controladora da AUSA. Esse poder de controle se consumava de forma tácita, na medida em que os acionistas não controladores da Companhia, detentores de 51,78% das ações da AUSA exercem seus direitos de voto, conforme instruções da Companhia e acordado entre as partes . As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão identificadas como controladora e consolidado, respectivamente. ***b. Reapresentação das demonstrações financeiras consolidadas:*** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários CVM, para incluir a demonstração do valor adicionado, e aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas. Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram identificados ajustes e reclassificações que afetam os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e os mesmos estão sendo reapresentados de acordo com o previsto no CPC 23 / IAS8 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, conforme demonstrado abaixo: • Correção entre os fluxos de caixas operacional e financeiro: O Grupo registrava as "cessões de créditos recebíveis" (com coobrigação) no fluxo de caixa operacional. Para fins de atendimento à normas vigentes, a Companhia reclassificou as referidas cessões para o fluxo de caixa de financiamentos para melhor refletir a natureza da operação.

	Consolidado 31.12.2017 Divulgado	Ajuste	01.01.2018 Ajustado	Consolidado 31.12.2018 Divulgado	Ajuste	01.01.2019 Ajustado
Atividades operacionais	(119.376)	(8.646)	(128.022)	(103.062)	10.251	(92.811)
Atividades de investimentos	(113.420)	-	(113.420)	56.723	-	56.723
Atividades de financiamentos	122.214	8.646	130.860	13.937	(10.251)	3.686

2.2. *Moeda funcional e de apresentação:* As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas estão apresentadas em Reais (moeda de apresentação), que também é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. **2.3. *Resumo das principais práticas contábeis:* 2.3.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. ***(i) Principais, Estimativas e premissas:*** As principais estimativas e premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são apresentadas a seguir: **a. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:*** A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **b. *Provisão para risco de crédito:*** A Administração realiza análises periódicas, a fim de identificar se existem evidências objetivas que indiquem que os benefícios econômicos associados à receita apropriada poderão não fluir para a entidade. Exemplos: (a) atrasos no pagamento das parcelas; (b) condições econômicas locais ou nacionais desfavoráveis; entre outros. Caso existam tais evidências, a respectiva provisão é registrada, sendo que o modelo adotado pela Companhia é a abordagem simplificada. **c. *Provisão para distrato:*** A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e das estimativas futuras de perdas que levam em consideração as condições macro econômicas esperadas e específicas de cada transação. **d. *Custos orçados dos empreendimentos:*** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado. **e. *Realização do imposto de renda diferido:*** O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral. **f. *Provisão para demandas judiciais:*** O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O Grupo revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **g. *Reconhecimento de Receita:*** No modelo de venda de lotes sob contratos com parceiros, em linha com as orientações da CVM, a Companhia julga que o controle do terreno é passado diretamente do terreneiro ao comprador do lote no momento da assinatura do contrato de compra e venda. Dessa forma, para aqueles projetos ainda em desenvolvimento, após a assinatura do contrato de compra e venda, a contabilidade é da venda pela Companhia das benfeitorias alocadas àquele lote diretamente para o comprador do lote e a receita dessa venda é registrada pelo método de percentual do custo incorrido conforme descrita na NE 2.3.2. **2.3.2. *Reconhecimento de receitas e despesas:*** A Companhia adotou o CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes", a partir de 1º de janeiro de 2018, contemplando também as orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP n° 02/2018, o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída. Não houve efeitos relevantes com a adoção do CPC 47 e referido ofício circular e foram observados os seguintes procedimentos, conforme abaixo: **(i) Venda de Lotes (próprios)**: Nesse modelo de operações, a Companhia compra o terreno e faz contratos de compra e venda dos lotes unilateralmente com seus clientes. O custo incorrido correspondente aos lotes próprios e benfeitorias vendidas é apropriado integralmente ao resultado; • É apurado o percentual do custo incorrido (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita dos lotes e benfeitorias vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas de forma diretamente proporcional ao custo. O custo das benfeitorias não vendidas encontram-se contabilizados na rubrica lotes a comercializar de acordo com a política cnotábil (nota 6); • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante. Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica " Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes ". • Os juros incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de lotes quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios - "pro-rata temporis". • O Grupo capitaliza juros sobre os empreendimentos durante a fase de construção e aqueles atrelados a preparação dos terrenos, enquanto atividades ao preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado do exercício na proporção das unidades vendidas, mesmo critério dos demais custos. • Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. • As demais despesas de propaganda e publicidade, representadas pela veiculação são apropriadas ao resultado quando incorridas. ***(ii) Venda de Lotes (contratos de parcerias):*** Nesse modelo de operações, a Companhia entre numa parceria com o dono do terreno ("terreneiro"). O cliente compra as benfeitorias da Companhia e o terreno do terreneiro num contrato de compra e venda assinado pelas três partes. Uma parcela do valor acordado é alocada a compra do terreno e devido ao terreneiro e o restante é alocado a compra das benfeitorias e devido à Companhia. O custo incorrido correspondente as benfeitorias vendidas é apropriado integralmente ao resultado; • É apurado o percentual do custo incorrido em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das benfeitorias vendidas, ajustado segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas de forma diretamente proporcional ao custo. O custo das benfeitorias não vendidas encontram-se contabilizados na rubrica lotes a comercializar de acordo com a política contábil (nota 6); • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante. Os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica " Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes ". • Os juros incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de lotes quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios - "pro-rata temporis". • O Grupo capitaliza juros sobre os empreendimentos durante a fase de construção e aqueles atrelados a preparação dos terrenos, enquanto atividades ao preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado do exercício na proporção das unidades vendidas, mesmo critério dos demais custos. • Os tributos incidentes sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita. • As demais despesas de propaganda e publicidade, representadas pela veiculação são apropriadas ao resultado quando incorridas. • O custo dos terrenos e as respectivas receitas de vendas decorrentes das vendas desses lotes não são registradas no resultado da Companhia pois representam imóveis de propriedade dos parceiros (terreneiros). A Companhia opera somente como agente de cobrança dos valores de venda e respectivo repasse aos terreneiros. ***(iii)* ICPC 02 e IFRIC 15**: Em atendimento aos requerimentos do ICPC (IFRIC) mencionado, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes", conforme determina as instruções. **2.3.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures fornecedores, obrigações com cessões de direitos de creditórios e outras obrigações, são inicialmente mensuradas pelo valor justo. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Em 2017 os instrumentos financeiros eram categorizados e mensurados em "mantido para negociação", "mantido até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". A partir de 2018 tais instrumentos foram categorizados e mensurados em "custo amortizado", "valor justo por meio de resultados abrangentes - VJORA" e "valor justo por meio dos resultados - VJR" , veja classificações de cada exercício na nota 17. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais conforme resumo demonstrado abaixo:

continua...

...continuação

Alphaville S.A. - *(Denominado anteriormente Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.)*
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Categorias/mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas de acordo com o modelo de negócios da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a venda dos mesmos no modelo de negócios da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros do Grupo sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado, VJR e VJORA apresentada na nota 17: • Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis em até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. • Aplicações financeiras: Os saldos representam aplicações em: (i) fundos de investimentos; (ii) certificados de depósito bancário; (iii) títulos de capitalização; (iv) certificados de recebíveis imobiliários. • Contas a receber de clientes por incorporação de imóveis: Correspondem aos valores a receber da venda das unidades imobiliárias, reconhecidos inicialmente conforme descrito na nota 2.3.2, atualizados pelas condições contratuais estabelecidas, líquidos do ajuste a valor presente. ***Desreconhecimento (baixa):*** O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. ***(ii) Passivos financeiros**:* São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros do Grupo, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, debêntures e fornecedores e se encontram mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. ***Desreconhecimento (baixa):*** A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. ***(ii) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros**:* O Grupo constitui provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias, sendo os valores provisionados em contrapartida ao reconhecimento das respectivas receitas contabilizadas na rubrica de Provisão para demandas judiciais e outras (despesas) receitas operacionais, com base em dados históricos e premissas definidas na política interna. Independente das provisões, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas periodicamente pois esses créditos possuem garantia real dos lotes vendidos na medida em que a concessão das correspondentes escrituras ocorre mediante a liquidação e/ou negociação dos recebíveis dos clientes.***(iv) Provisão para distratos:*** Quando os clientes, dos referidos contratos de imóveis vendidos, se tornam inadimplentes com parcelas vencidas acima de trezentos e sessenta dias, o Grupo realiza provisão para distratos complementando o valor dos saldos em aberto e revertendo as receitas e os custos correspondentes, levando em conta o histórico de recuperabilidade desses créditos. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda, de acordo com o previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. O Grupo revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para distratos e risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e das estimativas futuras de perdas que levam em consideração as condições macro econômicas esperadas e específicas de cada transação. Outras perdas por redução ao valor recuperável nos demais ativos, quando identificadas, são provisionadas. **2.3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em reais, com liquidez imediata para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate, junto ao emissor do instrumento. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, apurados pelo critério "pro-rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo. As aplicações financeiras incluem os certificados de depósitos bancários e créditos restritos em virtude de montantes bloqueados temporariamente devido à participação de parceiros (vide Nota 4.2). **2.3.5. Contas a receber:** São apresentados aos valores presentes e de realização, o qual se aproxima do seu valor justo. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas predominantemente com base no Índice Geral de Preços de Mercado -"IGP-M". **2.3.6. Certificado de recebíveis imobiliários (CRIs) e Cédula de Créditos Imobiliários ("CCI"):** O Grupo efetuou financeiramente cessão de créditos de recebíveis imobiliários para a securitização e emissão de CRIs ou CCIs. Essa cessão, quando não apresenta qualquer direito de regresso, é registrada como redução do saldo de contas a receber. Quando da existência de direitos de regresso contra o Grupo, o contas a receber cedido é mantido no balanço patrimonial e em contrapartida é constituída uma conta no passivo. As garantias financeiras, quando a participação é adquirida (CRI subordinado ou CCIs com obrigação de recompra) e mantida em garantia aos recebíveis alienados, são contabilizadas no balanço patrimonial no "Ativo não circulante" na rubrica de "Outros créditos" ao seu valor estimado de realização (Nota 5.2). **2.3.7. Lotes a comercializar***:* Os lotes a comercializar estão demonstrados ao custo de formação e incluem os custos acumulados de infraestrutura e custos financeiros elegíveis aos loteamentos, que não excede ao seu valor líquido de realização. No caso de lotes em desenvolvimento, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido dos lotes ainda não comercializados. O Grupo avalia as datas de lançamento destes empreendimentos, e classificam como não circulante, os que possuem data estimada superior à 12 meses. Quando o custo dos lotes a comercializar exceder o fluxo de caixa esperado das suas vendas, concluídas ou em desenvolvimento, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor não será recuperável. **2.3.8. Gastos com intermediação das vendas - Comissões:** Os gastos com corretagem, quando aplicáveis, são registrados no resultado na rubrica "Despesas com Vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constitui receita ou despesa do Grupo. **2.3.9. Provisão para garantia:** O Grupo e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos período de garantia. O prazo de garantia oferecido é de até cinco anos a partir da entrega do empreendimento. Desde o lançamento do empreendimento até o prazo acima, o Grupo calcula a provisão com base no histórico de gastos e a constitui proporcionalmente ao andamento da obra. **2.3.10. Investimentos em controladas:** Os investimentos em sociedades controladas nas demonstrações financeiras individuais são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, a participação do Grupo no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido dessas sociedades, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. Os efeitos dessas movimentações após as aquisições são ajustados contra o custo do investimento. As políticas contábeis adotadas pelas controladas são ajustadas, quando necessário, às políticas adotadas pelo Grupo (Nota 7). **Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças na participação da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis da participação das não controladoras e da participação da controladora são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações na controlada. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. **2.3.11. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo anualmente. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação as perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa (UGC). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa. O Grupo anualmente realiza o teste de impairment com o objetivo de identificar possíveis perdas por desvalorização do valor recuperável do ágio, conforme determina o CPC 01 / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na avaliação foi apurado a expectativa de realização do ágio não havendo necessidade de registro de impairment. **2.3.12. Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, como segue: **(i)** Veículos - cinco anos; **(ii)** Móveis, utensílios e instalações - dez anos; **(iii)** Computadores e licenças para utilização de software - cinco anos; **(iv)** Direito de uso de imóveis - pelo prazo do contrato. O valor residual, vida útil e métodos de depreciação são revisados quando há modificações, em relação às informações do exercício social anterior ou em relação à situação atual de ativos. Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas e respectivas mobílias são utilizados no prazo máximo de 1 ano considerado como despesa no lançamento do empreendimento. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são apropriadas no resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment "). **2.3.13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido***:* ***(i) Imposto de renda e contribuição social correntes**:* O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas e controladas em conjunto optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição. **(ii)** ***Imposto de renda e contribuição social diferidos**:* O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. Os impostos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.14 Obrigações com cessões de direitos creditórios:** São demonstrados os saldos das operações de cessões de créditos imobiliários com obrigações de recompra das cedentes até que se implementem condições de liberação de recompra compulsória. Os créditos cedidos estão descontados ao seu valor presente. **2.3.15 Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.3.16 Outros benefícios a empregados***:* Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Controlada incluem, como a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participações nos lucros, bônus e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos. O sistema de bônus opera com metas corporativas individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais. O Grupo e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria ou outros benefícios pós-emprego. **2.3.17 Ajuste a valor presente - de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, e devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional do Grupo é a de financiar os seus clientes, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio Grupo de receitas de venda de lotes. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo, aplicados sobre o fluxo futuro dos recebíveis observando o andamento financeiro das obras. A taxa utilizada de desconto tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela sua Controlada, líquidas do efeito inflacionário (Nota 5). **2.3.18 Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e terrenos enquanto atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos aos empréstimos, incluindo os de captação. Os encargos não apropriados ao resultado das controladas devem ser apresentados nas demonstrações financeiras da controladora, em conta de investimentos no ativo não circulante (Nota 7). **2.3.19 Provisões:** As provisões, incluindo as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.20 Imposto sobre vendas:** As receitas são apresentadas líquidas dos impostos sobre vendas. No regime de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para PIS e COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, para as empresas no regime de tributação do lucro real, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de créditos apurados com base em custos e despesas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta, sem deduções em relação a custos. **2.3.21 Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. **2.3.22 Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes:** As obrigações na aquisição de lotes são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido do ajuste a valor presente. Os adiantamentos de clientes representam os montantes recebidos com relação à venda de lotes que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas e adotadas a partir de 2017: 3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas e adotadas a partir de 2017: O Grupo adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, os quais não tiveram impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido do Grupo. A partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas estão vigentes: (i) O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com clientes traz novos requisitos para a mensuração e o momento de reconhecimento de receita. Para o caso específico do setor de incorporação de lotes, a manutenção do método de reconhecimento de receitas da Porcentagem Completada (POC) ou a adoção do método da data da entrega do imóvel, por exemplo, depende das análises contratuais feitas pela Administração. A Circular CVM/SNC/SEP/ 02/2018, emitidas pela área técnica da CVM, orientou as entidades a manter aplicação do previsto na OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica 02 às entidades de incorporação de lotes no Brasil atualmente em vigor, de modo que o Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, manteve o reconhecimento de receita pelo método POC para os contratos que atenderam todas a condições impostas pela CPC 47 (IFRS 15), destacadamente as referentes à segurança quanto a entrada de fluxo de caixa para a entidade. O referido pronunciamento não teve efeito significativo nas demonstrações financeiras. (ii) O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros inclui, entre outros, novos modelos para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas prospectivas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais. O Grupo aplicou o CPC 48/IFRS 9 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa de 2018 não foi reapresentada. Com base na sua avaliação, o Grupo concluiu que os novos requerimentos de classificação não tiveram um impacto significativo na contabilização de ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo. Deste modo, o Grupo efetuou a mensuração da provisão para perda referente às perdas de créditos esperadas para os contratos vendidos, a qual é registrada em outras (despesas) receitas operacionais. Os impactos foram:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2017		01.01.2018	31.12.2017		01.01.2018
Ativo	Divulgado	Efeitos adoção CPC 48 (IFRS 9)	Ajustado	Divulgado	Efeitos adoção CPC 48 (IFRS 9)	Ajustado
Circulante						
Contas a receber	-	-	-	434.318	(41.047)	393.271
Outros ativos circulante	2.520	-	2.520	723.895	-	723.895
Não circulante						
Contas a receber	-	-	-	971.843	-	971.843
Investimentos em controladas e controladas em conjunto	388.905	(28.733)	360.172	39.140	-	39.140
Outros ativos não circulantes	-	-	-	829.830	-	829.830
Total do ativo	**391.425**	**(28.733)**	**362.692**	**2.999.026**	**(41.047)**	**2.957.979**
Passivo						
Total do passivo circulante	34	-	34	447.369	-	447.369
Total do passivo não circulante	-	-	-	1.968.256	-	1.968.256
Patrimônio líquido						
Capital social	1.259.893	-	1.259.893	1.259.893	-	1.259.893
Prejuízo acumulado	(868.502)	(28.733)	(897.235)	(868.502)	(28.733)	(897.235)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	192.010	(12.314)	179.696
Total do patrimônio líquido	**391.391**	**-**	**362.658**	**583.401**	**(41.047)**	**542.354**
Total do passivo e patrimônio líquido	**391.425**	**(28.733)**	**362.692**	**2.999.026**	**(41.047)**	**2.957.979**

A partir de 1º de janeiro de 2019, a seguinte norma está vigente:
• CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil: Essa norma substituiu a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para uma das partes do contrato, ou seja, os clientes (arrendatários). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso" que representa seus direitos de utilizar os ativos subjacentes. Podem ficar de fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Para os arrendadores, os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras ficam substancialmente mantidos. O Grupo aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa de 2018 não foi reapresentada. Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R2) / IFRS16, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial. O direito de uso registrado é composto pelo contrato de aluguel de seu escritório, que possui um prazo de 120 meses, com o término para julho de 2025 e um custo mensal de R$536 reajustado anualmente pela variação do IGP-M-FGV em contrapartida de um passivo de arrendamento descontado a valor presente por uma taxa equivalente à 6,5%. O Grupo optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses.

	31.12.2018		01.01.2019
Ativo	Divulgado	Adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16	Após a adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16
Ativos correntes	1.051.875	-	1.051.875
Ativos não circulantes	1.526.546	31.155	1.557.701
Total ativo	**2.578.421**	**31.155**	**2.609.576**
Passivo			
Total passivo circulante	573.343	5.438	578.781
Total do passivo não circulante	2.255.092	25.717	2.280.809
Total patrimônio	(250.014)	-	(250.014)
Total liabilities and equity	**2.578.421**	**31.155**	**2.609.576**

• CPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro: A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito no CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente: (a) Se o Grupo considera tratamentos tributários incertos separadamente; (b) As suposições que o Grupo faz em relação aos exames dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (c) Como o Grupo determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (d) Como o Grupo considera as mudanças de fato e circunstâncias. O Grupo realizou uma análise do ICPC 22 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente. **3.2 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que o Grupo espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Caixas e Bancos	-	2.208	2.234	23.087	13.310	10.658
Operações compromissadas **(a)**	-	-	-	-	-	35.054
Caixa e equivalentes de caixa	**-**	**2.028**	**2.234**	**23.087**	**13.310**	**45.712**

(a) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP. As operações compromissadas de 2017 incluem juros auferidos, em sua maioria, de 95,0% a 100,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não opera mais com essa modalidade. Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como de primeira linha.

4.2. Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Fundo de investimeno **(a)**	1.620	-	-	3.505	6.374	47.497
Certificados de depósito bancário **(b)**	-	-	-	28.369	40.214	64.766
Créditos restritos **(c)**	-	-	-	5.150	13.924	5.633
Títulos de capitalização **(d)**	-	-	-	-	1.896	-
Aplicações financeiras	**1.620**	**-**	**-**	**37.024**	**62.408**	**117.896**

(a) Em 2019, as operações com Fundo (PP Portfólio) com liquidez diária, representaram juros auferidos de 98,67% CDI no ano (99,33% em 2018) e (101,6% em 2017). **(b)** Em 2019, os Certificados de Depósitos Bancários (CDB's) incluem juros auferidos, em sua maioria, variando de 97,0% a 100,0% (de 97,0% a 100,0% em 2018 e 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **(c)** Valores referentes a contas corrente bloqueados temporariamente devido a participação do Parceiro (terreneiro), cuja expectativa de liberação do Grupo é de até 45 dias, nota 12.a. **(d)** Em 2018 os títulos de capitalização incluem juros auferidos pela Taxa Referencial - TR.

5. Contas a receber e demais contas a receber: 5.1. Contas a receber

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Promitentes compradores de lotes	1.366.289	1.704.812	1.834.828
(-) Ajuste a valor presente (AVP)	(156.962)	(225.304)	(254.250)
(-) Provisão para distratos e risco de crédito	(428.659)	(561.273)	(174.417)
	780.668	**918.235**	**1.406.161**
Circulante	**209.529**	**234.312**	**434.318**
Não circulante	**571.139**	**683.923**	**971.843**

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento nos seguintes exercícios sociais:

	Consolidado		
Vencimento	2019	2018	2017
Vencidas:			
Até 90 dias	43.748	42.420	38.026
De 91 até 180 dias	19.182	20.560	21.506
Acima de 180 dias (a)	162.116	132.635	111.607
Total vencidas	**225.046**	**195.615**	**171.139**

	Consolidado		
A vencer:	2019	2018	2017
2018	-	-	327.372
2019	-	367.392	274.612
2020	302.735	289.070	202.931
2021	208.840	190.457	858.774
2022	135.432	662.278	-
2023 em diante	494.236	-	-
Total	**1.141.243**	**1.509.197**	**1.663.689**
(-) Ajuste a valor presente (AVP)	(156.962)	(225.304)	(254.250)
(-) Provisão para distratos e risco de crédito	(428.659)	(561.273)	(174.417)
Total	**(552.622)**	**722.620**	**1.235.022**
Total geral	**780.668**	**918.235**	**1.406.161**

O saldo de contas a receber dos lotes vendidos e ainda não concluídos não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras. Seu registro é limitado à parcela da receita, reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. O saldo não reconhecido está mencionado na (Nota 23). Os saldos de adiantamentos de clientes, superiores ao montante de receita reconhecida no período estão apresentados na (Nota 12). O saldo de contas a receber, financiado pelo Grupo, de forma geral, é atualizado pela variação do IGP-M e IPCA, sendo a receita apurada registrada no resultado na rubrica "Receita líquida operacional". O valor do ajuste a valor presente reconhecido na receita líquida operacional do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma receita de R$10.586 (R$2.606 em 2018 e R$ 1.994 em 2017) na controladora, e no consolidado, uma receita de R$64.781 (R$30.683 em 2018 e despesa de R$ 539 em 2017). O saldo da provisão para risco de crédito e distratos é considerado suficiente pela Administração do Grupo para fazer frente à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber (Nota 2.3.3). Calcula-se a provisão sobre a margem bruta do empreendimento de acordo com as taxas médias estimadas de perdas a seguir faixa "a vencer" 3,2%, "vencidos até 90 dias" 6,1%, "vencidos entre 91 a 180 dias" 9,5%, "vencidos entre 181 e 360 dias" 14,8% e "vencidos acima de 360 dias" 84,0%. As contas a receber de lotes foram mensuradas a valor presente considerando a taxa de desconto apurada segundo critérios descritos na Nota 2.3.22. A taxa praticada pelo Grupo e suas controladas foi uma média de 5,86% para o exercício de 2019 (6,21% em 2018, 6,65% em 2017), líquida do IGP-M. Nos dias 18 de agosto, 27 de setembro, e 08 de novembro de 2017, o Grupo realizou a cessão de créditos imobiliários. Cada Crédito Imobiliário está representado por uma Cédula de Crédito Imobiliário fracionária e/ou integral, conforme o caso ("CCI"), emitida pelas respectivas Cedentes. Todos os referidos créditos contam com uma obrigação de recompra das Cedentes até que se implementem condições de liberação da Recompra Compulsória, seja pela liquidação do crédito ou pela substituição do mesmo. Os créditos cedidos, descontados ao seu valor presente, são classificados na rubrica "Obrigações com cessões de direitos creditórios". A totalidade dos créditos cedidos pelo Grupo e suas controladas estão coobrigados. No dia 05 de dezembro de 2018, sua investida Alphaville Urbanismo S.A. realizou a cessão de créditos imobiliários. Todos os referidos créditos deverão contar com uma obrigação de recompra das Cedentes até que se implementem condições de liberação da Recompra Compulsória. Os créditos cedidos, descontados ao seu valor presente, são classificados na rubrica "Obrigações com cessões de direitos creditórios". A totalidade dos créditos cedidos pelo Grupo e suas controladas estão coobrigados. Nos dias 02 de julho, 24 de setembro, 22 de novembro e 29 de novembro de 2019, o Grupo realizou a cessão de créditos imobiliários. Todos os referidos créditos deverão contar com uma obrigação de recompra das Cedentes até que se implementem condições de liberação da Recompra Compulsória. Os créditos cedidos, descontados ao seu valor presente, são classificados na rubrica "Obrigações com cessões de direitos creditórios". A totalidade dos créditos cedidos pelo Grupo e suas controladas estão coobrigados.

			Consolidado		
Ano da Cessão	Carteira cedida	Carteira descontada ao valor presente	2019	2018	2017
2012	116.920	98.541	5.509	8.805	12.567
2016	225.727	176.839	10.115	39.124	82.766
2017	66.181	47.814	11.486	32.530	47.506
2018	23.658	20.867	16.547	20.867	-
2019	47.575	40.678	45.978	-	-
Total Securitizadas			**89.635**	**101.326**	**142.839**
Circulante			**36.230**	**56.076**	**71.940**
Não circulante			**53.405**	**45.250**	**70.899**

Nas operações acima, o Grupo e suas controladas são coobrigadas até o momento da liquidação da operação no que diz respeito a inadimplência dos créditos substituindo-os ou recomprando-os se necessário junto do agente securitizador. O Grupo foi contratado para fazer a gestão e cobrança desses recebíveis segundo critérios de cada investidor.

5.2. Demais contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Adiantamentos à parceiros nos empreendimentos **(a)**	-	-	-	35.944	37.998	38.800
Despesas e juros apropriar	-	-	-	5.477	4.311	12.553
Depósito judicial (Nota 12)	-	-	-	25.420	27.063	28.117
Certificado de recebíveis imobiliários subordinados **(b)**	-	-	-	4.222	530	530
Impostos a recuperar	-	-	-	1.511	1.548	2.731
Outros créditos **(c)**	341	334	286	19.067	10.606	10.905
	341	**334**	**286**	**91.641**	**82.056**	**93.636**
Circulante	**341**	**334**	**286**	**57.574**	**52.104**	**56.688**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**34.067**	**29.952**	**36.948**

(a) Valores à receber de parceiros (terreneiros) no desenvolvimento de loteamentos. **(b)** Sujeitas as variações monetárias (IGP-M) e perda por redução ao valor recuperado no montante de R$641 em 31 de dezembro de 2019 (R$9.895 em 2018 e R$ 7.800 em 2017). **(c)** Refere-se a créditos de impostos sobre adiantamentos de clientes, adiantamentos a fornecedores e outros créditos diversos.

6. Lotes a comercializar

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Terrenos e projetos em desenvolvimento	166.610	163.838	162.066
Lotes em desenvolvimento	66.310	66.786	117.367
Lotes concluídos	163.420	280.401	301.475
Mais valia por estoque (Nota 7.b)	122.546	158.432	175.433
Reversão custo provisão de distrato	234.756	288.209	-
Provisão para perda na realização de estoques	(37.265)	(35.447)	(22.255)
Total	**716.377**	**922.219**	**734.086**
Circulante	**481.333**	**669.333**	**482.189**
Não circulante	**235.044**	**252.886**	**251.897**

Conforme mencionado na Nota 10, o saldo de encargos financeiros consolidado capitalizados em lotes a comercializar em 31 de dezembro de 2019 são de R$21.396 (R$24.210 em 2018, R$ 32.244 em 2017), respectivamente.

7. Investimentos em participações societárias: (i) Participações societárias: a. ***Informações de controladas e controladas em conjunto:*** As principais informações integrais das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

	Participação - %			Total do ativo			Total do passivo			Patrimônio líquido		
Investidas diretas	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Alphaville Urbanismo S.A.	48,22%	70%	70%	1.200.480	1.471.259	1.915.256	1.177.281	2.408.628	2.056.546	23.199	(937.369)	(141.290)
SPE Leblon Incorporadora S.A.	40%	40%	40%	35.181	57.013	52.235	4.974	24.568	17.884	30.207	32.445	34.351
Krahô Empreendimentos Imobiliários S.A.	48%	48%	48%	21.515	21.660	78.095	1.957	2.178	23.665	19.558	19.483	54.431
Alphaville Reserva Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda	25%	25%	25%	16.802	16.808	16.808	27	33	56	16.775	16.775	16.753
Total				**1.273.978**	**1.566.740**	**2.062.394**	**1.184.239**	**2.435.407**	**2.098.151**	**89.739**	**868.666**	**(35.755)**

	Participação - %			Lucro (prejuízo) do exercício			Controladora investimentos		
Investidas diretas	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Alphaville Urbanismo S.A.	48,22%	70%	70%	(773.624)	(755.032)	(764.142)	11.744	(650.814)	(86.402)
Ágio/Intangível na aquisição da Alphaville Urbanismo S.A	-	-	-	-	-	-	937.891	937.891	937.891
Amortização/intangível de ágio na aquisição da Alphaville Alphaville Urbanismo S.A	-	-	-	-	-	-	(595.662)	(474.829)	(462.584)
SPE Leblon Incorporadora S.A.	40%	40%	40%	(4.574)	(7.692)	(5.800)	-	-	-
Krahô Empreendimentos Imobiliários S.A.	48%	48%	48%	(221)	(1.153)	(1.746)	-	-	-
Alphaville Reserva Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda	25%	25%	25%	(143)	(277)	(411)	-	-	-
Total	-	-	-	**(778.562)**	**(764.154)**	**(772.099)**	**353.973**	**(187.752)**	**388.905**

	Participação - %			Consolidado Investimentos			Controladora Equivalência patrimonial			Consolidado Equivalência patrimonial		
Investidas diretas	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Alphaville Urbanismo S.A.	48,22%	70%	70%	-	-	-	(464.350)	(535.679)	(546.405)	-	-	-
SPE Leblon Incorporadora S.A.	40%	40%	40%	11.264	12.092	13.741	-	-	-	(1.318)	(3.077)	(2.336)
Krahô Empreendimentos Imobiliários S.A.	48%	48%	48%	9.222	9.248	9.538	-	-	-	(82)	(570)	(838)
Alphaville Reserva Santa Clara Empreendimentos Imobiliários Ltda	25%	25%	25%	3.794	4.194	4.188	-	-	-	(36)	(69)	(103)
Ajuste a valor justo				3.016	3.016	3.016	-	-	-	-	-	-
Outros **(a)**				1.230	1.749	8.657	-	-	-	(4.494)	(1.994)	483
Total investimentos				**28.526**	**30.299**	**39.140**	**(464.350)**	**(535.679)**	**(546.405)**	**(5.930)**	**(5.710)**	**(2.794)**

(a) - Montantes obtidos da soma de investimentos em controladas e coligadas abaixo de R$ 4.000.

b. ***Movimentação dos investimentos***

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Saldo anterior	**(187.752)**	**388.905**	**946.181**	**30.299**	**39.140**	**46.407**
Ajuste adoção inicial CPC 48/IFRS9	-	(28.733)	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	(464.350)	(535.679)	(546.405)	(5.930)	(5.710)	(2.794)
Integralização de capital (nota 16)	126.753	-	18.363	-	1.797	98
Compra de ações **(a)**	33.500	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	-	(572)	(1.153)
Amortização de mais valia **(b)**	(120.833)	(12.245)	(29.235)	-	(3.900)	-
Ganho na redução de % de investimento **(c)**	966.655	-	-	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	4.157	(456)	(3.418)
Saldo final	**353.973**	**(187.752)**	**388.905**	**28.526**	**30.299**	**39.140**

(a) Em 27 de dezembro de 2019, foi celebrado contrato relativo ao Ajuste de Preço de Aquisição e Compensação, decorrente de compensação e ajuste do valor relativo ao preço de compra, decorrente do reconhecimento de perdas incorridas pela Companhia no âmbito do CCV (Contrato de Compra e Venda), por meio do qual a Gafisa vendeu, e a Companhia adquiriu 16.632.522 ações ordinárias, nominativas e sem valor de emissão da investida Alphaville Urbanismo S.A., correspondentes a R$ 33.500. **(b)** A Amortização da mais valia é decorrente do ajuste da mais valia em 31 de dezembro de 2019, com base na redução de participação da Companhia em sua controlada de 70% para 48,22%, a amortização do período registrada no resultado na rubrica "amortização de mais valia" refere-se ao montante de (R$ 25.610) e o ajuste quanto a diluição da participação registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ganho/perda na diluiçõ da participação em controlada", de acordo com o ICPC 09, visto ser uma transação entre acionistas, refere-se ao montante de R$ 95.223. **(c)** Ganho na redução de % em controlada é decorrente de ganhos relacionados a diluição de participação em sua controlada, de 70% para 48,22% no decorrer do exercício de 2019, este montante está registrado no patrimônio líquido da Companhia, conforme ICPC 09, visto ser uma transação entre acionistas da Companhia (nota 16). No momento da aquisição da Alphaville Urbanismo S.A., foi gerado ágio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e na mais valia de ativos, reconhecido na controladora na rubrica de Investimentos e no consolidado alocado conforme a natureza dos ativos adquiridos. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2018			2019		
Mais valia	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Lotes (**)	326.946	(168.514)	158.432	326.946	(204.400)	122.546
Investimentos em participações societárias - Nota 7	3.016	-	3.016	3.016	-	3.016
Marca - Nota 9	420.000	-	420.000	420.000	-	420.000
Backlog - Nota 9 - (*)	350.000	(349.300)	700	350.000	(350.000)	-
Adiantamentos cliente - Nota 12 (*)	150.092	(150.092)	-	150.092	(150.092)	-
Valor justo sobre Participação dos acionistas não controladores (***)	(391.322)	193.077	(198.245)	(391.322)	108.830	(282.492)
Ágio	79.159	-	79.159	79.159	-	79.159
Contraprestação paga na aquisição	**937.891**	**(474.829)**	**463.062**	**937.891**	**(595.662)**	**342.229**

	2017		
Mais valia	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Estoques (**)	326.946	(151.513)	175.433
Investimentos em participações societárias - Nota 7	3.016	-	3.016
Marca - Nota 9	420.000	-	420.000
Backlog - Nota 9 - (*)	350.000	(348.603)	1.397
Adiantamentos cliente - Nota 9 (*)	150.092	(150.092)	-
Valor justo sobre Participação dos acionistas não controladores (***)	(391.322)	187.625	(203.697)
Ágio	79.159	-	79.159
Contraprestação paga na aquisição	**937.891**	**(462.543)**	**475.307**

O quadro acima é utilizado para facilitar o entendimento da operação de Business Combination, ocorrida na Companhia no decorrer do exercício de 2013, e conferência dos valores da demonstração financeira. (*) Amortização registrada na rubrica "Amortização de ágio sobre investimentos" na demonstração do resultado no consolidado. (**) Amortização registrada na rubrica "Custos operacionais - Desenvolvimento e venda de lotes" na demonstração do resultado no consolidado. (***) Amortização registrada na rubrica "Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas não controladores" na demonstração do resultado no consolidado. A realização do ágio sobre o investimento foi registrada tendo como suporte base a emissão do estudo de determinação da realização do ágio, preparado por avaliador independente. A avaliação do valor recuperável foi efetuada de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota 2.3.1. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017, o Grupo não identificou perdas futuras de realização.

8. Imobilizado: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a movimentação dos itens de imobilizado está sumarizada a seguir:

	Consolidado				
Descrição	31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2) IFRS 16 (Nota 3.1)	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo					
Hardwares	8.513	-	52	(244)	8.321
Veículos	41	-	-	-	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	12.067	-	260	-	12.327
Móveis e utensílios	2.322	-	-	-	2.322
Máquinas e equipamentos	503	-	-	-	503
Direito de uso de ativo	-	31.155	-	-	31.155
Estande de vendas	-	-	502	-	502
	23.446	**31.155**	**814**	**(244)**	**55.171**
Depreciação acumulada					
Hardwares	(7.139)	-	(1.177)	230	(8.086)
Veículos	(41)	-	-	-	(41)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(8.120)	-	(976)	-	(9.096)
Móveis e utensílios	(2.110)	-	(124)	-	(2.234)
Máquinas e equipamentos	(243)	-	(50)	-	(293)
Direito de uso de ativo	-	-	(4.732)	-	(4.732)
	(17.653)	**-**	**(7.059)**	**230**	**(24.482)**
Total imobilizado	**5.793**	**31.155**	**(6.245)**	**(14)**	**30.689**

	Consolidado			
Descrição	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Custo				
Hardwares	8.513	-	-	8.513
Veículos	994	-	(953)	41
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	15.518	644	(4.095)	12.067
Móveis e utensílios	2.390	-	(68)	2.322
Máquinas e equipamentos	808	-	(305)	503
	28.223	**644**	**(5.421)**	**23.446**
Depreciação acumulada				
Hardwares	(5.908)	(1.231)	-	(7.139)
Veículos	(992)	(2)	953	(41)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(10.321)	(1.894)	4.095	(8.120)
Móveis e utensílios	(2.039)	(139)	68	(2.110)
Máquinas e equipamentos	(299)	(65)	123	(243)
	(19.559)	**(3.332)**	**5.238**	**(17.653)**
Total imobilizado	**8.664**	**(2.688)**	**(183)**	**5.793**

	Consolidado			
Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Custo				
Hardwares	8.513	-	-	8.513
Veículos	7.178	-	(6.184)	994
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	14.977	541	-	15.518
Móveis e utensílios	2.374	16	-	2.390
Máquinas e equipamentos	808	-	-	808
	33.850	**557**	**(6.183)**	**28.223**
Depreciação acumulada	(4.625)	(1.283)	-	(5.908)
Hardwares	(3.051)	(597)	2.656	(992)
Veículos	(8.429)	(1.892)	-	(10.321)
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(1.872)	(167)	-	(2.039)
Móveis e utensílios	(218)	(81)	-	(299)
	(18.195)	**(4.020)**	**2.656**	**(19.559)**
Total imobilizado	**15.653**	**(3.462)**	**(3.527)**	**8.664**

As seguintes vidas úteis e taxas percentuais são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - %
Hardwares	5 anos	20
Veículos	5 anos	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	4 anos	25
Móveis e utensílios	10 anos	10
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Direito de uso	10 anos	10

continua...

...continuação

Alphaville S.A. - *(Denominado anteriormente Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.)*

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

9. Intangível: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a movimentação dos itens de intangível está sumarizada a seguir:

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Software - (a)	14.922	23.832	31.765
Mais valia - (b)	499.159	499.859	500.556
Total	**514.081**	**523.691**	**532.321**

a. Software: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a movimentação dos itens de intangível está sumarizada a seguir:

	Consolidado			
Descrição	**31/12/2018**	**Adições**	**Amortização**	**31/12/2019**
Custo				
Software - Custo	56.185	792	-	56.977
Software - amortização **(a)**	(32.353)	-	(9.702)	(42.055)
	23.832	**792**	**(9.702)**	**14.922**

	Consolidado			
Descrição	**31/12/2017**	**Adições**	**Amortização**	**31/12/2018**
Custo				
Software - Custo	53.981	2.204	-	56.185
Software - amortização **(a)**	(22.216)	-	(10.137)	(32.353)
	31.765	**2.204**	**(10.137)**	**23.832**

	Consolidado			
Descrição	**31/12/2016**	**Adições**	**Amortização**	**31/12/2017**
Custo				
Software - Custo	40.970	13.011	-	53.981
Software - amortização **(a)**	(12.503)	-	(9.713)	(22.216)
Total intangível	**28.467**	**13.011**	**(9.713)**	**31.765**

(a) A taxa de amortização do Sofwatre é de 20% a.a.

(b) Intangível alocação de ágio por mais valia: O processo de alocação do ágio foi concluído com a emissão do estudo de determinação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, preparado por avaliador independente, referente a aquisição de Alphaville Urbanismo S.A.. A parcela remanescente não alocada, refere-se ao ágio por expectativa de rentabilidade futura. Backlog é considerado intangível pois se trata do resultado futuro das vendas já contratadas. O resultado destas vendas é apropriado ao resultado mediante a evolução das obras, pelo critério do percentual de conclusão (PoC). O intangível está composto conforme demonstrado abaixo:

	31/12/ 2016	Amor- tização	31/12/ 2017	Amor- tização	31/12/ 2018	Amor- tização	31/12/ 2019
Marca	420.000	-	420.000	-	420.000	-	420.000
Backlog*	3.370	(1.973)	1.397	(697)	700	(700)	-
Ágio	79.159	-	79.159	-	79.159	-	79.159
	502.529	**(1.973)**	**500.556**	**(697)**	**499.859**	**(700)**	**499.159**

A Companhia contratou avaliador independente para a realização de estudo para auxiliar na avaliação sobre o valor econômico da Controlada o qual foi utilizado para o teste de impairment, com base na emissão de laudo elaborado conclui-se que não houve nenhum impacto que justificasse o registro de qualquer variação a título de impairment. **(i)** Teste de redução ao valor recuperável para UGCs contendo ágio. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio e a marca registrada foram alocados às UGCs do Grupo (divisões operacionais) como segue:

	2019	2018	2017
Alphaville Urbanismo S.A.	499.159	499.859	500.556

O valor recuperável dessa UGC foi baseado no valor justo menos custos de alienação, estimado com base nos fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas na estimativa do valor recuperável são definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação da administração das vendas futuras de lotes e foram baseados em dados históricos de fontes externas e internas.

	2019	2018	2017
Taxa de desconto	14,7%	16,7%	16,1%
Taxa de crescimento do valor terminal	3,5%	3,75%	4,0%

A taxa de desconto foi uma medida pós-impostos estimada com base no custo de capital médio ponderado da indústria histórica, com uma possível alavancagem de dívida de 35% a uma taxa de juros de mercado de 10,1%. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para vinte anos e uma taxa de perpetuidade. A taxa de crescimento terminal foi determinada com base na estimativa da administração da taxa de crescimento anual composta de longo prazo do Fluxo de caixa líquido, consistente com as suposições que um participante do mercado faria. O Fluxo de caixa líquido orçado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado para refletir a retomada dos lançamentos da companhia. O valor recuperável estimado da UGC excedeu seu valor contábil em R$ 1.554 em 2019 (2018: R$ 1.107 e 2017: R$ 1.485).

10. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Vencimentos	Taxa de juros ao ano	2019	2018	2017
Cédula de crédito bancário **(a)**	Agosto/20	CDI +2,35%			
	a Maio/23	a CDI +5,50%	142.315	172.170	164.277
Nota Promissória	novembro/20	CDI+3,45%	-	32.915	50.347
Mútuo **(b)**	-	110% do CDI	8.632	11.436	-
			150.947	**216.521**	**214.624**
Parcela circulante			**57.465**	**86.058**	**92.582**
Parcela não circulante			**93.482**	**130.463**	**122.042**

(a) Corresponde às linhas de financiamento junto a instituições financeiras para a captação de recursos necessários ao desenvolvimento dos empreendimentos. **(b)** Em 2018, o Grupo captou através de Contrato de Mútuo o montante de R$11.069 com garantia da Investida para execução de obras. **Cédula de crédito bancário:** Em 04 de Agosto de 2015, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$50.000 com prazo de 60 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados e com a finalidade de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários. Em 12 de novembro de 2015, o Grupo captou através de 2 (duas) Cédulas de Crédito Bancário (CCB), sendo a primeira (Série 1) no montante de R$150.000 e a segunda (Série 2) no montante de R$100.000, ambas com o prazo de 48 meses sendo garantido pela Cessão Fiduciária de Recebíveis Imobiliários e com a finalidade de prover recursos para a construção de empreendimentos Imobiliários. Em 20 de junho de 2018, o Grupo alongou o prazo de pagamento do saldo remanescente da Cédula de Crédito Bancário (CCB) Série 1, com vencimento previsto para 20 de fevereiro de 2020, por mais 27 meses, e na Série 2, com vencimento previsto para 20 de fevereiro de 2020, por mais 23 meses. Em 30 de Agosto de 2017, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$10.000 com prazo de 365 dias sem constituição de garantia. Em 31 de Julho de 2018, o Grupo alongou o prazo de pagamento do saldo remanescente de R$6.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com encerramento previsto para 30 de Agosto de 2018, por mais 6 meses, sem constituição de garantia. Em 08 de Dezembro de 2017,o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$10.000 com prazo de 48 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. Em 14 de Maio de 2018, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$24.712 com prazo de 50 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. Em 04 de Junho de 2018, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$7.000 com prazo de 47 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. Em 12 de Setembro de 2018, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$20.000 com prazo de 36 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. Em 30 de Outubro de 2018, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$10.000 com prazo de 49 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. Em 29 de Novembro de 2019, o Grupo captou através de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$30.000 com prazo de 42 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados. **Notas promissórias:** Em 09 de Dezembro de 2015, o Grupo realizou a emissão e oferta de notas promissórias totalizando R$30.000, com o prazo total de 36 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários e com a finalidade de prover recursos para a construção de empreendimentos imobiliários. As notas promissórias são emitidas pelo Grupo no âmbito da 3ª emissão de 12 (doze) notas promissórias comerciais, com o valor unitário de R$2.500 na data da emissão, nos termos da Instrução CVM nº 134 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Em 27 de Novembro de 2017, o Grupo realizou o pré pagamento das notas promissórias remanescentes dessa emissão. Em 28 de Novembro de 2017, o Grupo realizou a emissão e oferta de notas promissórias totalizando R$49.900, com o prazo total de 36 meses sendo garantido pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários. As notas promissórias são emitidas pelo Grupo no âmbito da 4ª emissão de 34 (trinta e quatro) notas promissórias comerciais, nos termos da Instrução CVM nº 134 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Grupo está sujeita a índices e limites de adimplência ("covenants"), sendo, em sua maioria, compostos por limitações ao nível de endividamento total. O Grupo encontra-se adimplente com as suas obrigações. As parcelas circulantes e não circulantes têm o seguinte vencimento:

	2019	2018	2017
2018	-	-	92.582
2019	-	86.058	86.295
2020	57.465	51.833	33.125
2021	44.455	37.176	2.622
2022	28.385	41.454	-
2023 em diante	20.642	-	-
Total	**150.947**	**216.521**	**214.624**

As despesas financeiras de empréstimos são capitalizadas ao custo de empreendimentos em andamento e terrenos com prospecção de lançamento, de acordo com a utilização dos recursos, e apropriadas ao resultado de acordo com o critério adotado para o reconhecimento de receitas, conforme abaixo demonstrado. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegível à capitalização foi de 8,01% em 31 de dezembro de 2019 (9,99% em 31 de dezembro de 2018 e 10,26% em 31 de dezembro de 2017).

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Despesas financeiras	355.600	318.270	210.111
Encargos financeiros capitalizados	(4.151)	(5.344)	(7.530)
Encargos financeiros líquidos (Nota 22)	**351.449**	**312.926**	**202.581**
Encargos financeiros incluídos na rubrica lotes a comercializar			
Saldo inicial	24.210	32.244	42.693
Encargos financeiros capitalizados	4.151	5.344	7.530
Encargos apropriados ao resultado	(6.965)	(13.378)	(17.979)
Saldo final (Nota 6)	**21.396**	**24.210**	**32.244**

11. Debêntures

				Controladora		
Emissões	**Principal - R$**	**Remuneração Anual**	**Vencimento Final**	**2019**	**2018**	**2017**
Primeira emissão - primeira série	59.126	CDI+3,00%	Dezembro de 2023	61.697	-	-
Primeira emissão - segunda série	60.874	CDI+3,00%	Dezembro de 2023	61.329	-	-
				123.026	**-**	**-**
Parcela circulante				**3.026**	**-**	**-**
Parcela não circulante				**120.000**	**-**	**-**

				Consolidado		
Emissões	**Principal - R$**	**Remuneração Anual**	**Vencimento Final**	**2019**	**2018**	**2017**
Primeira emissão	627.000	CDI+3,05%	Dezembro de 2025	629.770	663.385	701.763
Segunda emissão **(a)**	-	IGPM+14,00%	Maio de 2020	-	550.025	445.748
Terceira emissão **(a)**	-	IGPM+14,00%	Fevereiro de 2021	-	737.134	493.403
Quarta emissão	53.290	CDI+3,90%	Dezembro de 2024	53.552	56.481	-
Sétima emissão	39.922	CDI+5,85%	Abril de 2026	40.248	-	-
Primeira emissão - primeira série - Investidora	59.126	CDI+3,00%	Dezembro de 2023	61.697	-	-
Primeira emissão - segunda série - Investidora	60.874	CDI+3,00%	Dezembro de 2023	61.329	-	-
				846.596	**2.007.025**	**1.640.914**
Parcela circulante				**18.455**	**137.904**	**41.763**
Parcela não circulante				**828.141**	**1.869.121**	**1.599.151**

(a) Debêntures conversíveis em ações ordinárias.
As parcelas não circulantes têm os seguintes vencimentos.

	Consolidado		
Vencimento	**2019**	**2018**	**2017**
2018	-	**-**	41.763
2019	-	137.904	132.000
2020	18.455	686.600	577.748
2021	44.838	876.641	625.403
2022	77.009	305.880	264.000
2023 e depois	706.294	-	-
	846.596	**2.007.025**	**1.640.914**

Controladora: Em 4 de janeiro de 2019, a Companhia obteve aprovação para primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis e sem garantia, no valor total de R$ 120.000 (cento e vinte milhões), com vencimento em 30 de dezembro de 2023, divididas em duas séries, sendo a primeira série no valor de R$ 59.126 e a segunda série no valor de R$ 60.874. Os recursos líquidos obtidos com a emissão da primeira série foram utilizados para aquisição de debêntures referentes a segunda e terceira emissão da AUSA, e os recursos líquidos obtidos com a emissão da segunda série foram utilizados para aquisição de debêntures referentes a sexta emissão da AUSA. Em 4 de julho de 2019 a Companhia obteve aprovação para segunda emissão de debêntures de espécie subordinada, não conversíveis e sem garantia real, limitado ao valor de R$ 110.000 (cento e dez milhões) e com vencimento em cinco anos. Os recursos líquidos obtidos com a emissão da segunda série, no montante de R$ 50.203 foram utilizados em parte para amortização antecipada no valor de R$ 15.000 e parte para aquisição de debêntures da sexta emissão da AUSA, no valor de R$ 35.000. A quitação integral antecipada da debênture, do saldo remanescente, ocorreu através da dação de pagamento de debêntures referentes a segunda e terceira emissão da AUSA. **Consolidado**: Em 9 de setembro de 2013, o Grupo obteve aprovação para a distribuição pública com esforços restritos de colocação da 1ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real e prazo de vencimento de oito anos e no valor total de até R$800.000, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo e suas controladas. Em 09 de dezembro de 2013 foi integralizado o montante R$500.000, em 17 de julho de 2014, foi integralizado R$150.000 e, em 19 de março de 2015, foi integralizado R$150.000. A escritura conta com cláusulas que restringem a habilidade do Grupo na tomada de algumas ações, e pode requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento destas cláusulas. Em 19 de junho de 2019, o Grupo aumentou o prazo de pagamento do saldo remanescente de R$660.000, com encerramento previsto em 11 de dezembro de 2023, para mais 2 anos, sem constituição de garantia. Em 9 de maio de 2016, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada da 2ª Emissão de debêntures, conversíveis em ações ordinárias, em série única, sem garantia real e prazo de vencimento de quatro anos no valor total de até R$350.000. Em 10 de maio de 2016 foi integralizado o montante R$250.000 e em 16 de agosto de 2016, foi integralizado R$106.393, valor atualizado monetariamente conforme descrito na escritura de emissão. Em 05 de setembro de 2018 os juros previstos foram integralizados no principal. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos à Companhia ("Covenants"). Em 27 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a conversão da totalidade das Debêntures em circulação, consistentes em 350.000 Debêntures, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Emissora. Em 10 de fevereiro de 2017, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada da 3ª Emissão de debêntures, conversíveis em ações ordinárias, em série única, sem garantia real e prazo de vencimento de quatro anos no valor total de até R$450.000. As integralizações foram em 21 de fevereiro de 2017 no montante de R$66.000, em 24 de março de 2017 no montante de R$40.000, em 25 de abril de 2017 no montante de R$57.694, em 17 de maio de 2017 no montante de R$63.658, em 05 de junho de 2017 no montante de R$53.836, em 29 de junho de 2017 no montante de R$168.810, em 31 de julho de 2018 no montante de R$37.128, em 14 de setembro de 2018 no montante de R$37.128, em 30 de outubro de 2018 no montante de R$20.000, em 14 de setembro de 2018 no montante de R$11.998, em 07 de dezembro de 2018 no montante de R$11.998, em 04 de janeiro de 2019 no montante de R$23.498, em 31 de janeiro de 2019 no montante de R$9.249, em 08 de fevereiro de 2019 no montante de R$47.305 e em 13 de fevereiro de 2019 no montante de R$618, cujos valores foram atualizados monetariamente conforme descrito na escritura de emissão. Em 05 de setembro de 2018 os juros previstos foram integralizados no principal. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos à Companhia ("Covenants"). Em 27 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a conversão de 524.571 Debêntures da 3ª Emissão em 30.661.340 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor de emissão da Companhia Em Ata Geral dos Titulares de Debêntures da 3ª Emissão, realizada em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado a conversão de 75.429 Debêntures em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Emissora. Em 27 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a conversão de 524.571 Debêntures da 3ª Emissão em 30.661.340 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor de emissão da Companhia Em Ata Geral dos Titulares de Debêntures da 3ª Emissão, realizada em 31 de dezembro de 2019, foi aprovado a conversão de 75.429 Debêntures em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Emissora. Em 01 de janeiro de 2018, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada da 4ª Emissão de debêntures, não conversíveis em Ações, em duas séries (2ª série não subscrita), com garantia real, e com prazo de vencimento de sete anos e no valor total até R$58.200, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo e suas controladas. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos à Companhia ("Covenants"). Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de projetos imobiliários selecionados e suas garantias. Em 04 de julho de 2019, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada da 6ª Emissão de debêntures, não conversíveis, da espécie subordinada, em série única, sem garantia real, e com prazo de vencimento de cinco anos e no valor total até R$110.000. As integralizações foram em 06 de setembro de 2019 no montante de R$35.587, em 15 de outubro de 2019 no montante de R$14.616 e em 25 de novembro de 2019 no montante de R$60.875, cujos valores foram atualizados monetariamente conforme descrito na escritura de emissão. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos à Companhia ("Covenants"). Em 29 de dezembro de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital via emissão de novas ações ordinárias, mediante a capitalização das 111.078 debêntures simples emitidas pelo Grupo. Em 02 de agosto de 2019, o Grupo obteve aprovação para a distribuição privada da 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em Ações, em série única, com garantia real, e com prazo de vencimento de sete anos e no valor total até R$44.000, garantida pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários selecionados originários do Grupo e suas controladas. A escritura de emissão não estabelece índices financeiros restritivos à Companhia ("Covenants"). Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de projetos imobiliários selecionados e suas garantias.

12. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Obrigações por compra de imóveis	-	4.173	3.621
Adiantamentos de clientes:	70.123	40.362	44.904
	70.123	**44.535**	**48.525**
Circulante	**70.123**	**44.535**	**48.525**

As obrigações são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A rubrica adiantamentos de clientes representa a parcela recebida dos clientes em montante superior ao percentual de andamento da obra (nota 23). **12.a Valores a serem transferidos para parceiros de empreendimentos:** Refere-se à parcela dos valores recebidos pela empresa por conta da venda dos lotes e a serem repassados aos parceiros do terreno atráves contratos de parceria imobiliária

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Repasse a efetuar à parceiros nos empreendimentos	39.257	32.965	31.876
	39.257	**32.965**	**31.876**

13. Provisões para demandas judiciais: a. Provisões para demandas judiciais: O Grupo e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O Grupo não espera reembolsos em conexão com o resultado desses processos. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as movimentações na provisão estão sumarizadas a seguir:

	Processos cíveis	Processos tributários	Processos trabalhistas	Total consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**6.673**	**130**	**2.023**	**8.826**
Complemento de provisão	28.768	-	5.367	34.135
Pagamento ou realização de provisão	(16)	(54)	-	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**35.425**	**76**	**7.390**	**42.891**
Complemento de provisão	118.142	-	-	118.142
Pagamento ou realização de provisão	(73.617)	(75)	(2.556)	(76.248)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**79.950**	**1**	**4.834**	**84.785**
Complemento de provisão	135.742	2.405	7.229	145.376
Pagamento ou realização de provisão	(93.962)	-	-	(93.962)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**121.730**	**2.406**	**12.063**	**136.199**
Circulante	**27.333**	**540**	**2.709**	**30.582**
Não circulante	**94.397**	**1.866**	**9.354**	**105.617**

(i) Processos cíveis, tributários e trabalhistas: O Grupo e suas controladas são partes em outros processos trabalhistas, tributários e cíveis decorrentes do curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível, sendo que, nenhuma provisão foi constituída para fazer face de desfechos desfavoráveis dos mesmos. O montante desses processos, são conforme descritos abaixo:

	2019	2018	2017
Processos cíveis	248.237	352.776	362.614
Processos tributários	72.973	49.072	70.651
Processos trabalhistas	7.178	24.830	23.438
	328.388	**426.678**	**456.703**

O saldo de depósitos judiciais do Grupo, em 31 de dezembro de 2019, correspondeu a R$25.420 (R$27.063 em 2018 e R$ 28.117 em 2017) registrados na rubrica de outros créditos no ativo circulante e não circulante (Nota 5.2). **(ii) Risco ambiental:** Há uma diversidade de legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Estas leis ambientais podem resultar em atrasos para o Grupo na adequação da conformidade e outros custos, e impedir ou restringir empreendimentos. Antes do acordo de parceria de um loteamento, o Grupo efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários e aplicáveis, incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente. Assim, antes do lançamento de um loteamento, o Grupo obtém todas as aprovações governamentais e incluindo licenças ambientais. Adicionalmente, a legislação ambiental estabelece sanções criminais, cíveis e administrativas para indivíduos e entidades legais para atividades consideradas como infrações ou delitos ambientais. As penalidades incluem suspensão das atividades de desenvolvimento, perdas de benefícios fiscais, reclusão e multa. Os processos em discussão pelo Grupo na esfera cível estão classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, assim como na opinião do Grupo. **(iii) Obrigações relacionadas com a conclusão dos loteamentos:** O Grupo assume o compromisso de concluir as unidades vendidas, assim como atender às leis que regem o setor da construção civil, incluindo a obtenção de licenças das autoridades competentes e prazos para início e entrega dos empreendimentos sujeita a penalidades legais e contratuais. **(iv) Compromissos:** O Grupo mantém compromissos com terceiros (parceiros) e sócios nos empreendimentos em conjunto: • Contratos de parceria com proprietários de terrenos, o qual será sócio ou parceiro imobiliário (nota 18.1(a)); • Compromisso com fornecedores os quais estão sendo contratados, ou com terceiros quaisquer no pré-lançamento ou avaliação do negócio. O Grupo não possui obrigações a longo prazo por meio das suas controladas em 31 de dezembro de 2019, entretanto possui saldo no montante de R$ 7.569 em 2018 e R$ 16.609 em 2017, relacionados com o fornecimento de serviços e de matéria-prima utilizada no desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários. O Grupo possui contrato de aluguel para o imóvel onde se situa suas instalações, sendo o custo mensal de R$536 reajustado anualmente pela variação do IGPM-FGV (nota 3.1). **14. Imposto de renda e contribuição social*:* a. Imposto de renda e contribuição social corrente:** A reconciliação da despesa de imposto de renda com os prejuízos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social e das participações	(821.214)	(784.455)	(835.018)
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	279.213	266.715	283.906
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	(87.890)	(79.980)	(102.062)
Diferenças permanentes	(28.565)	(18.532)	(13.296)
Encargos sobre Obrigações com Investidores	-	-	(2.755)
Resultado com equivalência	(1.953)	(1.942)	(950)
Créditos tributários não reconhecidos	(162.828)	(172.649)	(161.458)
	(2.023)	**(6.388)**	**3.385**
Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente	(2.023)	(6.631)	(8.878)
Reversão / Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido	**-**	243	12.263

O Grupo não reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores devido aos prejuízos recorrentes e por não possuir expectativa de realização num futuro próximo nas empresas tributáveis pelo lucro real. **b. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Ativo			
Diferenças temporárias - PIS e COFINS diferido	2.639	3.278	3.214
Provisões para demandas judiciais	12.749	6.554	3.293
Ajuste a valor presente (AVP)	8.097	11.696	12.582
Demais provisões	15.726	32.664	28.039
	39.211	**54.192**	**47.128**
Passivo			
Tributação de receita entre regimes de caixa e competência	(28.645)	(36.252)	(40.490)
	(28.645)	**(36.252)**	**(40.490)**
Total Líquido	**10.566**	**17.940**	**6.638**
Crédito tributário			
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social	757.500	602.553	450.504
Créditos tributários não reconhecidos	(768.066)	(620.493)	(457.270)
	(10.566)	**(17.940)**	**(6.766)**

15. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Recolhimento diferido **(a)**	-	-	-	54.103	66.764	64.558
Distratos a pagar	-	-	-	33.478	27.964	10.949
Arrendamento mercantil, líquido (Nota 3.1)	-	-	-	25.716	-	-
IPTU a pagar	-	-	-	18.565	12.209	-
Provisão gastos com escrituração **(b)**	-	-	-	11.342	13.701	-
Fornecedores	3	42	33	95.683	97.725	84.329
Outras contas a pagar	-	-	-	31.911	24.922	25.796
Total outras obrigações	**3**	**42**	**33**	**270.798**	**243.285**	**185.632**
Circulante	**3**	**42**	**33**	**180.126**	**166.616**	**104.678**
Não circulante	**-**	**-**	**-**	**90.672**	**76.669**	**80.954**

(a) Imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS para pagamentos diferidos são registrados para refletir os efeitos tributários decorrentes de diferenças temporárias da base tributária, que determinam o momento do pagamento, à medida que as vendas de imóveis são recebidas (Instrução Normativa SRF nº 84/79) e reconhecimento efetivo dos ganhos imobiliários, em conformidade com a Resolução CFC nº 1.266/09 e Deliberação CVM nº 561/08, conforme alterada pela Deliberação CVM nº. 624/10 (OCPC 01 (R1)). **(b)** Em determinadas vendas à clientes, a Companhia tem se comprometido a arcar com as custas de alienação fiduciária e escrituração.

16. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 é de R$ 1.259.893 e está representado por 1.259.893 ações, sendo 1.259.893 ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 2017, 2018 e 2019 o capital aprovado pelos acionistas em AGE é de R$1.264.999 o qual encontra-se subscrito e integralizado nas respectivas datas no montante de R$1.259.893. O Conselho de Administração da Companhia está autorizado a deliberar a emissão de ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária. **(ii) Destinação dos Resultados: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente quando de obtenção do lucro, com destinação de 5%, não podendo exceder a 20% do capital social. **Reserva de capital:** A constituição de reseva de capital nas demonstrações da mutações do patrimônio líquido, refere-se ao ganho na diluição de participação em sua controlada, de 70% para 48,22%, no decorrer do exercício de de 2019, conforme ICPC 09, visto ser uma transação entre acionistas da Companhia. **Ganho na diluição de percentual em controlada:** No decorrer do exercício de 2019, a Companhia obteve ganho e perdas relacionas a diluição de sua participação em sua controlada AUSA, este montante está registrado no patrimônio líquido da Companhia (nota 7):

	2019
Ganho na diluição do % de participação	966.655
Compra de ações	33.500
Redução de participação na amortização de mais valia	(95.223)
Perdão de juros por parte dos acionistas	4.725
	909.657

Reserva de Lucros: A reserva de lucros é constituída anualmente como destinação de 95% do lucro líquido do exercício, sendo que no exercicio de 2019, 2018 e 2017 a Companhia apurou prejuízo não cabendo a constituição de reservas. **Dividendos:** Face o prejuízo no exercício não há proposição de dividendos em 31 de dezembro de 2019 assim como em 2018 e 2017 para a controladora. ***Resultado por ação:*** O prejuízo básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período. Em 10 de agosto de 2020, conforme fato divulgado na nota 28 de eventos subsequentes, em ata de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o grupamento de ações, na proporção de 38 (trinta e oito) ações para 1 (uma), passando o capital social a ser representado por 68.897.877, ações, ajustando de forma retrospectiva o cálculo do prejuízo básico e diluído por lote de mil ações em circulação com base no que determina o CPC 41 / IAS 33.

	2019	2018	2017
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(491.412)	(548.096)	(575.956)
Média ponderada do número de ações	68.763	68.763	68.763
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações - em reais	(7,15)	(7,97)	(8,38)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: A companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. As operações da companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **(i) Considerações sobre riscos: a. Risco de crédito:** A companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. Com relação às contas a receber, a companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. No entanto, a Companhia realiza provisão para risco de crédito e distrato, veja nota 2.3.1 (b) e (c). **b. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade de a companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimo estão mencionadas na Nota 9. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. ***c. Risco de liquidez:*** O risco de liquidez consiste na eventualidade do grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, vide análise complementar mencionada na nota explicativa 2 (Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a companhia monitora permanentemente seu nível de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam adequadas para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2019	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	37.024	-	-	-	37.024
Contas a receber (Nota 5.1)	527.781	461.835	241.087	134.886	1.366.289
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(57.465)	(93.482)	(20.642)	-	(150.947)
Debêntures (Nota 11)	(18.455)	(352.435)	(464.213)	(11.493)	(846.596)
Fornecedores	(95.683)	-	-	-	(95.683)
Efeito líquido	**393.202**	**15.918**	**(222.406)**	**123.373**	**310.086**

Em 31 de dezembro de 2018	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	62.408	-	-	-	62.408
Contas a receber (Nota 5.1)	563.007	428.527	280.662	432.616	1.704.812
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(86.058)	(109.675)	(20.788)	-	(216.521)
Debêntures (Nota 11)	(137.904)	(1.869.121)	-	-	(2.007.025)
Fornecedores	(97.725)	-	-	-	(97.725)
Efeito líquido	**303.728**	**(1.550.269)**	**259.874**	**432.616**	**(554.051)**

Em 31 de dezembro de 2017	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**4 a 5 anos**	**Mais que 5 anos**	**Total**
Aplicações Financeiras (Nota 4.2)	117.896	-	-	-	117.896
Contas a receber (Nota 5.1)	498.511	477.542	311.527	547.248	1.834.828
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	(92.582)	(122.042)	-	-	(214.624)
Debêntures (Nota 11)	(41.763)	(1.335.151)	(264.000)	-	(1.640.914)
Fornecedores	(67.720)	(16.609)	-	-	(84.329)
Efeito líquido	**397.733**	**(979.651)**	**47.527**	**547.748**	**12.857**

d. Hierarquia de valor justo: A companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Segue abaixo o nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo através do resultado da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

	Consolidado		
Em 31 de dezembro de 2019			
Ativos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Aplicações financeiras (Nota 4.2)	-	37.024	-

	Consolidado		
Em 31 de dezembro de 2018			
Ativos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Aplicações financeiras (Nota 4.2)	-	62.408	-

	Consolidado		
Em 31 de dezembro de 2017			
Ativos financeiros	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Aplicações financeiras (Nota 4.2)	-	117.896	-
Operações compromissadas (Nota 4.1)	-	35.054	-

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* **Cálculo do valor justo:** Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas seguintes foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: **(i)** Os valores de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e demais recebíveis e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras. **(ii)** O valor justo dos empréstimos bancários e outras dívidas financeiras é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas anualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Segue abaixo os valores contábeis e justos dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017:

	Consolidado						Tipo de mensuração		
	2019		2018		2017				
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	2019	2018	2017
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4.1)	**23.087**	**23.087**	13.310	13.310	45.712	45.712	"VJR"	Mantido para negociação	Mantido para negociação
Aplicações financeiras (Nota 4.2)	**37.024**	**37.024**	62.408	62.408	117.896	117.896	"VJR"	Mantido para negociação	Mantido para negociação
Contas a receber (Nota 5.1)	**780.668**	**780.668**	918.235	918.235	1.406.161	1.406.161	Custo Amortizado	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Passivo financeiro									
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	**150.947**	**149.691**	216.521	226.874	214.624	215.503	Custo Amortizado	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Debêntures (Nota 11)	**846.596**	**917.500**	2.007.025	2.527.181	1.640.914	1.720.664	Custo Amortizado	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Fornecedores (Nota 15)	**95.683**	**95.683**	97.725	97.725	84.329	84.329	Custo Amortizado	Mantido até o vencimento	Mantido até o vencimento

e. Risco de aceleração de dívida: Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros (Nota 10 e 11). ***f. Risco de mercado:*** A Companhia dedica-se à construção e venda de loteamentos. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos. A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores. O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade, necessário para vender todas as unidades, pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado. Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande Companhia do setor imobiliário, o setor com um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras Companhias que atuam no setor. Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos. Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização. As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos imobiliários e tarifas públicas. As oportunidades de loteamentos podem diminuir. A construção e venda de unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda. Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou, uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias. A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes do loteamento do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para os respectivos loteamentos. **g. Gestão do capital social:** O objetivo da gestão de capital da companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da companhia e maximizar o valor aos acionistas, vide analise complementar mencionada na nota explicativa 2 (Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas). A Companhia considera sua estrutura de capital composta por: (i) empréstimos e financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras; e (ii) patrimônio líquido):

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	-	-	-	150.947	216.521	214.624
Debêntures (Nota 11)	123.026	-	-	846.596	2.007.025	1.640.914
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 4.1 e 4.2)	(1.620)	(2.028)	(2.234)	(60.111)	(75.718)	(163.608)
Dívida líquida	**121.406**	**(2.028)**	**(2.234)**	**937.432**	**2.147.828**	**1.691.930**
Patrimônio líquido	**232.808**	**(142.966)**	**391.391**	**537.687**	**(250.014)**	**583.402**

h. Análise de sensibilidade: Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para um período de um ano. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: **(a)** Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos indexados ao CDI e IGP-M (debêntures); **(b)** Contas a receber indexados ao IGP-M; Para a análise de sensibilidade do período findo em 31 de dezembro de 2019, o Grupo considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, CDI a 4,59% e IGP-M a 7,32%, de um ano (CDI a 6,40% e IGP-M a 7,55% em 31 de dezembro de 2018) e (CDI a 6,99% e IGP-M a 0,53% negativo em 31 de dezembro de 2017). Os cenários considerados foram: • **Cenário I**: apreciação 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação; • **Cenário II**: apreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação; • **Cenário III**: depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação; • **Cenário IV:** depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

Em 31 de dezembro de 2019:

		Cenários				
			I	II	II	IV
Operação	**Risco**	**Cenário provável**	**Aumento 50%**	**Aumento 25%**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Aplicações financeiras	Aumento/Redução do CDI	1.699	2.512	2.106	1.293	887
Empréstimos e financiamentos	Aumento/Redução do CDI	6.928	10.241	8.585	5.272	3.616
Debêntures	Aumento/Redução do CDI - IGPM	38.860	57.435	48.146	29.570	20.282
Efeito líquido da variação do CDI		**47.487**	**70.188**	**58.837**	**36.136**	**24.785**
Contas a receber	Aumento/ Redução do IGP-M	99.984	146.567	123.275	76.692	53.401
Debêntures conversíveis	Aumento/ Redução do IGP-M	-	-	-	-	-
Efeito líquido da variação do IGP-M		**99.984**	**146.567**	**123.275**	**76.692**	**53.401**

Em 31 de dezembro de 2018:

		Cenários				
			I	II	II	IV
Operação	**Risco**	**Cenário provável**	**Aumento 50%**	**Aumento 25%**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Aplicações financeiras	Aumento/Redução do CDI	3.994	5.871	4.933	3.056	2.117
Empréstimos e financiamentos	Aumento/Redução do CDI	13.857	20.369	17.113	10.601	7.345
Debêntures	Aumento/Redução do CDI - IGPM	46.072	67.722	56.896	35.246	24.422
Efeito líquido da variação do CDI		**63.923**	**93.962**	**78.942**	**48.903**	**33.884**
Contas a receber	Aumento/ Redução do IGP-M	128.749	188.603	158.676	98.822	68.895
Debêntures conversíveis	Aumento/ Redução do IGP-M	97.208	142.399	119.803	74.612	52.016
Efeito líquido da variação do IGP-M		**225.957**	**331.002**	**278.479**	**173.434**	**120.911**

Em 31 de dezembro de 2017:

		Cenários				
			I	II	II	IV
Operação	**Risco**	**Cenário provável**	**Aumento 50%**	**Aumento 25%**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Aplicações financeiras	Aumento/Redução do CDI	8.241	12.092	10.167	6.315	4.390
Empréstimos e financiamentos	Aumento/Redução do CDI	15.002	22.013	18.508	11.497	7.991
Debêntures	Aumento/Redução do CDI - IGPM	49.053	71.978	60.515	37.591	26.129
Efeito líquido da variação do CDI		**72.296**	**106.083**	**89.190**	**55.403**	**38.510**
Contas a receber	Aumento/ Redução do IGP-M	(9.772)	(14.685)	(12.228)	(7.316)	(4.860)
Debêntures conversíveis	Aumento/ Redução do IGP-M	(5.002)	(7.516)	(6.260)	(3.745)	(2.488)
Efeito líquido da variação do IGP-M		**(14.774)**	**(22.201)**	**(18.488)**	**(11.061)**	**(7.348)**

18. Partes relacionadas

18.1. Saldos com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas referem-se substancialmente a notas de débito e aportes financeiros em SPEs e Consórcios, sem vencimento pré-determinado e cobrança de encargos financeiros, para desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários, cujo saldo é como segue:

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Ativo			
Conta correntes **(a)**	731	10.215	10.215
Conta corrente com Consórcios **(b)**	-	7.100	8.652
	731	**17.315**	**18.867**
Dividendos a receber	3.211	3.093	2.543
	3.941	**20.408**	**21.410**
Não circulante	**3.941**	**20.408**	**21.410**
Passivo			
Conta corrente SPE **(a)**	731	-	-
Dividendos a pagar	1.529	1.953	2.263
	2.260	**1.953**	**2.263**
Circulante	**2.260**	**1.953**	**2.263**

(a) O Grupo participa do desenvolvimento de loteamentos com outros parceiros de forma direta ou por meio de partes relacionadas, baseados na formação de empreendimentos em conjunto. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros e não possuem vencimento pré-determinado. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, é de 24 a 36 meses. **(b)** Consórcio é uma estrutura jurídica sob a qual o empreendimento é desenvolvido e os saldos referem-se a transações entre a líder do consórcio e as consorciadas, conforme item (a) acima. **18.2. Outras partes relacionadas: *a. SupplierCard:*** O Grupo mantém relacionamento comercial com a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier"), empresa que possui participação indireta de determinados fundos de investimento em participações geridos por Pátria Investimentos Ltda.. A relação comercial do Grupo com a Supplier consiste na oferta de uma solução de financiamento a fornecedores do Grupo que podem optar por antecipar seus recebíveis. A antecipação dos recebíveis em si é realizada por instituições financeiras parceiras da Supplier. O montante em 31 de dezembro de 2019 é de R$16.904 (R$29.334 em 2018 e R$17.993 em 2017). ***b. Operação Saneamento Ceará:*** No contexto No contexto do desenvolvimento dos empreendimentos: (i) Alphaville Ceará Residenciais 1 e 2 e

continua...

...continuação

Alphaville S.A. - *(Denominado anteriormente Private Equity AE Investimentos e Participações S.A.)*

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Empresarial; (ii) Terras Alphaville Ceará 1; (iii) Terras Alphaville Ceará 2 e 3; (iv) Loteamento Ceará Comercial 2; (v) Loteamento Ceará Comercial 3; e (vi) Loteamento Ceará Comercial 4, em conjunto "Empreendimento Cidade Alpha Ceará", o Grupo constituiu as subsidiárias ("Loteadoras") e Alpha Saneamento Participações S.A. ("Alpha Saneamento"). As Loteadoras foram as sociedades responsáveis pela construção do Empreendimento Ceará, onde foi construído a Estação de Tratamento de Esgoto ("ETE"), por meio de investimento do Grupo na construção de redes, infraestrutura e da estação de tratamento de esgoto. Após (i) a Alpha Saneamento constituir a Saneamento Ceará S.A. ("Saneamento Ceará"); (ii) a empresa concessionária local negar o interesse em operar a ETE; (iii) a Loteadora transferir para a Saneamento Ceará o direito de exploração do sistema de saneamento básico do empreendimento concedido pelo Poder Público; a Alpha Saneamento aportou na Saneamento Ceará parte da infraestrutura (rede interna) e o valor total do custo incorrido para a construção da ETE no montante total de R$8.975. Assim, a Saneamento Ceará e a Opersan Resíduos Industriais S.A., empresa controlada pelo Pátria Investimentos, celebraram o Contrato de Operação e Manutenção ("O&M") para definição das premissas da operação e manutenção da ETE. A Opersan adquiriu 51% das ações da Saneamento Ceará que eram de titularidade da Alpha Saneamento pelo montante de R$ 4.150 e a Saneamento Ceará celebrou com a Associação de moradores contrato para operação do sistema de saneamento básico, e passou a receber um fee mensal em decorrência do contrato. O fee mensal é equivalente ao valor que a concessionária local cobraria. Futuros investimentos com ampliações da ETE serão de exclusiva responsabilidade da Opersan, desde que seja acordada a respectiva necessidade. A Saneamento Ceará opera a rede de saneamento básico do empreendimento desde 12 de dezembro de 2019; **c. Avais, garantias e fianças:** As operações financeiras da AUSA e controladas em conjunto são garantidas por avais ou fianças do Grupo na proporção de sua participação no capital social de tais empresas. Adicionalmente, o Grupo presta garantia em favor de instituições financeiras através da carteira de recebíveis dos empreendimentos no montante de R$1.516.247 em 31 de dezembro de 2019 (R$1.737.674 em 2018 e R$ 1.001.278 em 2017), nesses valores estão contidas as garantias de empréstimos e financiamentos; **d. Transação (Remuneração) da Administração:** O montante global anual aprovado em assembleia para ser distribuído entre os administradores do Grupo para o exercício de 2019, a título de remuneração fixa, variável, benefícios e encargos é de até R$7.854 (R$ 9.225 em 2018 e R$ 9.696 em 2017), registrado na rubrica "despesas gerais e administrativas"; **e. Contratos de sub-locação:** A Alphaville Urbanismo S.A. e suas subsidiárias são locatárias de 3.928 m² de lajes corporativas, correspondentes aos 3º (1.897 m²) e 4º (2.031 m²) andares do edifício Eldorado Business Tower onde se encontra a sede do Grupo, cujo contrato de locação tem vencimento em 14/08/2025; **f. Participação nos lucros e resultado:** O Grupo mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados do Grupo. Este programa está vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano (Nota 20).

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Diretoria Estatutária	3.441	(3.044)	(3.312)
Demais colaboradores	5.420	(10.145)	(5.915)
	8.861	**(13.189)**	**(9.227)**

A participação nos lucros e resultados é calculada e provisionada com base no alcance das metas do Grupo no período. Após o encerramento do exercício é realizada a apuração do alcance das metas do Grupo, assim como dos colaboradores. Em 2019 não houve atingimento de metas, ocorrendo a reversão da provisão.

19. Receita operacional líquida

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Receita operacional bruta			
Venda de lotes	53.249	229.073	237.622
Prestação de Serviços	5.325	3.181	2.543
Provisão para perda em distratos	108.961	(171.129)	(124.458)
Deduções da receita bruta	(3.335)	(9.086)	(7.386)
Receita operacional líquida	**164.200**	**52.039**	**108.321**

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Custo de desenvolvimento e venda de lotes:						
Custo de construção	-	-	-	(100.396)	(151.302)	(207.163)
Custo de terrenos	-	-	-	(18.364)	(3.670)	(12.554)
Custo de incorporação	-	-	-	(95.281)	(92.440)	(152.145)
Reversão custo provisão de distrato (Nota 2.3.3.(iv)	-	-	-	(52.804)	111.034	-
Amortização de mais valia	-	-	-	(35.886)	(16.628)	(39.791)
Provisão para perda na realização de estoque	-	-	-	(1.891)	(33.267)	(22.278)
Manutenção/garantia	-	-	-	(7.887)	(6.894)	(8.262)
Custo dos empreendimentos	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	-	-	-	(6.965)	(13.378)	(17.979)
	-	**-**	**-**	**(319.474)**	**(206.545)**	**(460.172)**
Despesas comerciais:						
Despesas com marketing	-	-	(99)	(31.743)	(33.497)	(56.293)
Despesas com corretagem e comissão de vendas	-	-	-	(7.208)	(8.712)	(11.955)
	-	**-**	**(99)**	**(38.951)**	**(42.209)**	**(68.248)**
Despesas administrativas						
Despesas com salários e encargos	-	-	-	(26.632)	(26.622)	(40.429)
Despesas com benefícios a empregados	-	-	-	(3.791)	(3.016)	(3.364)
Despesa com participação nos lucros (Nota 18.2 (f))	-	-	-	8.861	(13.189)	(9.227)
Despesas com viagens e utilidades		-	-	(483)	(750)	(1.219)
Despesas com serviços prestados	(550)	(332)	(409)	(29.168)	(24.038)	(19.129)
Despesas com aluguéis e condomínios	-	-	-	(1.918)	(9.088)	(9.774)
Depreciação e amortização	-	-	-	(16.761)	(13.469)	(13.733)
Despesas com desenvolvimento organizacional	-	-	-	(10.700)	(8.940)	(9.484)
Outras	-	-	-	(840)	(2.719)	(2.542)
	(550)	**(332)**	**(409)**	**(81.432)**	**(101.831)**	**(108.901)**

21. Outras (despesas) receitas operacionais

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Provisão para demandas judiciais	-	-	-	(145.376)	(118.142)	(34.065)
Reversão para risco de crédito	-	-	-	219	16.590	-
Outras despesas e receitas, líquidas	(70)	45	4	952	(1.215)	1.175
Total	**(70)**	**45**	**4**	**(144.205)**	**(102.767)**	**(32.890)**

22. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	102	108	173	2.905	4.803	9.808
Outras receitas	2.100	11	18	4.866	5.540	572
Total receitas financeiras	**2.203**	**119**	**191**	**7.770**	**10.343**	**10.380**
	(3.026)	**-**	**-**	**(354.475)**	**(312.926)**	**(202.581)**
Juros sobre captações, líquido de capitalização (Nota 10) (a)						
Despesas bancárias	(8)	(3)	(3)	(3.461)	(3.982)	(3.697)
Amortização custo debêntures	-	-	-	-	(769)	(11.738)
Perda com títulos mobiliários	-	-	-	-	(9.998)	(8.103)
Obrigações com investidores	-	-	-	-	-	-
Multa e juros pagos	-	-	-	-	(3)	-
Descontos concedidos e outras despesas	-	-	-	(36.281)	(44.526)	(36.187)
Coobrigação	-	-	-	(8.277)	(14.873)	(16.435)
Total despesas financeiras	**(3.034)**	**(3)**	**(3)**	**(402.494)**	**(387.077)**	**(278.741)**
Resultado financeiro líquido	(831)	116	188	(394.722)	(376.734)	(268.361)

Os juros com as debêntures conversíveis é de R$271.818 em 31 de dezembro de 2019 (R$229.756 em 2018 e R$ 92.085 em 2017).

23. Empreendimentos em construção - informações e compromissos: a) Operações imobiliárias contratadas a apropriar das obras em andamento acumulado

	Consolidado		
	2019	2018	2017
(+) Receita bruta total de vendas	552.495	1.050.956	1.283.905
(-) Receita bruta total apropriada	(320.292)	(806.735)	(981.318)
(=) Saldo de receita a apropriar	**232.203**	**244.221**	**302.587**
(+) Custo total dos imóveis vendidos	(333.952)	(499.318)	(531.203)
(-) Custo total apropriado	186.155	362.945	393.628
(=) Saldo de custo a apropriar	**(147.797)**	**(136.373)**	**(137.575)**
Resultado apropriar	**84.406**	**107.848**	**165.012**

(i) As receitas de unidades vendidas a apropriar estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, não considerando os efeitos de impostos incidentes e ajuste a valor presente. **(ii)** Os custos orçados das unidades vendidas a incorrer não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente às unidades vendidas a medida que são incorridas. **b) Compromissos com custos orçados e ainda não ocorridos, referente a unidades em estoque:** Valores não refletidos nas demonstrações financeiras

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Saldo de custo a incorrer	**(96.530)**	**(76.004)**	**(123.896)**

24. Informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento:

Consolidado	Transações: Saldo inicial 2018	que afetaram o caixa: Captações	Pagamento juros	Pagamento principal	Juros	que afetaram o caixa: Conversão de debêntures	Saldo final 2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	**2.223.546**	405.749	(88.565)	(150.499)	358.005	(1.750.692)	997.544

Consolidado	Transações: Saldo inicial 2017	que afetaram o caixa: Captações	Pagamento juros	Pagamento principal	Juros	que afetaram o caixa: Conversão de debêntures	Saldo final 2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	1.855.538	249.600	(123.090)	(76.665)	318.163	-	**2.223.546**

Consolidado	Transações: Saldo inicial 2016	que afetaram o caixa: Captações	Pagamento juros	Pagamento principal	Juros	que afetaram o caixa: Conversão de debêntures	Saldo final 2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 10 e 11)	1.481.115	530.310	(94.711)	(253.321)	192.145	-	**1.855.538**

25. Seguros: O Grupo e suas controladas mantêm seguros, como indicados a seguir, para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

Tipo	Valor cobertura 2019
a) Risco de danos físicos aos imóveis de terceiros	10.200
b) Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil	40.797
c) Responsabilidade civil sobre ações de Diretores e Gestores	70.000
d) Seguro Performance Bond (obra)	79.949
e) Execuções judiciais	39.890
f) Fiança Locatícia	7.802
Total seguros	**248.638**

26. Apresentação de Informações por segmento: A Administração entende que o Grupo está organizado em uma única unidade de negócios - desenvolvimento de loteamentos fechados. Embora possa comercializar produtos com denominação distinta, efetua o monitoramento de suas atividades, a avaliação de desempenho e a tomada de decisão para alocação de recursos ao nível do empreendimento imobiliário e não ao nível de segmento. Todas as receitas são geradas no Brasil e não há concentração de receitas de transações com um único cliente externo, que equivalem a 10% ou mais da receita da Companhia. Sendo assim, a Administração entende que a divulgação de informações por segmento não é aplicável às atividades do Grupo.

27. Outras informações: Impactos da COVID-19 (Corona vírus): A Companhia vem adotando medidas de monitoramento e prevenção em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, no que se refere à segurança das pessoas e à continuidade de seus negócios. Nesse sentido, foram tomadas as seguintes medidas: • Escritório - adotamos o trabalho remoto (*home office)* para a totalidade dos nossos colaboradores que seguem desempenhando suas atividades através dos recursos tecnológicos disponibilizados; • Obras em andamento - suspendemos o andamento das obras em observância aos decretos Estaduais e Municipais, retomando somente nas localidades nas quais houve permissão por parte das autoridades, adotando protocolos de higiene e segurança para os trabalhadores próprios e terceiros; • Lançamentos e Vendas - postergamos os lançamentos de novos empreendimentos previstos para o ano até que haja melhoria nas condições de saúde e segurança, assim como fechamos todos nossos estandes de vendas, com o objetivo de evitar aglomerações e risco de transmissão/contágio. Nossa equipe comercial foi treinada e orientada a seguir com atendimento on-line. Em relação ao fluxo de caixa operacional, houve um impacto negativo com a postergação do plano de lançamentos e com a redução das vendas em relação ao business plan do Grupo para os meses de março a maio/20. Este impacto foi minimizado pelo volume de vendas dos lançamentos realizados pela Alphaville na primeira quinzena de março, com resultado superior ao *business plan* de 2020. As vendas de março a junho de 2020 foram inferiores ao planejado. Vale ressaltar que a venda de estoque de junho já recuperou o nível de venda projetado no business plan da companhia para este mês. Ainda nas entradas de caixa, no item distrato, que é um dedutor nas entradas de caixa, a Companhia observou uma redução na efetivação de distratos originados pelos clientes, minimizando assim a redução das entradas de caixa nos primeiros meses da pandemia. Os VGV distratado entre março e junho de 2020 foi inferior ao esperado. De forma agregada, a entrada de caixa da companhia foi inferior ao planejamento para o ano nos meses de março a junho de 2020. Em contra partida à redução observada na entrada de caixa desde o início da pandemia, houve uma redução nos gastos da companhia fruto de medidas operacionais implementadas de forma tempestiva. O resultado destas medidas foi uma redução nas saídas de caixa operacional da companhia entre março e junho de 2020. O caixa financeiro também foi impactado pela crise econômica provocada pela pandemia. Apesar das incertezas, a Alphaville continuou acessando o mercado de capitais como forma de monetizar sua carteira de recebíveis e financiar suas operações. No primeiro semestre de 2020, realizou operações de cessão de recebíveis na modalidade FIDIC, totalizando R$115 milhões e emitiu dívida corporativa em um total de R$16,1 milhões no mesmo período. No entanto, umas das operações financeiras de CRI planejadas e estruturadas pela companhia para ser concluída em março de 2020 não ocorreu pela repentina redução de liquidez do mercado de capitais a partir da segunda semana de março. Desta forma, o impacto no plano de funding foi minimizado, resultando em um consumo de caixa superior ao planejado para o mesmo período. A Administração da Companhia acredita que foram tomadas medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

28. Eventos subsequentes: Alteração societária: Em 29 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia que passa a ser denominada Alphaville S.A., e a mudança do endereço para a Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8501- 3º andar no bairro de Pinheiros, São Paulo - SP, bem como a atualização do Estatuto Social em decorrência desta deliberação. Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado: **1.** Aumento de capital (primeiro) mediante a emissão de 1.244.181.702 (um bilhão, duzentas e quarenta e quatro milhões, cento e oitenta e uma mil, setecentas e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 0,5267 por ação, totalizando R$ 655.282 dos quais, R$ 32.764 foram destinados ao capital social e R$ 622.518 foram destinados a reserva de capital. Esse aumento foi subscrito e integralizado pelos Fundos Pátria, mediante a contribuição de 99.666.980 (noventa e nove milhões, seiscentas e sessenta e seis mil, novecentas e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da AUSA. **2.** Aumento de capital (segundo) mediante a emissão de 108.937.644 (cento e oito milhões, novecentas e trinta e sete mil, seiscentas e quarenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 0,5267 por ação, totalizando R$ 57.375 dos quais, R$ 2.869 foram destinados ao capital social e R$ 54.506 foram destinados a reserva de capital. Esse aumento foi subscrito e integralizado pelos fundos Fundos Pátria, mediante a contribuição de 8.726.608 (oito milhões, setecentas e vinte e seis mil, seiscentas e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da AUSA. Como vantagem adicional aos subscritores dessas ações foi aprovado a emissão de bônus de subscrição, nos termos do artigo 77, caput, da Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado, sendo um para cada subscritor. **3.** Atualização do Estatuto Social para refletir as deliberações da AGE; **4.** Aquisição pela Companhia de 5.107.066 (cinco milhões, cento e sete mil e sessenta e seis) ações não integralizadas, de sua própria emissão, que serão integralizadas pela Companhia mediante a utilização do saldo de reserva de capital, sem diminuição do capital social. Em 29 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada (i) a alteração da sede social da Companhia para Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 3º andar, São Paulo, Estado de São Paulo; (ii) alteração do limite do capital autorizado e reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao dispositivo do regulamento de "Novo Mercado" da B3; (iii) alteração na composição do Conselho de Administração; (iv) Plano de Ações Diferidas destinado a administradores e empregados elegíveis da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. **Plano de ações:** O Plano de Ações Diferidas será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Ações Diferidas, nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de ações outorgadas, a distribuição entre os beneficiários, a data de vigências e as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais estabelecidos no Plano, em especial a quantidade máxima de até 3% do total de Ações da Companhia. Ainda em 29 de junho de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada (i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM; (ii) a submissão à B3 do pedido de adesão da companhia ao Novo Mercado e do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 e (iii) a realização da Oferta Pública de Ações, no Brasil, em mercado de balcão não organizado e com esforços restritos no exterior. **Grupamento de ações:** Em 10 de agosto de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado o grupamento de ações, na proporção de 38 (trinta e oito) ações para 1 (uma), passando o capital social a ser representado por 68.897.877 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Diretoria

Contador: Erika Suzuki Adachi - CPF: 315.936.008-36 - CRC 1SP 247.802/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. (Atual denominação Alphaville S.A.)
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Private Equity AE Investimentos e Participações S.A, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Private Equity AE Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM:** Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela Companhia, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto à aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com o cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional - Controladora e Consolidado:** Veja a Nota explicativa 2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R$ 491 milhões, totalizando prejuízos acumulados de R$ 1.936 milhões, decorrente basicamente da sua controlada Alphaville Urbanismo S.A., que incorreu em prejuízo de R$775 milhões, totalizando R$2.170 milhões de prejuízos acumulados. Essa situação levanta a necessidade da Administração efetuar uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem gerando fluxo de caixa suficientes, para assegurar a continuidade operacional para o futuro previsível seja pela geração de fluxos de caixa operacionais, pela contratação de novos recursos com terceiros ou pelo suporte financeiro dos seus acionistas. A nota explicativa 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas menciona como a Administração formou seu julgamento de que o pressuposto de continuidade é apropriado na preparação dessas demonstrações financeiras. Essa avaliação exigiu o exercício de julgamento significativo da administração, particularmente na previsão das estimativas da realização de vendas de lotes, avaliação das localidades e/ou regiões com potencial para a realização de novos lançamentos por sua controlada Alphaville e previsões reais de taxa de juros e inflação, como também na avaliação da capacidade financeira dos acionistas de honrar o compromisso de capital assumido em caso de insucesso no plano de ação elaborado pela Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação das premissas base dessa avaliação, especificamente as projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação da existência de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a: • Obtenção e análise da avaliação preparada pela Administração quanto às incertezas relacionadas à capacidade da Companhia continuar operando no [illegible]

obra ("POC") - Controladora e Consolidado: Nota explicativa 2.3.1 (i) e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia e suas controladas utilizam o método de Porcentagem de Conclusão ("POC" - "Percentage of completion") para contabilizar as receitas de vendas de lotes pela controlada Alphaville Urbanismo S.A.. Devido à relevância dos custos de construção a incorrer, que são base para o reconhecimento de receita e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação do percentual de conclusão da obra, cuja alterações nas premissas utilizadas poderem impactar de forma significativa as receitas de vendas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos controles internos e, com base em amostragem, a efetividade dos controles internos selecionados como relevantes relacionados à aprovação e acompanhamento dos orçamentos de custos de construção individualizados por empreendimento.Com base em uma amostra de empreendimentos, inspecionamos o valor dos custos registrados na contabilidade e comparamos com a respectiva documentação suporte, avaliamos a natureza e as mudanças ocorridas no custo orçado, efetuamos a análise do percentual de evolução da obra e avaliamos a evolução dos custos a incorrer para verificar eventuais movimentações relevantes. Recalculamos o reconhecimento de receita considerando os mapas gerenciais de evolução física. Em relação aos custos incorridos, analisamos, em base amostral, a respectiva documentação comprobatória. Avaliamos também as divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia e suas controladas.Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos originados do processo de reconhecimento de receita e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Redução ao valor recuperável ("impairment") de contas a receber e estoques - Controladora e Consolidado:** Notas explicativas 2.3.1 (i) (a), 2.3.7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber e estoques com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda esperada do contas a receber e perda por redução ao valor realizável dos estoques. A determinação do *impairment* de contas a receber e estoques é documentada em políticas internas e exige, por sua natureza, a utilização de julgamentos, que para o contas a receber estão representados pela definição do percentual histórico de perdas, faixas de atraso e estimativa de crescimento econômico do PIB (Produto Interno Bruto). Em relação aos estoques representados pelos valores recentemente praticados na comparação ao valor de custo contabilizado. Devido à relevância de contas a receber e dos estoques e ao alto grau de julgamento para a determinação das premissas relacionadas com a mensuração da provisão para perda esperada do contas a receber e perda por redução ao valor realizável dos estoques, que pode impactar os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Obtivemos entendimento do processo relacionado a mensuração da perda por redução ao valor recuperável do contas a receber e dos estoques.Para o contas a receber avaliamos a apuração das faixas de vencimento, mensuração do percentual histórico de perdas e a utilização de fatores macroeconômicos utilizados pelo Grupo para mensurar as perdas esperadas, incluindo o recálculo matemático dessas provisões para perdas esperadas. Para os estoques de unidades concluídas de lotes a comercializar, analisamos a documentação relativa aos valores de vendas praticados recentemente pela própria Companhia, que suportam a posição do Grupo quanto ao valor realizável desses ativos, e adicionalmente para o valor dos terrenos verificamos as cotações de valor indicativo de mercado. Avaliamos também as divulgações em notas explicativas efetuadas pela Companhia e suas controladas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de contas a receber e estoques e respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valor recuperável dos ativos intangíveis ("Marca e Ágio"):** Notas explicativas 2.3.11 e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** As demonstrações contábeis e consolidadas da Companhia apresentam ativos intangíveis, que incluem marcas de R$ 420 milhões e àgio por expectativa de rentabilidade futura de R$ 79 milhões, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamentos preparados pela Companhia e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios tais como evolução de vendas e cancelamentos contratuais, lançamentos de novos empreendimentos, variação do PIB, entre outros. Conforme descrito nas notas explicativas 2.3.11, a Companhia realiza o teste de redução do valor recuperável ("impairment") com o objetivo de identificar possíveis perdas por desvalorização do valor recuperável das marcas e do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Devido ao grau de julgamento e incerteza inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Obtivemos o entendimento do processo relacionado a mensuração dos valores recuperáveis, e da determinação das premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a elaboração do teste de impairment. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e metodologias relacionadas às estimativas de taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, e a definição das unidades geradoras de caixa.Avaliamos ainda as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e [illegible]

elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram [illegible]

São Paulo, 13 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

[illegible]

KADOLI PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 20.023.282/0001-50

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - *Em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	2019	2018
Ativo | Circulante		**39.839**	**13.003**
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.109	11.745
Impostos a recuperar		1.331	1.258
Dividendos a receber		31.399	–
Não circulante		**548.935**	**566.755**
Investimentos em controladas	5	548.935	566.755
Total do ativo		**588.774**	**579.758**
Passivo | Circulante		**22.942**	**5.580**
Imposto de renda e contibuição social	6	22.942	5.580
Não circulante		**35.552**	**9.575**
Imposto de renda e contibuição social	6	35.462	9.485
AFAC		90	90
Patrimônio líquido	7	**530.280**	**564.603**
Capital social		450.795	450.795
Lucros acumulados		6.306	7.138
Ajuste de variação cambial		73.179	106.670
Total do passivo e patrimônio líquido		**588.774**	**579.758**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2019	2018
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(366)	(359)
Equivalência patrimonial	5	182.661	(26.150)
Lucro (prejuízo) operacional		182.295	(26.509)
Resultado financeiro		**2.052**	**(235)**
Receitas financeiras		2.052	2.321
Despesas financeiras		–	(2.556)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		184.347	(26.744)
IRPJ e CSLL Corrente	6	(16.883)	–
IRPJ e CSLL Diferidos	6	(35.764)	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		131.700	(26.744)
Quantidade de quotas ao final do exercício	7	30.992	30.992
Lucro (prejuízo) básico quotas do capital social final - R$		4,25	(0,86)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2019	2018
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	131.700	(26.744)
Outros resultados abrangentes		
Ganho cambial na conversão de investimentos e ajustes de equivalência patrimonial de controlada no exterior	(33.491)	111.774
Resultado abrangente do exercício	**98.209**	**85.030**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Lucros (prejuízos) Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31/12/2017	450.795	85.031	(5.104)	530.722
Prejuízo do exercício	–	(26.744)	–	(26.744)
Ajuste de equivalência patrimonial de controlada no exterior	–	(16.149)	–	(16.149)
Ganho cambial na conversão de investimentos	–	–	111.774	111.774
Distribuição de lucros	–	(35.000)	–	(35.000)
Em 31/12/2018	**450.795**	**7.138**	**106.670**	**564.603**
Lucro líquido do exercício	–	131.700	–	131.700
Ajuste de equivalência patrimonial de controlada no exterior	–	(132.532)	(63.132)	(195.664)
Ganho cambial na conversão de investimentos	–	–	29.641	29.641
Em 31/12/2019	**450.795**	**6.306**	**73.179**	**530.280**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	131.700	(26.744)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	**(1.779)**	**(594)**
Equivalência patrimonial	(182.661)	26.150
Imposto de renda pago no exterior	(3.465)	–
Imposto de renda e contribuição social	52.647	–
Variações nos ativos operacionais:	**(2.857)**	**(8.014)**
Impostos a recuperar	(479)	(1.258)
Variações nos passivos operacionais: Fornecedores	–	(1)
Impostos e contribuições	(2.378)	(6.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**(4.636)**	**(8.608)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	–	(117)
Distribuição de lucros	–	(35.000)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	–	(35.117)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.636)	(43.725)
Caixa e equivalentes de caixa: No início do período	11.745	55.470
No fim do período	7.109	11.745
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.636)	(43.725)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações sobre a empresa: A Kadoli Participações Ltda. ("Empresa"), constituída em 04/04/2014, tem sua sede localizada em São Paulo/SP. **a.** A empresa tem como atividade operacional preponderante a participação em outras sociedades "Holding". **b.** Atualmente participa na empresa TEP Chile S/A. **2. Elaboração e aprovação das demonstrações financeiras: Base de elaboração, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis - Declaração de conformidade:** a) Critérios para elaboração: As demonstrações financeiras da empresa são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), foram preparadas com base no custo histórico, são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da legislação societária e pelos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. b) As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31/05/2020. **3. Sumário das principais práticas contábeis:** O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Investimentos: Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. c) Tributos: Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$ 240. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. d) Demais ativos e passivos: A classificação dos demais ativos e passivos obedece ao prazo de realização ou de exigibilidade e estão demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e variações monetárias "pro rata temporis". e) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. f) Demonstração do fluxo de caixa: A Demonstração do Fluxo de Caixa está sendo apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. • Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos em atividades operacional e de financiamento. • Atividades de financiamentos: são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Empresa. g) Transações denominadas em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos no resultado, na conta contábil de receitas ou despesas financeiras. As perdas ou ganhos cambias decorrentes dos itens não monetários são registrados como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. h) Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil quotas: Está calculado com base no número de quotas em circulação na data de levantamento do balanço patrimonial.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2019	2018
Bancos conta movimento	1	–
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7.108	11.745
	7.109	**11.745**

Essas aplicações financeiras em bancos de primeira linha estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **5. Investimentos em sociedades controladas:** A empresa detém investimentos em sociedade controlada no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial: • TEP Chile S/A; • Informações da controlada em 31/12/2019: • Participação de 42,54% do capital social. • Patrimônio líquido - R$ 1.761.995; • Lucro líquido do exercício - R$ 429.380; • A movimentação da conta pode ser assim demonstrada:

	2019	2018
Em 31 de dezembro de 2018/2017	**732.930**	**663.455**
Equivalência patrimonial	182.661	(26.150)
Imposto de renda pago no exterior	3.465	–
Ajuste equivalência patrimonial de controlada exterior	(199.129)	(16.149)
Dividendos a receber	(34.458)	–
Perda cambial de conversão	29.641	111.774
Investimentos	715.110	732.930
Deságio na aquisição	(166.175)	(166.175)
Em 31 de dezembro de 2019/2018	**548.935**	**566.755**

6. Imposto de renda e contribuição social:

Está assim demonstrado:	2019	2018
Lucro tributável de 2019	183.408	–
Base negativa do ano anterior	(28.493)	(28.493)
Base de cálculo	154.915	(28.493)
IR - 15%	23.237	–
IR Adicional	15.468	–
	38.705	–

Está assim demonstrado:	2019	2018
CSLL - 9%	13.942	–
Total - IR e CSLL	52.647	–
Do ano	16.883	–
Diferido	35.764	–
Total - IR e CSLL no resultado	52.647	–
Passivo circulante - 12,5% - IN 1520/14	22.942	5.580
Passivo não circulante	35.462	9.485
	58.404	15.065

De acordo com a legislação vigente (Instrução Normativa IN 1520/14), o IR e a CSLL devidos em razão dos lucros auferidos por controladas no exterior, poderão ser recolhidos na proporção dos lucros efetivamente distribuídos pelas citadas controladas, nos exercícios subsequentes ao encerramento do período de apuração, respeitando-se a proporção mínima de 12,5% do resultado apurado no 1º exercício subsequente e o saldo remanescente até o 8º exercício subsequente, valendo para tanto, o maior valor apurado entre a efetiva distribuição e o percentual mínimo fixado. **7. Patrimônio líquido: Capital social**: O capital social da sociedade está dividido em 30.992.297 quotas sociais sem valor nominal, estando totalmente subscrito e integralizado. **Lucros acumulados:** A distribuição de Lucros está sujeita às deliberações dos quotistas representantes da maioria do capital social. **8. Retificação do sped contábil - ECD:** As demonstrações financeiras não estão conciliadas com o ECD contábil, apresentando as seguintes diferenças, as quais serão regularizadas no SPED contábil em 1º/01/2020.

2019 Balanço patrimonial	SPED contábil	Ajustes e reclassificações	Demonstrações financeiras
Passivo			
Passivo circulante	–	–	–
Passivo não circulante	45.150	(9.688)	35.462
Patrimônio líquido positivo	520.592	9.688	530.280
Total do passivo	520.592	9.688	530.280
Demonstração do resultado			
Despesas operacionais	–	–	–
Resultado financeiro			
IRPJ e CSLL - diferidos	601	9.688	10.289
Lucro líquido do exercício	2.052	9.688	11.740

9. Eventos subsequentes: Coronavírus - COVID 19: Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto ao rápido aumento dos casos de doenças relacionadas ao novo coronavírus (COVID-19). A empresa vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas operações, e vem seguindo as recomendações dos órgãos governamentais, buscando preservar seus empregados e colaboradores, evitando a propagação da doença. Devido ao cenário atípico e de características potencialmente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Sociedade. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução da receita e nem a duração desta redução. A empresa ainda não tem nenhum plano estruturado para redução de custos, ou manutenção da receita.

A DIRETORIA | **EUFRÁSIO TORQUATO DE ARAÚJO JR. - CRC Nº 1SP317969/O-8**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Quotistas e Administradores da **Kadoli Participações Ltda.** São Paulo/SP. **Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Kadoli Participações Ltda. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como o resumo das correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kadoli Participações Ltda. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional [illegible] mente imprevisíveis, não é possível prever com exatidão os cenários que poderão se materializar nos próximos meses nas operações da Sociedade. Ainda não estão suficientemente claros os efeitos na economia mundial e, em particular no Brasil, por quanto tempo estes efeitos irão perdurar, assim como de quanto será a eventual redução da receita e nem a duração desta reduçãoa partir de março de 2020. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto. c) As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cuja opinião sem ressalva foi emitida em 31/05/2019. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo [illegible] continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 03/06/2020.

Progress Auditores Independentes - CRC 2SP021623/0-0
João Henrique Lara - Contador CRC 1SP159593/0-2

Luiz Rafael Lemuchi de Lima

Leiloeiro Oficial - Matrícula: 20/315L - Jucepar
www.donhaleiloes.com

145 veículos

COLISÃO - ROUBO/FURTO ENCHENTE E VEÍCULOS EM FIM DE VIDA ÚTIL

11 3651-8800

ONLINE
LEILÃO dia 25/08/2020
TERÇA-FEIRA
Leilão 14:30hs

LOCAL: Estrada da Roseira, 6725 – Borda do Campo – São José dos Pinhais – PR

COLISÃO: 206 2002 207 2009 2010 208 2017 2018 AMAROK 2018 2019 ARGO 2019 2020 ASTRA 2004 2005 BIZ 2014 2015 BIZ 125 2011 2012 BLAZER 2004 4 C4: 2010 2010 2011 2013 2014 2010 2011 2 CBX 250: 2001 2002 2004 CELTA 2006 2007 2 CG 125: 2008 2006 2007 3 CG 150: 2010 2007 2013 4 CIVIC: 2019 2020 2013 2014 2004 2005 2007 2008 CLASSIC 2015 2016 3 CLIO: 2011 2012 2015 2016 2010 2011 2 COMPASS: 2018 2018 2 COROLLA: 2004 2005 2016 5 CORSA: 1999 1997 1998 2001 1998 1999 COURIER 2003 DUSTER 2014 ECOSPORT 2016 2017 2 FAZER: 2018 2019 2008 3 FIESTA: 2012 2014 2005 FIT 2005 2006 FLUENCE 2016 2017 3 FOX: 2011 2012 2013 2014 2011 FUSION 2015 2016 G 310 2019 2020 9 GOL: 2013 2014 2013 2003 2004 2011 2012 2009 2010 2019 2020 2018 2019 2012 2019 2020 2 GOLF: 2012 2013 2019 GRAND CHEROKEE 2015 GRAND SIENA 2012 2013 4 HB20: 2013 2014 2012 2013 2019 2016 3 HILUX: 2012 2013 2015 2009 2010 HOGGAR 2010 2011 HR-V 2019 2020 I30 2011 2012 4 KA: 2011 2012 2010 2009 2015 2016 2 KOMBI: 2011 2012 2010 2011 2 KWID: 2019 2020 2018 2019 LOGAN 2009 3 MEGANE: 2009 2008 2009 2008 MIRAGE 2012 2013 MONTANA 2014 2015 3 OUTLANDER: 2013 2014 2014 2010 2011 3 PALIO: 2014 2015 2014 2015 2008 2009 PASSAT 2008 2009 2 PRISMA: 2009 2010 2019 2 RENEGADE: 2015 2016 2016 2017 3 SANDERO: 2017 2017 2018 2012 SANTANA 1996 1997 2 SAVEIRO: 2013 2014 2019 SEMI-REBOQUE 2017 SIENA 2012 SONATA 2011 2012 SOUL 2011 2012 SPACEFOX 2013 2014 SPIN 2016 2017 3 STRADA: 2013 2014 2013 2014 2015 2015 2016 TIIDA 2012 2013 TRACKER 2016 2017 4 UNO: 2011 2012 2013 2014 2001 1997 1998 VERONA 1990 VERSA 2013 2014 VM 2007 WEB 2006 XC90 2019 XSARA 2004 XT 600 2003 XTZ 250 2006 2007 **ENCHENTE:** ONIX PLUS 2019 2020 **ROUBO/FURTO:** CLASSIC 2012 2013 COROLLA 2011 DOBLO 2019 2020 FIESTA 2011 2012 HILUX 2017 JETTA 2013 2014

Nº dos Chassis: 14276722 Recortado 1B230720 Normal 2R008301 Recortado 2W025057 Recortado 30019706 Recortado 3B950658 Recortado 4B505461 Normal 4C424480 Recortado 4P023154 Recortado 4R039814 Recortado 58382613 Recortado 58571272 Recortado 5B108489 Recortado 5Z105689 Normal 6M029118 Recortado 6Z108277 Recortado 70004189 Recortado 7E110157 Normal 7G134856 Recortado 7R035714 Recortado 7R048436 Recortado 80076683 Recortado 8J078449 Normal 8R230797 Recortado 8Z110631 Normal 95339798 Recortado 9B119594 Recortado 9E035258 Recortado 9J094027 Recortado 9J163738 Recortado 9J222099 Normal A3038580 Normal AB048867 Normal AB209449 Recortado aG204062 Normal AG542730 Normal AP078658 Recortado AR222004 Normal B2530044 Normal B4175073 Normal BB015374 Normal BG508143 Normal BG549777 Normal BL536984 Recortado BP001341 Recortado BU000942 Recortado C0175469 Normal C4011546 Normal C4107291 Normal C7737922 Normal C8311609 Normal CA292780 Normal cB344617 Normal CJ357296 Normal CL110901 Normal CM141368 Normal CP014620 Recortado CP047954 Recortado CP094235 Normal CR008441 Recortado CU343956 Recortado D3020209 Normal D4011724 Normal D4035835 Recortado D7698827 Normal DB114564 Remarcado DK192770 Normal DM011240 Normal DP032996 Normal DP227009 Recortado DR016203 Normal E0539066 Normal E4079214 Normal E4091600 Normal E7747055 Normal EB725844 Recortado EG527456 Normal EJ303749 Normal EK392994 Normal EM006773 Avariado EP073708 Normal EP163044 Recortado ET094106 Normal EZ137656 Recortado EZA01819 Normal EZA02704 Normal F2240155 Recortado F5946969 Recortado F7909140 Normal F8583650 Recortado FB116493 Normal FC833488 Normal FR522317 Recortado G0306051 Normal G8316870 Recortado GB055390 Recortado GK015894 Normal GL944892 Recortado GP580678 Normal GR120969 Normal GR160953 Recortado H0101258 Normal H8575137 Normal HB139921 Normal HJ811105 Normal HK100849 Normal HL138698 Normal HL560369 Normal HM412640 Recortado JB017065 Normal JJ998613 Normal JKJ03505 Recortado JKJ18233 Normal K0000460 Normal K1489917 Normal K4000266 Recortado KA016144 Normal KG443289 Normal KJ404544 Normal KP042203 Recortado KP045663 Recortado KT052125 Normal L1152706 Normal LB076123 Recortado LB163655 Normal LJ218862 Normal LR874588 Normal LT001805 Normal LT012518 Normal LYJ99186 Normal LZ106389 Normal LZ112598 Recortado TP064291 Recortado V5944591 Recortado VC705809 Recortado WC606301 Recortado WC747856 Recortado XC749633 Recortado

CONDIÇÕES: OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA. DEBITOS DE IPVA, MULTAS DE TRÂNSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM, FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE, CORRENDO TAMBÉM POR SUA CONTA EM RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRIVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DESTRIBUIDO NO LEILÃO. MIGUEL DONHA JR – LEIOEIRO OFICIAL – JUCEPAR 14/256L. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. RUA PEDRO ZANETTI, 230 – COLOMBO – PR – TEL: 11 3651-8800

(CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE)

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
30º SUBDISTRITO IBIRAPUERA
OFICIAL - RODRIGO DINAMARCO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

GUILHERME PENNA VIEIRADE OLIVEIRA, ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA(09/06/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE GILBERTO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO E DE MARIALUIZAREBECCA VIEIRA DE OLIVEIRA. **GABRIELAMARIANO LAUX,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENGENHEIRA AMBIENTAL, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA(25/02/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE LUIZ HENRIQUE LAUX E DE SANDRA MARIANO LAUX.

DIEGO PERES DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃOADMINISTRADOR, NASCIDO EM BELO HORIZONTE, MG NO DIA(24/01/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DEAVELINO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR E DE SILVANA GIL PERES DOS SANTOS. **PATRÍCIA INACIO FERNANDES,** ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO JORNALISTA, NASCIDA EM NITERÓI, RJ NO DIA(13/04/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA EM NITERÓI, RJ, FILHADE CARLOS ALFREDO FRANCO FERNANDES E DE CREUSA MARIA INACIO FERNANDES. **EDITAL DE PROCLAMAS ORIUNDO DO REGISTRO CIVIL DA 3ª ZONA JUDICIÁRIA DE NITERÓI, RJ.**

VINICIUS AUGUSTO DE CASTRO,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (28/03/1972), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE VALDEMAR AUGUSTO DE CASTRO E DE LUCY MACEDO DE CASTRO. **TATIANA BOTURÃO FRANCISCHELLI,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(07/04/1978), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO PAULO, SP, FILHADE VANDERLEI FRANCISCHELLI E DE HAIDE BOTURÃO FRANCISCHELLI.

MONIQUE RODRIGUES SILVA, ESTADO CIVILSOLTEIRA, PROFISSÃO PSICÓLOGA, NASCIDAEM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (12/07/1990), RESIDENTE E DOMICILIADAEM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, FILHADEANTONIO CARLOS VIEIRA SILVA E DE IRACEMARODRIGUES SILVA. **ANA CAROLINA MOREIRA RAMALHO,**ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PSICÓLOGA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA(28/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE MARCELO PINTO RAMALHO E DE DANIELLAINÊS KAUFMANN MOREIRA RAMALHO.

RONALDO CÉZAR SATURNINO SILVA,ESTADO CIVILSOLTEIRO, PROFISSÃO ELETRICISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/11/1989), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO SATURNINO DASILVAE DE NESSY DASILVA. **BRUNA SARUBBI BRITTO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO CONTADORA, NASCIDAEM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA(18/12/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHADE MARCELO CARVALHO BRITTO E DEANDRÉA COLEN SARUBBI.

MARCELO SENNA ALVES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PUBLICITÁRIO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SPNO DIA (17/10/1988), RESIDENTE E DOMICILIADO EM SÃO PAULO, SP, FILHO DE CELSO SENNAALVES FILHO E DE ILDAMARINA GRASSO SENNAALVES. **GABRIELA BORGES CAVALCANTE,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO PUBLICITÁRIA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SPNO DIA (30/05/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA EM SÃO PAULO, SP, FILHA DE SALVADOR NOJOSA CAVALCANTE E DE MÁRCIA CRISTINABORGES CAVALCANTE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

3258-1822
3258-0273

Imobiliária São João S.A.

CNPJ n° 49.709.983/0001-29 - NIRE nº 35.300.090.543

Convocação - Assembleia Geral Ordinária - AGO

Ficam os Srs. acionistas da Sociedade, convocados a reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 31/08/2020, às 09:00 h, na sede social da Companhia, na Fazenda São João, em Araras-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30/04/2020; 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3) Eleição da Diretoria para o novo período legal e estatutário, com fixação de seus honorários. Araras-SP, 22/08/2020.

Maria Carolina Ometto Fontanari - Presidente

Prefitech Serviços de Tecnologia S.A.

NIRE 3530054204-5 - CNPJ/MF 34.984.646/0001-72

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Sociedade por Ações Realizada no dia 21/08/2019

Realizada aos 21/08/2019, às 10 horas, na sede social da Prefitech Serviços de Tecnologia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Engenheiro Sampaio Coelho nº 87, Casa da Independência, Vila Monumento, CEP 04261-080. Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas subscritores do capital social inicial da Companhia ora constituída, devidamente qualificados nos boletins de subscrição que integram a presente ata: (i) Associação Prefigura; e (ii) Sr. Felipe Batista da Silva, a presidência do Sr. Waldir Lisboa Rocha Filho e secretariada pelo Sr. Felipe Batista da Silva. A totalidade dos acionistas fundadores da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberou o quanto segue: (a) lavrar e registrar a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. (b) aprovar a constituição da Companhia sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, regida pela Lei das S.A., sob a denominação social de "**Prefitech Serviços de Tecnologia S.A.**", que terá sede na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Engenheiro Sampaio Coelho nº 87, Casa da Independência, Vila Monumento, CEP 04261-080, e desenvolverá as seguintes atividades: prestação de serviços diversos de tecnologia associados a softwares e hardwares produzidos por terceiros ou pela própria Companhia, voltados para universidades, associações, empresas públicas e privadas e para o público em geral. (c) aprovar o capital social inicial da Companhia, no valor de R$ 1.000,00, mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A. (d) aprovar a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia, ambos com mandato pelo prazo de 03 anos a contar da presente data: (i) Sr. **Waldir Lisboa Rocha Filho**, brasileiro, solteiro, engenheiro e sociólogo, RG nº 28.535.579-X, ("CPF/ME") nº 327.007.558-80, domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Engenheiro Sampaio Coelho nº 87, Vila Monumento, CEP 04261-080, eleito para o cargo de Diretor Executivo da Companhia; e (ii) **Felipe Batista da Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro de software, RG nº 6.398.916, CPF/ME nº 013.658.394-60, domiciliado na cidade de São Paulo/SP, na Rua Engenheiro Sampaio Coelho nº 87, Vila Monumento, CEP 04261-080, eleito para o cargo de Diretor de Tecnologia da Companhia. (e) após a análise minuciosa da proposta de Estatuto Social da Companhia, os acionistas fundadores presentes resolveram aprovar a redação do Estatuto Social da Companhia. "O Estatuto Social da Companhia se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia". Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo, 21.08.2019. **Waldir Lisboa Rocha Filho** - Presidente, **Felipe Batista da Silva** - Secretário. **Terence Edward Beringhs** OAB/SP nº 285.830. Ato registrado na JUCESP NIRE sob o nº 3530054204-5, em 25.09.2019.

CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A.

CNPJ/ME nº 23.698.040/0001-54 - Companhia Fechada

CONVOCAÇÃO. Pentágono S.A. DTVM ("Agente Fiduciário" ou "Pentágono") na qualidade de representante da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da CEOS ADMINISTRADORA DE BENS S.A. ("Debenturistas", "Debêntures" "Emissão" e "Emissora", respectivamente), convoca os Debenturistas nos termos da cláusula 10.1.1 Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 5 Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Emissora ("Escritura de Emissão"), firmado em 30/05/16, a se reunirem em AGD, que será realizada **em 1ª convocação em 08/09/20 às 14h,** de forma exclusivamente digital, **através da plataforma eletrônica Cisco Webex ("Assembleia")** sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Debenturistas devidamente habilitados nos termos deste Edital, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) A contratação de assessor legal para assessorar os Debenturistas e acompanhar a Recuperação Judicial da GALVÃO ENGENHARIA S.A e GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., que tramita nos autos nº 00937156920158190001 perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial") assim como possíveis ações incidentais e/ou conexas; (ii) A ratificação das medidas tomadas pelo Conselho de Credores até a data da Assembleia, conforme aprovado e constituído na Assembleia de Debenturistas da Emissão ocorrida em 01/02/18; (iii) Medidas a serem tomadas no âmbito da Recuperação Judicial; e (iv) ratificar os atos praticados pelo Agente Fiduciário, nos autos da Recuperação Judicial, até a data da Assembleia, para defesa dos interessas dos Debenturistas. Em razão da situação de calamidade pública, visando a segurança de todos, em linha com a Instrução CVM Nº 625/20, **a Assembleia será realizada por meio de plataforma eletrônica Cisco Webex, cujo acesso será disponibilizado pelo Agente Fiduciário àqueles que enviarem por correio eletrônico para contencioso@pentagonotrustee.com.br os documentos de representação até o horário de início da Assembleia.** Para os fins acima, serão aceitos como **documentos de representação**: a) **participante pessoa física** – cópia digitalizada de documento de identidade do Debenturista, **ou**, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do Debenturista; e **b) demais participantes** – cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Debenturista, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; **ou**, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, ou (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos do Debenturista. RJ, 21/08/20. **Pentágono S.A. DTVM**.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE PARELHEIROS
OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

JOSEPH DANILLOALVES DE FREITAS E JAQUELINE DA SILVA FALSETE. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,ATENDENTE, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 14/05/1997, FILHO DE CORSINO JOSE DE FREITAS FILHO E DE EUZA ALVES SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,ATENDENTE, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 01/12/1999, FILHA DE OSRAEL DASILVAFALSETE E DE MARIA CICERADA SILVA FALSETE.

LUIZ VICENTE E DENISE OLIVEIRA GOMES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, DIVORCIADO, NASCIDO EM ORÓS, CE, NO DIA 12/12/1968, FILHO DE FRANCISCO VICENTE E DE MARIAVICENTE. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VIGILANTE PATRIMONIAL, SOLTEIRA, NASCIDAEM BEZERROS, PE, NO DIA18/06/1981, FILHA DE NARCISO GOMES DASILVAE DE VALMA MARIAGONÇALVES OLIVEIRA SILVA.

MICHAELDOUGLAS SANTANA SANTOS E JOSIANE SANTOS TRINDADE. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE ARMAZÉM, SOLTEIRO, NASCIDO EM IBIASSUCÊ, BA, NO DIA04/07/1999, FILHO DE VALDECI SANTANA SANTOS E DE IRANI CECILIA DE SANTANA SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA 07/07/2001, FILHADE JOSENILTON VIEIRATRINDADE E DE REGINA SANTOS TRINDADE.

ODAIR JOSÉ CONCEIÇÃO DOS SANTOS E ANA CAROLINA DOS SANTOS BRIEGA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 10/10/1990, FILHO DE OLINDO PASTOURA DOS SANTOS E DE CLAUDINAMARIA DA CONCEIÇÃO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, RECEPCIONISTA GERAL, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA04/06/1998, FILHA DEALCIDES BRIEGAE DE MARIA BERNARDA DOS SANTOS.

LEONARDO RAYA FERNANDES E BRUNA DE OLIVEIRA DICHMAN. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, BANCÁRIO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA02/08/1996, FILHO DE FABIO DA SILVA FERNANDES E DE LUCIMARA DE OLIVEIRA RAYA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, BANCÁRIA, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA05/01/1996, FILHA DE ALEXANDRE DOS SANTOS DICHMAN E DE ANDREIA REGINA DE OLIVEIRA.

CLEITON MATOS AMORIM E GÉSSICA COSTA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MARCENEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM ANAGÉ, BA, NO DIA 20/06/1988, FILHO DE BELARMINO MATOSAMORIM E DE IDALIA ALVES AMORIM. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, SOLTEIRA, NASCIDAEM UBAITABA, BA, NO DIA 18/01/1995, FILHA DE JOSÉ JESUS DASILVA E DETATIANACOSTA SILVA.

MARCOS EMANUEL DA SILVA LUZ E CALIANE SANTOS DE SOUZA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AJUDANTE GERAL, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA26/05/1998, FILHO DE AMBROZIO JOAQUIM DA LUZ FILHO E DE MARIA JOSÉ DA SILVA LUZ. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUXILIAR DE PROJETOS, SOLTEIRA, NASCIDA EM IBIRATAIA, BA, NO DIA 28/02/1997, FILHADE ANTONIO CARLOS PEREIRADE SOUZA E DE LUZIADA SILVASANTOS.

RONEI CONCEIÇÃO CERQUEIRA E RAQUEL ALVES DE GOES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MILITAR, SOLTEIRO, NASCIDO EM FEIRA DE SANTANA, BA, NO DIA 10/05/1995, FILHO DE JILSON GONÇALVES CERQUEIRAE DE VALNIRA COSTACONCEIÇÃO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SANTO ESTÊVÃO, BA, NO DIA 16/03/1997, FILHADE JOSÉAUGUSTO DE GOES E DE ISABELALVES DE GOES.

ALAN CARLOS DA SILVA E DANIELE DE OLIVEIRA RODRIGUES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, BARBEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SUZANO, SP, NO DIA 05/05/1996, FILHO DE RAIMUNDO CARLOS DA SILVA E DE MARTA CRISTINA DA SILVA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA 09/04/1996, FILHADE MANOEL RODRIGUES E DE MARIA ELZA FRANCISCA DE OLIVEIRA RODRIGUES.

MARCOS DE OLIVEIRA LIMA E MARCIA GERCINA DE OLIVEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VIGILANTE, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA15/06/1971, FILHO DE CARLITO SENA LIMA E DE AMADA GONÇALVES DE OLIVEIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 09/08/1978, FILHA DE MANOEL ALBERTINO DE OLIVEIRA E DE GERCINAFREITAS DE OLIVEIRA.

ANDERSON GONÇALVES DE MORAES E NUBIA LIMA SANTANA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MOTORISTA, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 31/08/1986, FILHO DE ANISIO RAMOS DE MORAES E DEANDRELINA GONÇALVES DE MORAES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA 11/08/1993, FILHADE GEDEÃO SOUSA SANTANA E DE NILZETE LIMA SANTANA.

CARLOS FERREIRA DE SOUZA E LEILIANA MARTINS DE ABREU. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , SOLTEIRO, NASCIDO EM CARINHANHA, BA, NO DIA 16/01/1981, FILHO DE MANOEL FERREIRA DE SOUZAE DE ETELVINAANGELICA DE JESUS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VENDEDORA, SOLTEIRA, NASCIDA EM CARINHANHA, BA, NO DIA 21/04/1986, FILHADE MANOEL ATAÍDE DEABREU E DE NALMIR MARTINS DE ABREU.

LEANDRO DE SOUZA CRUZ E CAROLINA VICENTE DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,ANALISTA DE DESEMPENHO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA28/10/1986, FILHO DE JOSÉ TEODORO DA CRUZ FILHO E DE MARIA JOSÉ DE SOUZA GOMES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,ANALISTA DE SUPORTE, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA17/11/1993, FILHA DE JOSÉ VICENTE DASILVA E DE DIANE SEVERINADA SILVA.

SIDNEI BRITO CANDIANI E ALEXSANDRA ALVES JACINTO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MOTOBOY, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 10/01/1980, FILHO DE FLORINDO CANDIANI E DE ZENAIDE BRITO CANDIANI. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, INSPETORA ESCOLAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM ARAPIRACA,AL, NO DIA 26/04/1992, FILHADE GILBER TO JOSÉ JACINTO E DE LUZINETE MARTINSALVES JACINTO.

GUSTAVO NASCIMENTO DOS SANTOS E JULIA EDUARDA OLIVEIRA DE SIQUEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MECÂNICO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA09/03/2001, FILHO DE REINALDO CARVALHO DOS SANTOS E DE MARIADE FATIMADO40 NASCIMENTO DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA 01/05/2003, FILHADE EDUARDO CARDOSO DE SIQUEIRA E DE MARIAAPARECIDA JESUS DE OLIVEIRA ARAUJO.

MOISES DA SILVA PEREIRA E IZABELLA PATRICIA DOS SANTOS OLIVEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA,AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA24/12/1995, FILHO DE LUIZ PEREIRA NETO E DE ROSELI DASILVAPEREIRA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA 11/10/2002, FILHA DE MAURICIO SILVA DE OLIVEIRAE DE ANA MARIADOS SANTOS OLIVEIRA.

FRANCISCO DIOGO SOUSASILVAE ANA PAULA PEREIRA DE CARVALHO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, COBRADOR, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 14/05/1990, FILHO DE SEVERINO PEREIRA DA SILVA E DE MARIA NOELSA DE SOUSA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, OPERADORA DE CAIXA, DIVORCIADA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP, NO DIA05/06/1994, FILHA DE E DE MARCIAPEREIRA DE CARVALHO.

THIAGO DE NOVAES AKUTSU E RAKELLEALVES DOS REIS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, SUPERVISOR DE SAC, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA01/06/1998, FILHO DE ALEXANDRE AUGUSTOAKUTSU E DE MARIA CRISTIANE DE NOVAES. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, OPERADOR DE TELEMARKETING, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 13/04/1998, FILHA DE CARLOS ROBERTO DOS REIS E DE JUELITAALVES DOS REIS.

WILLIAN FERNANDES SANTOS E MAIARA MONIQUE RIBEIRO GOMES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , SOLTEIRO, NASCIDO EM MEDINA, MG, NO DIA12/01/1993, FILHO DE WILSON QUIRINO DOS SANTOS E DE MARIA GLORIA FERNANDES DE SOUZA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , DIVORCIADA, NASCIDA EM LEME, SP, NO DIA23/03/1993, FILHADE ADONIAS BEZERRA GOMES E DE ROSINEIDE RODRIGUES RIBEIRO.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1101365-86.2014.8.26.0100** (USUC 1281)A Doutora Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza de Miguel, MM. Juiza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o)(s) herdeiros de Herminio Lunardelli, à saber: Paula Lunardelli; Francisco Elias Godoy Moreira, Maria Joana Lunardelli de Godoy Moreira, Julian Antonio Moya, Juracy Barbosa Cintra, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que José Martucci e Luciane Correia de Melo ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio sobre o imóvel localizado na Rua Cuxipones, nº 268 - Perdizes - São Paulo SP, com área de 250,00 m², contribuinte n° 012.051.0006-7, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. [25,26]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.PROCESSO Nº **0023494-84.2020.8.26.0100** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariana de Souza Neves Salinas, na forma da Lei, etc.FAZ SABER a(o) NEZIA LIMA DA SILVA, Brasileira, Casada, Costureira, RG 1166045 e ALTAIR DA SILVA RG 1.101.198 e CPF 026.816.478-04 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Condominio Edificio Colombia, Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 18.390,23 (maio/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. [25,26]

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011191-41.2020.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ALEXANDRE FERREIRA BARUQUE, CPF 118.864.448-38, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Escola Domus Sapientiae Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 69.116,40 (Abril/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de julho de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE Prazo do Edital 20 DIAS. PROCESSO Nº 1034166-13.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PAULA REGINA SCHEMPF CATTAN, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Grizelda Mazzi Yamaguchi CPF: 291.803.328-62, que Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social CNPJ: 33.544.370/0014-63 (entidade mantenedora do Colégio São Luis) ajuizou Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 27.544,45 (Abril/2015), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida firmado entre as partes em 08/03/2012. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que no prazo de 03 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embargue a execução, a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer que seja admitido pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de agosto de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1028911-80.2015.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) APARECIDA PERPETUA DA SILVA FERNANDES, CPF 267.441.108-29, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Colegio Santa Tereza Ltda Epp, CNPJ 09.483.594/0001-03 objetivando o recebimento de R$ 4.075,62 (Setembro/2015), representada pelo cheque nº 000040 no valor de R$ 2.600,00, do Banco Santander, Agência 0296, Conta Corrente nº 0121238-6. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL para que, no prazo de para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o valor supra devidamente corrigido (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob pena de conversão do mandado de citação em mandado de execução. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de agosto de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0073098-10.2003.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Carolina de Figueiredo Dorlhiac Nogueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a JOYCEMAR HERMAN WALACE NEVES KOGA, CPF 143.650.588-78, que Sociedade Brasileira de Educação (entidade mantenedora da Faculdade São Luiz), CNPJ 33.544.370/0040-55, ajuizou-lhe Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o recebimento de R$ 9.644,80 (junho/2003), representada pelo instrumento particular de confissão de dívida firmado entre as partes em 09/08/2002. Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital para que, no prazo de 3 dias, efetue o pagamento da dívida atualizada ou em 15 dias embargue a execução, prazos a fluírem após os 20 dias supra. Em caso de pagamento integral da dívida, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, e comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer que seja admitido pagar o restante em até 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária de juros de 1% ao mês. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1010427-71.2016.8.26.0004. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCIA HELENA BOCCHI FAIBICHER, na forma da Lei, etc.**FAZ SABER** a **CÍCERO VENÂNCIO DOS SANTOS** (RG - 1.993.219 e CPF: 011.829.544-36) e **MARIA JOELMA DE MELO TAVARES** (RG: 1.851.940 e CPF: 031.065.294-40) que MARIA ISABEL DE CARVALHO MORAIS lhes ajuizou uma AÇÃO DE DESPEJO COM PEDIDO DE CONCESSÃO LIMINAR CUMULADA COM COBRANÇA ENCARGOS DA LOCAÇÃO para receber a quantia de R$ 33.876,96, referente aos débitos dos aluguéis e respectivos encargos locatícios do imóvel situado Avenida Mutinga, nº 1646, Pirituba. Estando os réus em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO POR EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que no prazo de 15 dias, a fluir os 30 dias supra, conteste o feito. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de agosto de 2020. 22 e 25/08

Edital de Citação. Prazo 30 dias. Processo n° 1033823-62.2017.8.26.0224. A Dra. Beatriz de Souza Cabezas, Juíza de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos/SP, Faz Saber a citação por edital da executada GUARÁ COMÉRCIO DE TAMBORES E BOMBONAS LTDA (CNPJ/MF. nº. 00866.747/0001-27)e seu representante legal Sr. GERALDO DAS DORES MOREIRA (CPF/MF. No. 608.030.888-68) que Auto Posto Sakamoto Ltda lhe ajuizou ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando a quantia de R$ 22.583,27, referente ao não pagamentos dos títulos. Estando a executada e representante em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 30 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens, da qual fica neste ato intimados, ficando cientes de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado. Guarulhos, 12/05/2020. 22 e 25/08

EDITAL DE CITAÇÃO Processo Digital nº: 1018794-19.2018.8.26.0100 Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução Requerente: Comunidade Religiosa João Xxiii Requerido: Alfredo Ki In Chang EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018794-19.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Gustavo Esteves, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ALFREDO KI IN CHANG, Brasileiro, CPF 013.373.738-18, com endereço à Guarani, 73, Ap. 51, Bom Retiro, CEP 01123-040, São Paulo - SP, que Comunidade Religiosa João XXIII lhe ajuizou ação de Rescisão Contratual, tendo por objeto o denominado Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Jazigo 391, quadra VIII/02, contrato nº 11.665. Em razão de o réu não ter cumprido uma de suas obrigações contratuais - consistente no pagamento das taxas de manutenção e administração do Cemitério Morumby a Autora pede a rescisão do citado contrato. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2020. 22 e 25/08

Bolsonaro prorroga novamente programa de redução de salários

O presidente Jair Bolsonaro editou um novo decreto na segunda-feira, (24) à tarde para prorrogar mais uma vez os prazos da redução de jornada e de salário e da suspensão do contrato de trabalho para os trabalhadores afetados pela pandemia de covid-19. A medida será publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* (DOU), segundo informou a Secretaria-Geral da Presidência da República. Em julho, um decreto anterior estendia o programa de 90 para 120 dias, agora esse prazo será de 180 dias.

"Acabei de assinar um decreto prorrogando por dois meses um grande acordo, onde o governo entra com parte do recurso, de modo que nós venhamos a preservar 10 milhões de empregos no Brasil", afirmou Bolsonaro em vídeo publicado nas redes sociais. Na gravação, ele aparece ao lado do ministro Paulo Guedes e do secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

A proposta altera os períodos máximos de realização dos acordos para redução proporcional de jornada e de salário, suspensão temporária de contrato de trabalho e pagamento do benefício emergencial em razão da realização desses acordos.

Como funciona

Pago aos trabalhadores que aderem aos acordos, o Benefício Emergencial (BEm) equivale a uma porcentagem do seguro-desemprego a que o empregado teria direito se fosse demitido.

No caso de redução de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, o governo paga um benefício emergencial ao trabalhador para repor parte da redução salarial. As empresas podem optar ainda por pagar mais uma ajuda compensatória mensal a seus funcionários que tiveram o salário reduzido.

O benefício é calculado aplicando-se o percentual de redução do salário a que o trabalhador teria direito se fosse demitido e requeresse o seguro-desemprego. Se o trabalhador tiver jornada e salário reduzidos em 50%, seu benefício corresponderá a 50% do valor do seguro desemprego ao que teria direito, se tivesse sido dispensado. No total, o benefício pago pode chegar até a R$ 1.813,03 por mês.

No caso de suspensão do contrato de trabalho em empresas com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões, o trabalhador receberá 100% do valor do seguro desemprego a que teria direito. Para empresas com faturamento maior, o valor do benefício pago pelo governo será 70% do seguro desemprego, enquanto a empresa pagará uma ajuda compensatória mensal de 30% do valor do salário do empregado.

Como o dinheiro vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Ministério da Economia informou que a prorrogação não terá impacto no orçamento do programa, estimado em R$ 51,3 bilhões.

Desde o início do programa, em abril, 16,3 milhões de trabalhadores já fecharam acordo de suspensão de contratos de trabalho ou de redução de jornada e de salário em troca de complementação de renda e de manutenção do emprego. As estatísticas são atualizadas diariamente pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia num painel virtual. (Agência Brasil)

MAURICIO PICAZO GALHARDO

CANA DE AÇÚCAR

A safra 2020/21 de cana-de-açúcar no Brasil deve chegar a de 642,1 milhões de toneladas, com leve retração de 0,1% em relação à temporada anterior. Com esse volume de cana, deve ser alcançado o recorde de 39,3 milhões de toneladas de açúcar. Desta forma, o Brasil se tornará o maior produtor do mundo por dois anos seguidos.

BIOLÓGICO

Ato do Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária, foi publicado no Diário Oficial da União, e traz o registro de 28 produtos formulados, ou seja, defensivos agrícolas que efetivamente estarão disponíveis para uso pelos agricultores.

HORTALIÇAS

Os preços das hortaliças apresentaram tendências de queda, no mês de julho, nas principais centrais de abastecimento do país (Ceasas), conforme Boletim do Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A batata apresentou a maior redução, depois de uma variação de alta no mês de maio.

PRIMEIRO

O Brasil será o primeiro país da América Latina a receber soluções de tecnologia digital para o desenvolvimento agrícola promovido pelo Prêmio Nobel de Economia de 2019 Michael Kremer. O foco inicial será o atendimento remoto a pequenos produtores, que vivem da criação de caprinos e ovinos e do cultivo de milho e feijão a agricultores familiares do Nordeste do Brasil.

FUNCIONALISMO

A Frente Parlamentar da Agropecuária, composta por 284 membros, foi favorável à decisão da Presidência da República de vetar o trecho que garantia aumento para servidores públicos, o impacto orçamentário chega a R$ 120 bilhões.

CONSULTOR

O ex-ministro e ex-deputado federal Aldo Rebelo acaba de assumir um novo desafio. A partir deste mês de agosto, vai atuar como consultor da Sociedade Rural Brasileira. O primeiro desafio será representar a entidade na audiência pública marcada para os dias 21 e 22 de setembro no Supremo Tribunal Federal onde será discutida o tema da utilização dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (Fundo Clima).

DESCONTO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveu, uma conversa ao vivo pelas redes sociais para discutir sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica para uso na irrigação.

COLABORAÇÃO

A Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências (CAS) realizaram workshop para elaboração de uma agenda conjunta de pesquisa e desenvolvimento na área de genômica avançada para a cultura da soja. A iniciativa é a primeira atividade após a assinatura, do memorando conjunto de entendimento entre a Embrapa e o Inaseed (Instituto de Genética e Desenvolvimento Biológico) da Academia Chinesa de Ciências, durante encontro dos presidentes da China e do Brasil em Pequim em 2019.

AMAZÔNIA+21

A emissora de TV Agro Mais transmitiu o primeiro encontro preparatório ao Fórum Amazônia+21. Participaram do evento o vice-presidente da República e presidente do Conselho da Amazônia Legal, general Hamilton Mourão. O jornalista Marcelo D'angelo, da BandNews TV, foi o mediador.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O agronegócio é o setor mais privado da economia e, por isso, uma gestão eficiente do poder público se traduz pela menor interferência burocrática, sem abrir mão da regulação necessária para garantir a segurança da produção. Segundo dados do The Global Competitiveness Report 2019, publicado pelo World Economic Forum (WEF), de um total de 141 países, o Brasil ocupa a 71ª posição no ranking de competitividade. Isso se deve em grande parte pela chamada "burocracia" brasileira, informou a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

BANCOS PÚBLICOS

A ministra Tereza Cristina (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participou de uma live com representantes do Banco Itaú BBA. Para a ministra, o papel dos bancos privados é fundamental para incentivar a produção sustentável no país. Para a ministra, é preciso dar respaldo para que os produtores que estão na Amazônia tenham alguma vantagem para poder produzir de maneira sustentável.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 63 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de notícias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@hotmail.com

Mortes em confrontos policiais no Paraná crescem 13,5% no semestre

Ao menos 184 pessoas perderam a vida durante o primeiro semestre deste ano no Paraná, em casos registrados como confrontos com policiais militares e guardas municipais. O número divulgado na segunda-feira, (24), pelo Ministério Público do estado (MP-PR), representa um aumento de 13,5% em comparação com as 162 ocorrências notificadas nos seis primeiros meses de 2019.

Responsável por, entre outras coisas, exercer o controle externo da atividade policial, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do MP-PR, aponta que quase um quarto das mortes em confrontos policiais ocorreu na capital, Curitiba, onde foram registrados 48 casos. Em seguida vem Londrina, com 29 mortes; São José dos Pinhais (14); Colombo (7) e Prudentópolis (7). Do total de ocorrências, 183 envolvem pms, e uma guardas municipais.

No primeiro semestre do ano passado, o estado alcançou uma redução da letalidade policial em comparação ao mesmo período de 2018, registrando um total de mortes em confrontos (162) inferior ao do mesmo período de 2018, quando a intervenção policial resultou em 179 óbitos.

Na comparação anual, em 2019 houve menos mortes em confrontos com policiais que em 2018 – queda que interrompeu um histórico ascendente que vinha desde pelo menos 2015.

Consultada, a secretaria estadual da Segurança Pública não se pronunciou sobre os dados divulgados pelo Ministério Público, transferindo ao comando da PM a atribuição. Em nota, o Comando da Polícia Militar do Paraná informou que toda e qualquer ação de integrantes da corporação, "seja no âmbito preventivo ou repressivo", é amparada pelos limites legais, "e leva em consideração os direitos humanos e a dignidade da pessoa".

"Nas situações em que ocorrem confrontos armados envolvendo policiais militares, a PM não busca o resultado morte, mas sim a proteção da vida do cidadão e dos policiais militares envolvidos na ocorrência", afirma o comando da corporação, assegurando que a atuação policial segue protocolos internacionais, segundo os quais o uso de armas de fogo são um último recurso.

"Além disso, a corporação está sempre instruindo e aperfeiçoando seus integrantes no sentido da busca da preservação da vida e respeito aos direitos humanos", sustenta o comando da PM. "O compromisso da PM é sempre com a proteção da vida, tanto do cidadão comum quanto dos militares estaduais".

A Agência Brasil questionou a assessoria da PM sobre o número de policiais mortos ou feridos em serviço durante o último semestre, e a comparação com outros períodos, mas a corporação informou que ainda terá que fazer o levantamento dos dados. (Agência Brasil)

Risco de morte cai drasticamente com tratamento precoce, diz Pazuello

O ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, afirmou na segunda-feira, (24) que muitas mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas com o protocolo adotado agora pelo sistema de saúde, de fazer o diagnóstico e tratamento precoce da doença.

"Nós mudamos a orientação para tratamento, com base no que aconteceu no Norte e no Nordeste do país. Nosso tratamento precisa ser precoce e imediato. Aos primeiros sintomas, tem que procurar o médico, a unidade de saúde. Tem que ser diagnosticado pelo médico e tem que receber a prescrição dos medicamentos pelo médico. O paciente tem que tomar os medicamentos e ser acompanhado pelo médico, para ver se não precisa de outras intervenções. Se isso acontecer, o risco de morte cai drasticamente. Se nós tivéssemos feito isso desde o início, teríamos tido menos mortes no nosso país, eu não tenho a menor dúvida."

Pazuello falou durante a inauguração da Unidade de Apoio ao Diagnóstico da Covid-19 no *campus* da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no Ceará, que fica no Distrito de Inovação do Eusébio. Segundo o ministro, a mudança na orientação foi baseada em conversas com os secretários de Saúde sobre o que havia de mais efetivo na resposta à pandemia.

Segundo Pazuello, o diagnóstico de covid-19 é clínico, feito pelo médico, mas a testagem em massa contribui para as estratégias a serem adotadas pelos gestores.

"A testagem visa uma estratégia, ela visa dar ao gestor, o governador, o prefeito, ter condições de tomar decisão de gestão para a cidade ou o estado, com os dados. A testagem ampara o diagnóstico, quando necessário. Mas a testagem é muito mais importante para avaliação das estratégias de governo, por isso que os números [de testes] precisam ser altíssimos."

A unidade inaugurada faz parte da estratégia de apoio aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) e ampliação da capacidade nacional de processamento de amostras. A nova unidade terá capacidade de processar diariamente até 10 mil testes moleculares, do tipo PCR, em tempo real. A Fiocruz inaugurou no dia 10 outra unidade de apoio, na sede da Fiocruz no Rio de Janeiro, com capacidade para 15 mil resultados de testes moleculares por dia.

Impacto

A presidente da Fiocruz, Nísia Trindade, destacou que a unidade inaugurada no Ceará terá impacto em toda a Região Nordeste na resposta à pandemia de covid-19.

"É um dia de realização. A Fiocruz completou 120 anos em maio e, desde aquele momento, tínhamos avançado em uma agenda de realizações, em conjunto com o Ministério da Saúde. É importante reforçar a dimensão local e regional desse trabalho. A Fiocruz é uma instituição nacional que valoriza essa base nos territórios. Fazer essa base de apoio no Ceará tem impacto para toda a Região Nordeste. A unidade e outras iniciativas ficarão como legado para o sistema de vigilância em saúde, mas o Brasil precisará avançar no campo da vigilância e da preparação para emergências sanitárias."

Os equipamentos para a unidade no Ceará, com plataformas automatizadas, foram doados pela iniciativa Todos Pela Saúde, liderada pelo Itaú Unibanco, e financiada pela ElopPar, controlada por Bradesco e Banco do Brasil, e pela UnitedHealth Group Brasil (UHG Brasil).

Vacina

O ministro da Saúde afirmou ainda que o país está investindo em várias frentes para conseguir a vacina contra o novo coronavírus.

"O Brasil, capitaneado pelo Ministério da Saúde, pela Fiocruz, está fazendo o que há de mais promissor em termos de vacina. Já fizemos um protocolo inicial, uma carta de intenções, fizemos um memorando de entendimentos completo, que originou uma medida provisória de quase R$ 2 bilhões. Os recursos já estão na Fiocruz, para a assinatura efetiva do contrato de transferência dos recursos e de recebimento da tecnologia, equipamentos e insumos para a fabricação da vacina, baseada nas pesquisas da Universidade de Oxford e da empresa AstraZeneca", disse.

Segundo Pazuello, esta vacina é a melhor opção no momento, pela capacidade de imunização e pelo quantitativo possível de aquisição de insumos para a fabricação de 100 milhões de doses iniciais. Ele destacou também que há iniciativas nos estados, como no Instituto Butantã de São Paulo e Tecpar em Curitiba, para a fabricação da vacina, mas em quantidades menores. (Agência Brasil)

Portos do Paraná avançam em tecnologia e inovação com a pandemia

A necessidade de distanciamento social imposta pela pandemia da Covid-19 fez com que, em poucos dias, a gestão operacional dos Portos do Paraná fosse adaptada para ambientes digitais. Agora, a empresa pública que administra os portos de Paranaguá e Antonina se prepara para inovar em sistemas inteligentes.

"Tivemos que nos adaptar em pouco tempo. Fizemos isso sem parar um dia sequer. Entendemos que esse é o momento de buscar um ambiente mais tecnológico para que possamos ter mais confiabilidade, eficiência e qualidade em toda operação portuária", afirma o diretor-presidente, Luiz Fernando Garcia.

Novos projetos de modernização já foram contratados. Neste mês, a Portos do Paraná firmou uma colaboração técnica inédita com a Fundación Valenciaport, um centro de pesquisa, inovação e formação do setor logístico portuário, com sede no porto de Valência, na Espanha, e atuação em portos da Europa, América Latina, Ásia e Oriente Médio.

"A proposta é única no Brasil e vai modernizar os portos paranaenses com estratégias que são referência nos mais importantes e eficientes portos do mundo. Será um dos marcos históricos em cooperação de trabalho internacional", destaca Garcia. (AENPR)

Lembre sempre de lavar as mãos